

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DENGUE

COMPOSIÇÃO:

LUCIANO BRITO (PSB) – Presidente

MÁRIO VERRI (PT) – Relator

BELINO BRAVIN (PP) – Membro

DR. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO (PC do B) – Membro

MÁRCIA SOCREPPA (PSDB) - Membro

Junho/2014

INTRODUÇÃO

Na intenção de investigar o clico da Dengue em Maringá, a Câmara Municipal de Maringá, instaurou no dia 22 de abril deste ano, a **CPI DA DENGUE**, cujo objetivo é investigar os métodos utilizados pelo Poder Executivo relativamente ao serviço de coleta e de destinação dos resíduos sólidos domiciliares; a fiscalização no tocante aos criadouros em áreas privadas, além da eliminação dos mesmos; a ação de eliminação dos criadouros em áreas públicas, sobretudo em terrenos baldios e áreas de fundo de vale; as campanhas e as ações oficiais de prevenção e combate à dengue realizadas a partir de janeiro de 2013; o atendimento aos munícipes com suspeita ou com confirmação da dengue.

A **CPI da DENGUE** é composta pelos Vereadores **LUCIANO BRITO – Presidente; MÁRIO VERRI – Relator; BELINO BRAVIN FILHO; Dr. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO e MÁRCIA SOCREPPA**, os quais foram indicados para esta composição, respeitando-se o previsto no § 4º. do artigo 21 da Lei Orgânica do Município de Maringá.

A dengue é transmitida pela picada da fêmea do mosquito *Aedes Aegypti*. Ainda não existem vacinas que previnam essa doença, por isso é importante o controle dos mosquitos. Esse inseto é pequeno, medindo meio centímetro de comprimento, variando a sua cor entre o tom café e o preto, com faixas brancas nas patas e nas costas. Seus hábitos são diurnos e crepusculares.

As fêmeas desovam em água limpa e parada, e os ovos são extremamente resistentes, sendo necessário, além de eliminar a água, lavar os recipientes esvaziados.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a Dengue classifica-se em: 1. infecção inoperante, quando não há manifestação de sintomas; 2. dengue clássica, apresentando sintomas semelhantes ao da gripe, como febre alta, dores, cansaço e indisposição, além de vômitos, dores

nas articulações e atrás dos olhos, com manchas vermelhas na pele: 3. dengue hemorrágica, a mais comum em pessoas que já tiveram algum tipo de dengue, ela se manifesta como a dengue clássica. Após o terceiro ou quarto dia, a febre diminui, podendo provocar uma queda súbita da pressão arterial e logo, em seguida, o paciente apresenta sangramentos, especialmente na gengiva, nariz e intestino; 4. síndrome do choque da dengue, a pressão arterial cai subitamente ou, aos poucos, vai diminuindo a ponto de o indivíduo quase não apresentar pulso. Pode ocorrer perda da consciência ou insuficiência renal, cardíaca, hepática e/ou respiratória.

O vírus, pertencente à família *Flavivirus* possui quatro subtipos: o DEN-1, DEN-2, DEN-3 e DEN-4.

A dengue se tornou um problema global desde a Segunda Guerra Mundial e é endêmica em mais de 110 países diferentes, principalmente em regiões tropicais de Oceania, África Oriental, Caribe e América.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue do Ministério da Saúde – Brasília/DF - 2009, a dengue é um dos principais problemas de saúde pública no mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 2,5 bilhões de pessoas – 2/5 da população mundial – estão sob risco de contrair dengue e que ocorrem anualmente 50 milhões de casos. Desse total, cerca de 550 mil necessitam de hospitalização e pelo menos 20 mil morrem em consequência da doença.

Nas últimas duas décadas, a incidência de dengue nas Américas tem apresentado uma tendência ascendente, com mais de 30 (trinta) países informando casos da doença, a despeito dos numerosos programas de erradicação ou controle. As maiores incidências de dengue foram registradas no Brasil, Colômbia, Venezuela, Costa Rica e Honduras.

No Brasil, existem registros de epidemias de dengue no estado de São Paulo, que ocorreram entre os anos de 1851 e 1853 e em 1916;

no Rio de Janeiro, o primeiro registro de dengue epidêmica ocorreu em 1923. Entre essa data e os anos 1980, a doença foi praticamente eliminada do país, em virtude do combate ao vetor *Aedes Aegypti*, durante a campanha de erradicação da febre amarela. Observou-se uma nova infestação desse vetor em 1967, provavelmente originada a partir dos países vizinhos, que não obtiveram êxito em sua erradicação.

Na década dos anos 1980, foram registrados novos casos de dengue: em 1981 e 1982 em Boa Vista (RR); em 1986 e 1987 no Rio de Janeiro(RJ); em 1986 em Alagoas e Ceará; em 1987 em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo; em 1990 no Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro; em 1991 em Tocantins e, em 1992, no estado de Mato Grosso. O tratamento da dengue é de apoio, com reidratação oral ou intravenosa para os casos leves ou moderados e fluidos intravenosos e transfusão de sangue para os casos mais graves. O número de casos da doença tem aumentado dramaticamente desde os anos 1960, com cerca de 50 a 390 milhões de pessoas infectadas todos os anos.

Em Maringá, no Paraná, a vigilância ambiental lotada na Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com o Comitê Municipal de Combate à Dengue e o Programa Municipal de Controle da Dengue e agindo de forma integrada com a Vigilância Epidemiológica, Secretaria de Gestão (SEGE), Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SEMUSP), Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e Promotoria Pública, promovem ações conjuntas para implementar medidas no sentido de prevenir, combater, orientar, medicar, erradicar e salvaguardar a vida dos munícipes que correm grandes riscos estando expostos à picada da fêmea do mosquito transmissor *Aedes Aegypti*.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) de agosto de 2013 e até 28 de abril de 2014, registrou-se 6.447 casos notificados e 2.185 casos confirmados, em Maringá/PR.

As Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemia de Dengue auxiliam estados e municípios na organização de suas atividades de prevenção e controle, em períodos de baixa transmissão ou em situações epidêmicas, contribuindo, dessa forma, para evitar a ocorrência de óbitos e para reduzir o impacto das epidemias de dengue. É um documento desenvolvido com o intuito de organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias a uma resposta solidária, coordenada e articulada entre os integrantes do Sistema Único de Saúde, tanto período não epidêmico, como no período epidêmico.

Para um combate eficiente na transmissão da Dengue, além de todo o aparato de prevenção, fiscalização e de conscientização gerenciados pelo governo nas esferas municipais, estaduais e federal é de fundamental importância que a população tome medidas simples como tampar reservatórios de água, armazenar garrafas com o bico para baixo, remover o lixo e entulhos e os destine para a coleta pública, colocar larvicidas em recipientes como pratos de plantas, abrir portas e janelas quando a nebulização ministrada pelas prefeituras estiver passando e atender o Agente de Saúde que passa regularmente nas residências.

As ações efetivas pela Prefeitura Municipal de Maringá, em parceria com o Governo do Estado não foram suficientes para impedir que nossa cidade fosse declarada em situação de epidemia da dengue, uma vez que a cidade apresenta número superior a 300 (trezentos) casos para um grupo de 100 (cem) mil habitantes.

A porta de entrada preferencial para atendimento da pessoa com suspeita de dengue é a atenção primária, porém, todos os serviços de saúde devem acolher os casos, classificar o risco, atender, e, se necessário, encaminhar para o serviço compatível com a complexidade/necessidade do paciente.

Ante a gravidade da epidemia em Maringá, os 5 (cinco) vereadores **LUCIANO BRITO – Presidente; MÁRIO VERRI – Relator;**

BELINO BRAVIN FILHO, Dr. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO e MÁRCIA SOCREPPA, membros da CPI da DENGUE, se comprometeram, perante à população maringaense, fazer reuniões, investigar, fiscalizar, orientar, buscar soluções, fazer diligências, convocar para prestar depoimentos perante à CPI Secretários, servidores públicos, e todos àqueles envolvidos no tocante à DENGUE em nosso Município.

No decorrer deste Relatório será focado minuciosamente todo trabalho investigativo realizado pela **CPI da DENGUE**, mostrando a total e irrestrita preocupação dos Vereadores com a cidade de Maringá.

1. METODOLOGIA DE TRABALHO

No decorrer dos seus trabalhos, a CPI da Dengue primou em adotar a seguinte metodologia:

- Reuniões ordinárias todas às segundas-feiras, às 16h00min, no Plenário Ulisses Bruder;
- Protocolo de Requerimento para análise subscrito pelos membros, com apresentação na Seção de Comissões Permanentes e Temporárias, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas e encaminhamento para análise jurídica;
- Encaminhamento de ofícios para questionamentos sobre o tema;
- Diligências da CPI, em parceria com a SEMUSP, SECRETARIA DE GESTÃO – Diretoria de Fiscalização, SECRETARIA DE SAÚDE para averiguar “in loco” a situação dos criadouros do mosquito da dengue - *Aedes Aegypti*, em áreas públicas e privadas;
- Embora a CPI tenha um prazo de 90 (noventa) dias para funcionar, os membros pretendem trabalhar com grande afinco para concluir às atividades no máximo até o dia 18 de junho.

1.1 Reuniões, extraordinárias:

- Em razão do feriado do dia 21 (segunda-feira) de abril, reunião extraordinária no dia 22 (terça-feira), às 16h00min;
- Em razão do feriado de 12 (segunda-feira) de maio, reunião extraordinária no dia 13 (terça-feira) de maio, às 16h00min;
- Para análise e aprovação do Relatório Final, dia 18 (quarta-feira) de junho, reunião extraordinária, às 16h00min, com a presença dos membros dos Assessores de Gabinete e da equipe da Seção de Comissões Permanentes e Temporárias, na Sala de Comissões Permanentes e Temporárias.

- Todo conteúdo das reuniões da CPI - DENGUE encontram-se disponível para acesso por meio do *Site* da Câmara Municipal de Maringá, no link: <<http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=cpi>>. x.

1.2 Inquirições das seguintes autoridades:

- Senhor Kazumichi Koga - Diretor da 15ª. Regional de Saúde de Maringá, dia 28 de abril de 2014;
- Senhora Lucia Toshico Shimazaki – Chefe da Divisão de Atenção de Gestão e Saúde da 15ª. Regional de Saúde de Maringá, dia 28 de abril de 2014;
- Senhor Antônio Carlos Nardi – Secretário de Saúde do Município de Maringá, dia 05 de maio de 2014;
- Senhor Silvio Marcos Torrecilha – Gerente da Vigilância Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde, dia 05 de maio de 2014;
- Senhora Evelin Miwa Nakashima Braga – Gerente da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, dia 05 de maio de 2014;
- Senhora Rosângela Treichel Saenz Surita - Diretora da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, dia 05 de maio de 2014;
- Senhora Ulelysses Janete Vetrini Fonzar - Responsável Técnica do Programa Municipal de Combate à Dengue da Secretaria de Saúde, dia 05 de maio de 2014;
- Senhora Danielle Benez Canassa Martins - Gerente de Assistência de Saúde da Secretaria de Saúde, dia 05 de maio de 2014;
- Senhor Marco Antônio Lopes de Azevedo - Diretor de Fiscalização da Secretaria Municipal de Gestão e Fazenda de Maringá, dia 13 de maio de 2014;
- Senhor Vagner Mussio - Secretário de Serviços Públicos de Maringá, dia 19 de maio de 2014.

2. ATA DE INSTALAÇÃO - 15/04/2014

No dia quinze dias do mês de abril de 2014, instalou-se, no Plenário Vereador Ulisses Bruder, em Sessão Ordinária, a **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA DENGUE, instituída pela Portaria n. 063/2014**, a qual visa apurar no prazo de 90 (noventa) dias as causas da proliferação da Dengue na cidade de Maringá, declarada em situação de epidemia pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná. Integram a **CPI DA DENGUE** os Vereadores **LUCIANO BRITO - Presidente, MÁRIO VERRI - Relator, BELINO BRAVIN FILHO, MÁRCIA SOCREPPA e Dr. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO.**

Às 19h25min, o Presidente desta Câmara Municipal, Vereador Ulisses de Jesus Maia Kotsifas, conforme o contido na Portaria n. 063/2014 da Mesa Executiva suspendeu a SESSÃO, para a instalação da CPI da DENGUE, atendendo ao que prescreve o § 5º, do artigo 85 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Inicialmente, o Presidente da Câmara passou a palavra ao Vereador Luciano Brito, que agradeceu a presença de todos, bem como pela indicação para a função de Presidente da CPI, informando que o trabalho da CPI seria focado no serviço de coleta e da destinação dos resíduos sólidos domiciliares; sobre a fiscalização no tocante aos criadouros em áreas privadas, além de sua eliminação; também a ação de eliminação dos criadouros em áreas públicas, sobretudo em terrenos baldios e áreas de fundos de vale; bem como sobre as campanhas e as ações oficiais de prevenção e combate à dengue realizadas a partir de janeiro de 2013; e o funcionamento do atendimento médico-hospitalar aos munícipes com suspeita e/ou confirmação.

Na seqüência dos trabalhos, os membros acordaram em se reunir, ordinariamente, às segundas-feiras, às 16h00min, no Plenário Vereador Ulisses Bruder.

Para a efetivação dos trabalhos de investigação, foi marcada reunião, extraordinária, para o dia 22/04/2014 (terça-feira), no Plenário Ulisses Bruder.

3. ATA DA 2ª REUNIÃO – RESUMO - 22/04/2014

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2014, reuniu-se, no Plenário Vereador Ulisses Bruder, a **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA DENGUE**, instituída pela Portaria n. 063/2014.

Às 16h04min, iniciou-se a reunião, com a presença dos Vereadores **LUCIANO BRITO** - Presidente, **MÁRIO VERRI** - Relator, **BELINO BRAVIN**, **DR. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO** e **MÁRCIA SOCREPPA** - Membros.

Iniciando os trabalhos, o Presidente Luciano Brito informou que esta CPI foi constituída para verificar a questão da epidemia da dengue em Maringá, e que foi instalada no dia 15 de abril.

Em seguida, solicitou ao Relator Mário Verri para que procedesse à leitura do Requerimento que solicitou a instalação da CPI, no qual constam as justificativas para abertura da CPI, bem como o objeto de investigação, informando que segundo o índice de infestação rápida do mosquito da dengue apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde de Maringá, 60,6% dos criadouros estão em lixos e outros resíduos sólidos, seguido dos vasos de planta (16,4%) e barris de tintas (13,6%).

Além disso, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) tem divulgado boletins semanais da proliferação da dengue no Estado e, em 09 de abril de 2014, Maringá foi declarada em situação de epidemia da doença, uma vez que a cidade apresenta número superior a 300 casos para um grupo de 100 mil habitantes.

Ainda conforme a SESA, de agosto de 2013 ao presente momento foram confirmados 5.282 casos da doença, justificando-se, dessa forma, a instalação da CPI da dengue.

Nesta reunião o Presidente Luciano Brito informou que as reuniões da CPI ocorrerão sempre às segundas-feiras, às 16h00min, e que mesmo tendo um prazo de 90 (noventa) dias para encerrar seus trabalhos, em razão da urgência da investigação, seguirá um cronograma acelerado para obter os resultados esperados, no menor prazo possível.

Após o Presidente Luciano Brito passou a palavra aos vereadores para suas considerações iniciais.

Dessa forma, manifestou-se o Relator Mário Verri, afirmando que sempre é momento para se fiscalizar e que a CPI está atrasada, porque deveria ter sido instalada no início do ano.

Manifestou que a CPI deve dar uma atenção especial com relação ao lixo, porque não há uma destinação correta, e a dengue é apenas um dos problemas causados.

Destacou que os maiores criadouros estão em calhas e lajes e que os fiscais da Prefeitura Municipal não tem a preparação nem equipamentos necessários para vistoriar esses locais adequadamente.

Além disso, lembrou que os vereadores, como membros do Poder Legislativo, devem criar leis que exijam que a fiscalização ocorra durante todo o ano, e não apenas quando a cidade já se encontra em situação de epidemia.

Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Belino Bravin, afirmando que a CPI veio na hora certa, pois a cidade está enfrentando vários problemas que poderão ser solucionados.

Frisou que deveriam ser disponibilizados *containers* para descarte correto do lixo, tanto pela população quanto pelos carroceiros.

Em seguida, manifestou-se a Vereadora Márcia Socreppa informando que o objetivo da CPI é apurar as responsabilidades das secretarias envolvidas com os casos de dengue, para se obter resultados positivos para a cidade.

Por fim, fez uso da palavra o Vereador Doutor Manoel, afirmando a necessidade de fiscalização, e informou que ao final da CPI os seus membros poderão propor um Projeto de Lei apontando as soluções permanentes para todos esses casos.

Em seguida, o Relator Vereador Mário Verri, fazendo uso da palavra, informou sobre o protocolo do Requerimento n. 2250, de autoria do Presidente Luciano Brito o qual solicita informações e documentos ao chefe do Poder Executivo sobre as ações de combate à dengue em Maringá, referentes à metodologia de recolhimento dos resíduos sólidos, à fiscalização nas áreas privadas, à eliminação dos focos nas áreas públicas, às campanhas oficiais de combate à dengue, ao atendimento aos munícipes com suspeita e confirmação de dengue em Maringá, mencionando que o parecer jurídico foi favorável a sua aprovação, o qual votado e aprovado pelos membros.

Após, o Presidente Luciano Brito informou que adotará como forma de condução dos trabalhos da CPI a possibilidade de discussão dos requerimentos, de forma que após a leitura do requerimento o respectivo autor terá o prazo de 03 (três) minutos para justificar os motivos de seu requerimento, e após será votado.

Após, o Relator Mário Verri procedeu à leitura do Requerimento n. 2251, de autoria do Presidente Luciano Brito o qual solicita a convocação dos senhores Antonio Carlos Nardi, Secretário Municipal de Saúde, Vagner Mussio, Secretário Municipal de Serviços Públicos, Marco Antonio Lopes de Azevedo, Diretor de Fiscalização da Secretaria Municipal de Gestão e Fazenda, e dos ocupantes dos cargos de Diretor da 15ª Regional de Saúde do Estado, Diretor ou responsável pelo setor epidemiológico da 15ª

Regional de Saúde, em data a ser agendada, destacando que o parecer jurídico é favorável.

4. ATA DA 3ª REUNIÃO – RESUMO - 28/04/2014 - INQUIRIRÃO do senhor KAZUMICHI KOGA - Diretor da 15ª Regional de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e da senhora **LUCIA TOSHICO SHIMAZAKI**, Chefe de Atenção e Gestão.

No dia vinte e oito do mês de abril de 2014, reuniu-se, no Plenário Vereador Ulisses Bruder, a **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA DENGUE**, instituída pela Portaria n. 063/2014, com a presença dos Vereadores **LUCIANO BRITO** - Presidente, **MÁRIO VERRI** - Relator, **BELINO BRAVIN**, **DR. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO** e **MÁRCIA SOCREPPA** - Membros.

Iniciando os trabalhos, o Presidente Luciano Brito solicitou à Vereadora Márcia Socreppa que procedesse à leitura de Requerimento de autoria do Vereador Dr. Manoel, e do respectivo parecer jurídico, o qual solicita que se oficie à 15ª Regional de Saúde para requerer o envio dos dados estatísticos de 2013, a respeito dos índices de notificações, dos casos confirmados, sobre o número de criadouros, nos Municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu, sendo o parecer jurídico favorável, o qual colocado em votação foi aprovado por unanimidade.

Após, o Presidente Luciano Brito solicitou ao Relator Mário Verri para ler o Requerimento de autoria da Vereadora Márcia Socreppa, solicitando informações de quantas pessoas deram entrada nos hospitais com sintomas da dengue e, se houve óbito, qual o número, com parecer jurídico favorável.

Em seguida, o Presidente Luciano Brito apresentou Requerimento verbal, solicitando que a Comissão faça diligências nos bairros mais afetados pela dengue, bem como nos fundos de vale, para apurar a situação de epidemia que se encontra nesses locais, o qual colocado em votação foi aprovado por unanimidade.

Nesta reunião foi feita à inquirição do **senhor Kazumichi Koga – Diretor da 15ª. Regional de Saúde.**

PRONUNCIAMENTO do senhor Kazumichi Koga, o qual informou que Maringá possui gestão plena, tendo autonomia para tomar suas decisões. O Estado funciona de forma complementar. Apenas funcionará na gestão da saúde de forma suplementar se a gestão não estiver sendo eficaz, por determinação judicial.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Qual a área de abrangência da 15ª Regional.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que abrange cerca de 30 Municípios, incluindo Maringá, que é o maior Município, perfazendo uma população de 748 mil habitantes. Sendo a sede em Maringá.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Como funciona a sistemática da unidade de semana epidemiológica?

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que a semana epidemiológica se inicia em agosto, em razão da característica da doença de se proliferar no verão, porque no inverno começa a barreira física do frio. No verão, com a combinação de chuva e calor, começam a eclodir os ovos do pernilongo com a proliferação das larvas. Informou que as pessoas se preocupam em matar o pernilongo, mas ele tem uma vida curta. Matar o pernilongo e não destruir criadouros não resolve o problema, pois em poucos dias depois as larvas se tornam mosquitos adultos.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Questionou o que significa os termos “caso notificado”, “caso confirmado”, “caso autóctone” e “caso importado”.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que casos notificados são aqueles em que a pessoa está com os sintomas, procura a unidade de saúde e o médico suspeita que seja dengue, mas não há confirmação, porque dengue é parecida com os sintomas de gripe. A pessoa vai ser observada, e após dois ou três dias, é solicitado que essa pessoa retorne à unidade em que ela foi atendida, para verificar qual a evolução da doença, se ela progrediu ou regrediu, para saber se é dengue ou outra doença viral qualquer. Dependendo do grau de gravidade da doença, a pessoa poderá ser orientada a retornar a sua residência, ou receber outro tipo de tratamento. Por sua vez, os casos confirmados são aqueles em que se tem certeza que é dengue, por isso há um grande número de casos notificados, mas que não corresponde aos casos confirmados. Caso autóctone é aquele originado dentro do próprio Município. Casos importados são os pacientes originários de outras regiões, de fora da cidade que aqui estão sendo atendidos. Para casos notificados e confirmados, nem sempre é necessário fazer o exame laboratorial, clinicamente é possível fazer o diagnóstico.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - No caso de exame laboratorial, qual o prazo para o resultado?

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que os exames laboratoriais são realizados aqui em Maringá mesmo, por reação sorológica. Informou que o exame pode dar positivo, mas o laboratório tem que fazer a separação do IGG ou IGM, para averiguar se a positividade desse exame é de uma dengue atual, ou de dengue que o paciente contraiu anteriormente. Além disso, há quatro tipos de sorologia diferentes do vírus da dengue, sendo que apareceu um caso do tipo 04 recentemente em Paranavaí, e a Secretaria de Saúde ainda não possui a tipologia do vírus, para saber quantos casos da dengue tipo 04 há na região. Informou que no ano passado houve uma infestação muito grande do tipo 04 de dengue no Paraguai, com número expressivo de mortes. Informou que a intenção era de fechar a fronteira, com bloqueio de caminhões, observar as pessoas que atravessam a fronteira, para saber se estão com sintomas, e impedir a entrada desse tipo de vírus. O grande risco que acontece quando uma pessoa de outra cidade vem buscar

tratamento em Maringá, é a chamada circulação viral. Porque o portador do vírus não transmite diretamente a doença, precisa que um pernilongo transmita a doença a outra pessoa, é necessário esse vetor. Quando uma pessoa de outra localidade vem a Maringá doente, ela circula o vírus.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Informou que em Maringá houve um crescimento demográfico de cerca de 38 mil habitantes, sendo que o crescimento dos casos de dengue deveria ser proporcional. Todavia, verificou-se que até a 14ª semana de 2014, já se registrava 5.236 casos notificados, dessa forma houve um crescimento da quantidade de doentes, maior que o crescimento esperado, se considerado o crescimento demográfico no mesmo período, questionou qual a posição dos convocados sobre os motivos que geraram esse fato.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que até o dia 28 de abril, registrou-se 6.447 casos notificados, sendo que nem todos se confirmam como dengue. Afirmou que a notificação torna-se mais eficiente pela capacitação que deve ser feita. Os agentes da área da saúde devem observar a pessoa que tem a doença, porque se ela não for observada, quando procurar uma unidade de saúde seu caso estará mais grave. Vê-se pela curva epidemiológica, que o número de casos notificados vem caindo, em razão da diminuição da temperatura, mas estamos entrando no momento da gripe-A, que possui sintomas parecidos. Por isso a capacitação dos agentes das unidades de saúde é importante para que possam observar o doente, pois se após três dias ele não melhorar, terá que fazer mais exames.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Informou que a Secretaria Estadual de Saúde fez um estudo da região metropolitana de Curitiba-PR, chamado estudo entomológico, para verificar a presença do mosquito *aedes aegypti* e questionou se a 15ª Regional fez estudo semelhante na região de Maringá.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Afirmou que sim, que possuem uma equipe de entomologia, que estuda as larvas e as classifica. Há uma

seção em Maringá que atende também outras cidades. Fala-se de Curitiba-PR porque lá, praticamente, não há esse mosquito, e esse ano apareceram alguns casos, por isso estão observando.

PERGUNTA do Relator da CPI Vereador Mário Verri - Questionou qual o número de casos confirmados e em qual período?

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou serem 2.031 casos confirmados da doença, no ano de 2014.

PERGUNTA do Relator Vereador Mário Verri - Informou que o Ministério da Saúde considera tolerável até 1% o nível de infestação, e questionou qual a quantidade no Município de Maringá.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que até 1% é o nível ideal, que até 4% é estado de alerta, e que em Maringá, na média, há 2,4%. Mas há bairros que ultrapassam os 4%, há alguns com 5%, como Conjunto Champagnat, Paulino e Requião, praticamente toda a região norte da cidade.

PERGUNTA do Relator Vereador Mário Verri - Informou que está publicado no *site* do Governo do Estado, que 49,47% dos casos atingem a população mais ativa, entre os 20 e 49 anos, que são as pessoas que não estão em casa, por outro lado, as crianças e idosos são os menos afetados. Concluiu, dessa forma, que a dengue não está em casa, pois atinge mais quem tem que sair da sua residência. Lembrou que Maringá tem gestão plena, mas que se essa gestão falha, alguém tem que ser acionado. E questionou, sendo a Regional de Saúde um órgão de suporte e fiscalização dos Municípios que tem acesso a todas as informações, se houve alguma ação da 15ª Regional no Município de Maringá.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - afirmou que cobram de todos os Municípios, e há a Ouvidoria, onde há reclamações das pessoas nos locais em que o Município não está fazendo seu papel. O problema está na rua, os criadouros estão na rua. É um problema cultural, pois as pessoas jogam lixo na

rua, no chão, e qualquer saquinho de plástico que acumula água, o mosquito já coloca seus ovos. Esses ovos podem durar até um ano sem água, e quando houver o meio necessário, que é água e calor, ele vai eclodir. Mas não é só o lixo, os ocos das árvores, as bocas de esgoto, pluvial, estão cheias. São muitos detalhes que passam despercebidos. Por isso é necessário que haja a capacitação dos agentes de endemia. Temos uma cultura de muito lixo na rua, e 80% dos criadouros estão no lixo. Após, questionou o Relator Mário Verri onde houve falha na condução do tratamento a essa doença, para que se chegasse à situação de epidemia.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que não é possível identificar onde houve falha. Quando se usa o fumacê, passa-se cinco ciclos, de manhã e de tarde e, enquanto isso, tem que se fazer um mutirão, destruir os criadouros e fazer uma limpeza geral. Mas se observa que após 15 dias está tudo igual de novo. É um caso complicado, porque seria necessário mudar os hábitos da população. Outra questão, é que não se pode passar o tempo todo o fumacê, porque causa problemas adversos também, mata outros insetos e gera desequilíbrios ecológicos. Quando não se passa o fumacê, passa o agente com bomba, que entra nas residências para passar o veneno. Informou que essas ações são preventivas, e que, quando surgem notificações em uma determinada área, esses agentes imediatamente começam a atuar.

PERGUNTA do Relator Vereador Mário Verri - Questionou a respeito do Plano de Aplicação do Vigia SUS, que encerrou o prazo em 31/03, se a regional tem conhecimento e se o Município aplicou adequadamente.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Afirmou que sim, e que o Vigia SUS tem recursos para isso, e a Regional de Saúde cobra para que a Prefeitura efetivamente utilize esse recurso.

PERGUNTA do Relator Vereador Mário Verri - Questionou quantas unidades de saúde há em Maringá?

RESPOSTA da senhora Lucia Toshico Shimazaki - Disse que em Maringá existem cerca de 30 unidades básicas de saúde.

PERGUNTA da Vereadora Márcia Socreppa - A fim de questionar aos depoentes como funciona a gestão plena de saúde, se o Estado participa de alguma forma e se há repasse de recursos.

RESPOSTA da senhora Lucia Toshico Shimazaki - Informou que hoje, nos serviços de saúde, cada secretaria pode optar pela forma vai conduzir os serviços de saúde, e Maringá optou por uma gestão plena, porque é integral. Ela recebe todos os recursos de todas as áreas, desde atenção básica até média e alta complexidade. Os recursos vêm para o Município para gerir os serviços e ações da Secretaria de Saúde. A maior parte dos Municípios está na gestão que é plena, mas não integral. Pois assumem só a questão da atenção primária, que são os trabalhos feitos nas unidades básicas de saúde, e não assumem os recursos da média e alta complexidade, que são os serviços especializados e os internamentos, e ficam a cargo do Estado. Na gestão plena, o Estado tem a função de assessorar, regular e fiscalizar o sistema. Existem recursos específicos que o Estado destina aos Municípios em gestão plena. O Município é pleno também em suas ações de gerir os recursos, fazer a gestão própria, tomando a decisão de onde investir.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Informando que os Municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu são conurbados, e questionou quais os índices de infestação dessas três cidades.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que em Paçandu há 38 mil habitantes, 392 casos notificados, 79 casos confirmados. Em Sarandi há 91.364 mil habitantes, 1.284 casos notificados e 326 confirmados. Segundo o quociente para comparação, Sarandi tem 356.81/100.000 habitantes, enquanto Maringá tem 615.83/100.000 habitantes.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Questionou se a 15ª Regional tem conhecimento dos motivos que levam Maringá a ter o dobro dos casos registrados em comparação com Sarandi.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que não possui essa informação, mas lembrou que pode haver uma subnotificação em Sarandi. Informou que não é possível quantificar. Outra questão que pode influir nesses números, é o fato de muitas pessoas residentes em Sarandi buscarem atendimento hospitalar em Maringá, fazendo com que se registre uma notificação na cidade de Maringá. Observa-se um fluxo de pacientes muito grande de Sarandi para Maringá.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Se a 15ª Regional tem a estatística de internamento entre os dois Municípios.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que não possui esses dados, mas sabe que os hospitais estão totalmente ocupados com pessoas em observação com dengue, dificultando inclusive o atendimento a outras doenças.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Questionou qual o protocolo de atendimento que os hospitais devem seguir para os casos de dengue, bem como para proceder às notificações.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que a 15ª Regional pode capacitar os agentes que trabalham nas unidades de saúde, nos hospitais, os médicos, discutir os parâmetros, que orientam os pacientes para tomarem bastante líquido, para fazer a classificação de risco, para saber se é leve, moderado ou grave, verificar se há sinais de choque ou de hemorragia. Informou que muitas vezes os pacientes chegam com sintomas leves e são mandados para casa, e dias depois retornam ao hospital com sintomas mais graves, mas essa piora é decorrente da evolução da própria doença.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Informou que existe o protocolo, mas questionou qual a segurança que a Regional tem de que os protocolos estão sendo cumpridos, e que todos os casos são realmente notificados.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Kyoga - Em resposta fez uma suposição de um caso mais grave, uma morte, por exemplo. Informou que nesse caso é feito uma investigação, com o prontuário desde o primeiro atendimento na unidade básica de saúde, como foi o tratamento, quais foram os exames, qual foi a procura na unidade básica, qual foi o encaminhamento, o hospital e como foi o óbito. Informou que é feito um rastreamento completo para apurar onde houve a falha. Por isso, que é demorada a resposta para averiguar se a pessoa morreu ou não de dengue.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Se existe algum dado ou estudo, que informa se há mais ou menos propensão para o mosquito alcançar moradores dos andares mais altos dos prédios.

RESPOSTA do senhor Kazumichi Koga - Informou que há estudos nesse sentido, mas não saberia dizer a altura que atinge. De acordo com o que pode verificar, a partir do terceiro andar já é menor o índice de infestação, mas é possível haver casos de mosquito no décimo andar de um prédio. Informou que o mosquito, em média, sobe até os seis metros de altura, e tem uma área de sobrevôo de 300 metros.

5. ATA DA 4ª REUNIÃO – RESUMO – Inquirição Secretário Municipal de Saúde, senhor **Antonio Carlos Nardi**, bem como sua equipe de combate à dengue de Maringá, a Gerente da Vigilância Epidemiológica, senhora **Evelin Miwa Nakashima Braga**, o Gerente de Vigilância Ambiental, senhor **Sílvio Marcos Torrecilha**, a Diretora da Vigilância em Saúde, senhora **Rosangela Treichel Saenz Surita**, a Responsável Técnica do Programa Municipal de Combate à Dengue, senhora **Udelysses Janete Veltrini Fonzar** e a Gerente de Assistência à Saúde, senhora **Danielle Benez Canassa Martins**.05/05/2014.

No dia cinco dias do mês de maio de 2014, reuniu-se, no Plenário Vereador Ulisses Bruder, a **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA DENGUE**, instituída pela Portaria n. 063/2014, com a presença dos Vereadores **LUCIANO BRITO** - Presidente, **MÁRIO VERRI** - Relator, **BELINO BRAVIN**, **DR. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO** e **MÁRCIA SOCREPPA**.

Nesta dia o Relator Mário Verri para proceder à leitura do ofício encaminhado à CPI pela 15ª Regional de Saúde em resposta ao ofício 02/2014, para informar os servidores lotados na seção de vigilância epidemiológica da 15ª Regional de Saúde, bem como a resposta do ofício n. 01/2014 - CPI, que solicita pesquisa a respeito de todos os requerimentos, indicações, leis e demais ações da Câmara Municipal de Maringá ao Poder Executivo, sobre ações de combate à dengue dos últimos dez anos.

Na sequência, o Relator Mário Verri informou sobre um Requerimento de sua autoria o qual solicita à direção do Hospital Universitário de Maringá informações a respeito dos óbitos infantis ocorridos no ano de 2014, tendo recebido parecer jurídico favorável.

Após, informou sobre Requerimento de sua autoria solicitando que se oficie ao Secretário Municipal de Saúde para que apresente cópia do plano de aplicação Vigia SUS 2013 e 2014 e apresente os planos de

contingência de 2013 e 2014 aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde, tendo recebido parecer jurídico favorável.

Nesta reunião foi feita à inquirição dos (as) **senhores (as)** senhor **Antonio Carlos Nardi**, bem como sua equipe de combate à dengue de Maringá, a Gerente da Vigilância Epidemiológica, senhora **Evelin Miwa Nakashima Braga**, o Gerente de Vigilância Ambiental, senhor **Sílvio Marcos Torrecilha**, a Diretora da Vigilância em Saúde, senhora **Rosangela Treichel Saenz Surita**, a Responsável Técnica do Programa Municipal de Combate à Dengue, senhora **Udelysses Janete Veltrini Fonzar** e a Gerente de Assistência à Saúde, senhora **Danielle Benez Canassa Martins**.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Qual a metodologia utilizada para detecção do mosquito *aedes aegypti* no Município de Maringá?

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que a metodologia utilizada é o Levantamento de Índice Rápido do *Aedes Aegypti* - LIRA. Essa é a metodologia que o Brasil adota no programa nacional de combate à dengue. Informou que por ocasião de sua última estada nesta Câmara Municipal, foi apresentado o primeiro LIRA realizado no ano de 2014. Cada Município do país deve realizar quatro Levantamentos de Índice Rápido por ano, para que dentro da proposta possa se verificar a infestação predial de toda a cidade e também dividida por estratos, uma vez que o programa de controle da dengue é trabalhado em estratificações: cada área da cidade compreende um estrato dentro de um global de assistência. Dessa forma, o LIRA é feito a cada trimestre. Maringá, no ano passado, realizou quatro LIRAS e no ano de 2014 já foi feito o primeiro LIRA. O segundo está previsto para ser realizado na primeira semana de junho, o terceiro na primeira semana de setembro e o quarto na última semana de novembro, no qual se faz todo o trabalho de capitalização, uma vez que o período crítico da dengue vai de dezembro a início de maio, todos os anos. Isso para possibilitar o mapeamento dos bairros de maior infestação, verificar qual o maior problema e onde a ação focal deve ser dirigida.

PERGUNTA do Presidente da CPI - Vereador Luciano Brito - Qual o número de casos confirmados de dengue.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que, segundo o último boletim divulgado, é há 6.416 casos notificados e 2.185 casos confirmados. Após, informou que a metodologia da semana epidemiológica é adotada dessa forma somente no Estado do Paraná e não no restante do Brasil. O Estado do Paraná considera a primeira semana epidemiológica do ano a partir do mês de agosto, e a Secretaria Municipal de Saúde adota o SINAN - Sistema de Informação de Agravos e Notificação, no qual o SISPNC - Sistema de Informação e Saúde do Programa Nacional de Controle da Dengue, que atua pela semana anual, então todos os casos notificados e confirmados são computados a partir de primeiro de janeiro de cada ano, dessa forma, a documentação solicitada pela CPI foi de 2013 e 2014. Informou que a equipe trabalha com a expertise, e a Secretaria Municipal de Saúde exige dos médicos da rede municipal de saúde a aplicação protocolar clínica assistencial do desenvolvimento da doença, de forma que se tenha conhecimento dos sinais de alarme, para que se verifique em que regiões a situação é mais crítica. Quando em uma região há uma ascendência de um determinado agravo, são acionadas as gerências da epidemiologia, assistencial, de vigilância em saúde e, no caso da dengue, a coordenação municipal de controle à dengue para que se notifique todos os casos, a fim de que se tenha a expertise do momento e da detecção. É assim que se detecta um índice elevado na cidade ou em uma determinada região. Em Maringá no ano de 2014 o comportamento da doença ficou muito restrito à zona norte da cidade, até meados do mês de fevereiro. Após a terceira semana do mês fevereiro, outras áreas da cidade começaram a ser afetadas mais intensamente. É dessa forma que se faz o sistema de notificação e o sistema de casos positivos após a leitura no LEPAC. Informou que o LEPAC lê a sorologia do vírus, não só de Maringá, mas dos 30 Municípios em que a 15ª Regional de Saúde atua. Dessa forma, para a expertise do serviço, procura-se fazer um alto número de notificações para continuar a mapear se naquela área, com as ações

disparadas, está sob controle, que hoje conseguiu-se atingir com as semanas epidemiológicas apresentadas em 2014.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Se existe uma faixa da população que está mais suscetível ao contágio da dengue.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que sim. O Programa Nacional de Controle da Dengue tem uma relação integral de Municípios prioritários no Brasil, são os Municípios que já passaram por situações epidêmicas, ou há uma maior circulação viral ou maior fluxo de veículos e pessoas em passagens interestaduais, como é o caso de Maringá, que está na rota para Foz do Iguaçu, para Guaíra, para o Mato Grosso do Sul e para o Estado de São Paulo. Nos Municípios prioritários também há a população mais vulnerável, que são os pacientes que já tiveram a doença, porque terão casos muito mais graves se contraírem dengue novamente. O segundo grupo são as crianças, em razão da baixa imunidade, que ainda estão formando sua defesa imunológica. A terceira faixa de risco são os idosos, por apresentarem maiores dificuldades e deficiências orgânicas, além dos pacientes com algum tipo de comorbidades, com deficiências física, mental ou orgânica.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Informou que quando comparados os casos confirmados e notificados de dengue em outras cidades, tem proporção de 01/10 (um caso confirmado para dez casos notificados). Em Maringá essa relação é de, no máximo, 01/04 (um caso confirmado para quatro casos notificados) e questionou se não está havendo falta de orientação no sentido de notificar casos suspeitos.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Respondeu que não. Quando do atendimento dos pacientes nas unidades básicas de saúde procura-se ter a *expertise* na notificação, e todos os casos com sintomatologia característica são notificados. Hoje a proporcionalidade vem de encontro aos índices de infestação, significando que aquela área era endêmica, porque o Município pode ter áreas endêmicas ou em epidemia, e não estar em epidemia municipal.

Se não houvesse outras regiões da cidade com alto índice de positividade, não teria chegado à situação de epidemia municipal, porém o Jardim Guaiapó e Requião foram tratados como epidemia desde a 4ª semana epidemiológica do ano, porque lá era onde se concentrava o maior índice de notificações e confirmações da doença. É assim que a Secretaria Municipal de Saúde apresenta um sistema de informações seguro, em que não há subnotificações, para que as ações tanto clínicas como de campo sejam realizadas nas áreas que necessitam de maior concentração.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Questionou se é a partir das notificações que se desencadeiam as ações de combate?

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que todos os casos notificados, quando chegam à Secretaria, são encaminhados imediatamente à vigilância ambiental e à coordenação do programa municipal de controle da dengue, porque em todos os casos notificados é disparada uma ação imediata naquele quarteirão, e nesse raio é que se desenvolve a ação específica. Se esse caso for confirmado, é feito o bloqueio costal que foi a ação utilizada dentro de toda a metodologia pela equipe de campo para que, no bloqueio costal, não haja nenhuma agressão geral ao meio ambiente, mas faça a destruição do mosquito, fazendo um trabalho de orientação desenvolvido por agentes de endemia, agentes comunitários de saúde e toda a Secretaria de Serviços Públicos, integrada para que a ação de destruição focal e eliminação dos criadouros seja efetiva.

RESPOSTA - Para complementar a resposta, a senhora Rosangela Treichel Saenz Surita - Informou que a Secretaria não atua somente após as notificações. Mas que esse é um trabalho rotineiro. Quando há notificação o trabalho é modificado naquela localidade, com agentes mecânicos e químicos. Mas se não houvesse nenhuma notificação, ainda assim, os agentes ambientais estariam nas ruas atuando em outro nível.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Questionou se, a partir das notificações, foram realizados os bloqueios em tempo hábil, conforme determinado pelo

Ministério da Saúde e se esses bloqueios são realizados também aos finais de semana.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que são feitos relatórios, que estão contidos na documentação que será entregue à CPI, que confirmam essas ações. Assim que as notificações chegam à Secretaria Municipal de Saúde, são repassadas à equipe de campo, que só não trabalham aos domingos, que até aos sábados eles fazem esse trabalho, inclusive com recuperação de imóveis fechados.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Que em 2013 foram notificados 6.047 casos e confirmados 2.798, com dois óbitos, e questionou: considerando que esses foram números expressivos, com situação de alto risco, o que foi feito, além das ações corriqueiras, para que se evitasse esse quadro.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Afirmou que todo o trabalho é ininterrupto, da manutenção dos agentes por imóveis inseridos no Programa Nacional de Controle da Dengue, da visita casa a casa, a orientação da população, o trabalho de mídia, o trabalho intersetorial, com as Secretarias de Educação, de Serviços Públicos, de Meio Ambiente e de Saneamento, dentro de um contexto global, a fiscalização integrada com a Secretaria de Gestão, o trabalho de campo integrado junto com o trabalho clínico das equipes, o trabalho educativo dos agentes comunitários de saúde, o trabalho conjunto com a sociedade organizada, bem como dos membros do Conselho Municipal de Controle da Dengue, que em cada seguimento, desencadeia o processo de prevenção.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Questionou se os recursos financeiros, técnicos e humanos existentes para combate às endemias são suficientes para as demandas da cidade de Maringá.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Afirmou que os recursos financeiros são aqueles recebidos pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual. Informou que o Governo Federal repassa o teto de vigilância em

saúde, que não são recursos específicos para controle da dengue. Informou que no ano de 2013, Maringá recebeu R\$ 3.260.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta mil reais) integrais de teto de vigilância em saúde, quando o custo global das ações foi de R\$ 7.373.872,00 (sete milhões, trezentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e dois reais), ou seja, não chegaram a 50% do custo global. A diretoria da vigilância em saúde não está restrita especificamente ao combate à dengue do Município, a dengue é uma das ações que são desenvolvidas para uso desse recurso, ela ocupa-se também do programa municipal de controle de AIDS e DST, controle da tuberculose, hanseníase, controle da vigilância em saúde, vigilância em medicamentos, controle de zoonoses. O Município de Maringá quando deveria estar investindo 15% das suas receitas próprias em saúde, investe cerca de 22% em recursos próprios, para dar continuidade a essas ações. Quanto ao programa Vigia SUS, informou que foi inserido pelo Governo Estadual no ano de 2013. O Município de Maringá fez o seu projeto, que foi executado no ano de 2013 e o projeto do ano de 2014 ainda não foi aprovado. Informou que o Município tem até o mês de junho para protocolar o projeto que delimita onde se utilizarão os recursos para o Vigia SUS do ano de 2014. É um dos recursos que está contabilizado no montante repassado. Informou, assim, que os recursos são insuficientes para a demanda, mas o Município de Maringá tem suprido essa falta. O Município possui um quadro de 210 agentes de endemias, além do supervisor de campo, mais um enfermeiro, dois auxiliares administrativos, um estagiário, um auxiliar de laboratório, dez funcionários da FUNASA cedidos, dentre eles seis são nomeados autoridades sanitárias, isso exclusivo no combate à dengue, além das 62 equipes do programa saúde da família, que trabalham com 335 agentes comunitários de saúde a educação sanitária e em dengue.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Questionou como se explica uma cidade com alto grau de desenvolvimento como Maringá estar contabilizando um número tão grande de pessoas doentes com dengue, algumas vindo a óbito.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que quando se faz no levantamento de índice rápido podemos ler esses dados com clareza, pois onde há lixo, há água parada, há ovos e há *aedes aegypti*. E onde há *aedes*

aegypti contaminado certamente haverá pessoas contaminadas. Informou que o Município de Maringá não oculta nenhum dado do trabalho desenvolvido, com dados numéricos tanto públicos como privados, pois os dados contabilizados não são exclusivos do setor público. A questão é de mudança de comportamento, pois Maringá é uma cidade desenvolvida, que executa suas ações com efetividade, que tem integração nos serviços bastante qualificada e com um trabalho intersetorial e de um comitê municipal. Essa não é a primeira epidemia de dengue na cidade, e provavelmente não será a última, se não tivermos a mudança comportamental da população, para eliminar os recipientes que podem juntar água parada.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - A que o Secretário atribui o quadro de epidemia que Maringá passa, e de que maneira devemos agir para que essa situação não se repita.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que toda a equipe da Secretaria Municipal de Saúde está empenhada, e que não se procura apontar as falhas, mas buscar a melhoria dos serviços de saúde. Porém é inerente a cada cidadão a mudança de comportamento, pois as campanhas educacionais são feitas e todos estão cientes dos seus deveres para acabar com a dengue. Desde 1995, Maringá figura como Município prioritário no rol do Ministério da Saúde, porque é suscetível em razão de suas características físicas e geográficas.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Questionando qual o número de agentes empenhados no combate à dengue, quantos imóveis devem ser visitados, e qual a quantidade estimada dos imóveis visitados.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que Maringá possui 189.000 imóveis registrados. O Programa Nacional de Controle da Dengue preconiza a média de 800 a 1000 imóveis por agente de endemia. Dessa forma, Maringá tem 210 agentes ambientais e mais 10 agentes cedidos da FUNASA, no controle direto da doença. Além disso, há a equipe de pontos estratégicos, que visitam quinzenalmente as borracharias, os ferros-velhos e os

fundos de vale. Sem contar as equipes indiretas que são os agentes comunitários de saúde que trabalham a educação em dengue e o trabalho da sociedade civil.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Diante da situação de Maringá, o que o Município deve fazer para os próximos anos.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Afirmou que o Município não pode se desmobilizar. Deve continuar investindo os recursos financeiros, com prioridade nas equipes para desenvolver ações de campo, com número suficiente de agentes para visitar os imóveis, inclusive criando novos cargos para acompanhar o ritmo de crescimento da cidade, investir em veículos de suporte específico para o combate à dengue. Continuar mantendo a expertise e a capacitação dos agentes ambientais, dos agentes de endemias, bem como a equipe técnica.

PERGUNTA da Vereadora Márcia Socreppa - Se existe e qual seria o protocolo de atendimento nas unidades de saúde para os pacientes com suspeita de dengue e se os agentes das unidades de saúde são treinados com esse protocolo.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Afirmou que existe o protocolo. Todo paciente que chega tem que ter o acolhimento em dengue. Se o paciente teve sintomas característicos da dengue ele entra como sinal de alarme, e vai ter um manejo clínico diferenciado. Ele vai ter a proibição de prescrição do ácido acetilsalicílico, porque interfere na coagulação sanguínea e no caso haver uma plaquetopenia, que é a baixa de plaquetas no sangue, ele pode desenvolver quadros de hemorragia incontrolável. Além disso, há o protocolo do cartão do usuário, que é um diferencial do Município de Maringá, é entregue para os pacientes onde consta a data de início dos sintomas, se foi notificado, se tem histórico de dengue, a primeira coleta no serviço de saúde e os resultados dos exames. Esse sistema é muito importante para controlar os casos, e evitar óbitos. Informou ainda, que todo o quadro de funcionários, médicos, enfermeiros, auxiliares, tanto da rede básica quando das unidades de

pronto atendimento, estão todos qualificados para atender os protocolos, inclusive com controle de presença nos cursos de capacitação dos servidores.

PERGUNTA da Vereadora Márcia Socreppa - Informou que, em 2013 houve 6.047 notificações, e 2.798 casos confirmados, e questionou quais seriam os números para 2014.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que em 2014, há 6.416 notificações e 2.185 confirmações, com registro de dois óbitos já investigados e contabilizados.

PERGUNTA do Vereador Belino Bravin - Questionou quando é utilizado o fumacê no combate à dengue e quando iniciou sua aplicação.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que é utilizado quando há alto índice de casos da doença numa área abrangente da cidade, onde as máquinas costais e os bloqueios são insuficientes para fazer a destruição integral, quando a cidade está em situação de epidemia. Informou que o fumacê iniciou sua aplicação em 26 de março e que o Município de Maringá possui seis veículos para fazer os bloqueios.

PERGUNTA do Vereador Belino Bravin - Quando foi realizado o último levantamento da infestação, e quando será feito o próximo.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que o último levantamento foi feito em dezembro de 2013, balizando as estratégias de controle para os primeiros meses de 2014, e na última semana de março foi realizado o primeiro levantamento de infestação deste ano. Informou que o próximo será na primeira semana do mês de junho.

PERGUNTA do Vereador Belino Bravin - Quantos óbitos foram registrados em razão da dengue?

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que, neste ano, foram dois óbitos registrados por causa direta da dengue. Informou que para confirmar um óbito em razão da dengue o caso é investigado e passa por análise do Comitê Municipal de Investigação e Morte por Dengue, do Comitê Regional e do Comitê Estadual de Controle da Dengue. Informou que o óbito ocorrido na semana passada de uma criança de quatro anos, não aconteceu na rede pública, essa criança não tinha nenhuma passagem pelo serviço público, mas já foi solicitado ao atendimento privado toda a documentação e prontuários dessa criança e, se confirmada a morte como causa direta da dengue, será o terceiro óbito registrado na cidade, as demais mortes que estavam sob investigação não tiveram como causa a dengue.

PERGUNTA do Vereador Belino Bravin - Considerou que sendo Paçandu e Sarandi municípios tão próximos, se os números não deveriam ser contabilizados conjuntamente.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que, de acordo com os dados oficiais, a rede de saúde de Maringá atendeu em 30 dias, no intervalo entre fevereiro e março, 230 pacientes do Município de Paçandu e 569 pacientes de Sarandi.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Para questionar que lição a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde está tirando para o futuro dessa epidemia.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que as lições aprendidas dos anos anteriores foram importantes para que esse ano toda a rede municipal estivesse mais bem preparada para enfrentar a situação de epidemia sem tanto sufoco, e que as ações de mídia são importantes para conscientizar a população a receber bem os agentes de saúde nas suas casas. Dessa forma, aplicou-se a expertise de aumentar o número de profissionais nas unidades de saúde, estender o horário de atendimento das unidades do Quebec e do Jardim Pinheiros, para amenizar o atendimento nas UPAs, entre

outras ações. A lição é de reforçar a prevenção e não abaixar a guarda em momento algum, nem no inverno nem no verão.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Questionou se a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde tem feito um levantamento para averiguar se as campanhas publicitárias de mídia estão sendo eficazes no combate à dengue, ou se têm sido inócuas.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que a educação em dengue vem desde 1995, e as campanhas são sempre as mesmas, das três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal. Informou que considera que as campanhas são eficazes, porque todos estão cientes do problema da dengue e de quais são as ações de combate para cada pessoa e ninguém pode alegar a desinformação.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Se o Secretário possui conhecimento a respeito do desenvolvimento de uma vacina contra a dengue.

RESPOSTA do senhor Antonio Carlos Nardi - Informou que a vacina está em fase de teste bem avançado, mas ainda não utilizada em humanos. Hoje há um problema para confecção das vacinas. Informou que o Ministério da Saúde tem tido problemas de produção e abastecimento de imunobiológicos até para a produção das vacinas que estão contidas no calendário nacional, com risco de desabastecimento de vacinas de rotina pelo problema de produção. Asseverou a importância da vacina, porque ela acabará com o problema de morte por dengue.

6. ATA DA 5ª REUNIÃO – RESUMO - 13/05/2014

No dia treze do mês de maio de 2014, reuniu-se, no Plenário Vereador Ulisses Bruder, a **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA DENGUE**, instituída pela Portaria n. 063/2014, com a presença dos Vereadores **LUCIANO BRITO** - Presidente, **MÁRIO VERRI** - Relator, **BELINO BRAVIN**, **DR. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO** - Membros.

Iniciando os trabalhos, o Presidente Luciano Brito informou que foi convocado a prestar depoimento na presente data o senhor **Marco Antonio Lopes de Azevedo**, Diretor de Fiscalização da Secretaria de Gestão da Prefeitura Municipal de Maringá, e que o acompanham a senhora Rosana de Lima, assessora de Fiscalização e o senhor Rubens Sebastião Marin Neto, Gerente de Fiscalização Geral.

Em seguida, o Presidente Luciano Brito fez a chamada do convocado e iniciou a inquirição do senhor Marco Antonio Lopes de Azevedo – Diretor de fiscalização da Secretaria Municipal de gestão.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Qual é a função do setor de fiscalização da Prefeitura de Maringá no enfrentamento à dengue.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio Lopes de Azevedo - Em resposta Especificamente em relação à dengue o trabalho se desenvolve num momento anterior à prática mais contundente de fiscalização que ocorre nas residências e locais em que o lixo gerado vai ser retirado. Informou que o trabalho desenvolvido é para inibir que essa situação ocorra, atuando para o correto descarte de resíduos da construção civil e outros, para autuação de terrenos com má conservação, para que não se forme locais de descarte. O trabalho é realizado em operações conjuntas com a Secretaria Municipal de Saúde e de Serviços Públicos, e por meio dos mutirões. No dia a dia, o principal objetivo é atender às demandas que chegam através do n. 156, em que o cidadão

informa os locais em que há o descarte irregular do lixo. Informou que o trabalho é preventivo e inibe as práticas de descarte em terrenos de terceiros.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Questionou quais os setores e os locais em que a diretoria tem constatado a necessidade de atuação mais rigorosa.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que nos casos de descarte irregular o cidadão é autuado, e não notificado, pois se trata de crime ambiental. Informou que os trabalhos se concentram na região norte da cidade, de forma isolada, ou conjuntamente com a Secretaria Municipal de Saúde ou com a SEMUSP.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Qual o procedimento adotado em caso de notícia de descarte irregular.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que se o caso for de má conservação, há a autuação do proprietário e é dado um prazo para ele fazer a limpeza do local, havendo desconto no valor da multa se o proprietário efetuar a limpeza e comunicar à Prefeitura de Maringá. No descarte irregular, o cidadão é autuado e tem a obrigação de em até 48 horas dar a destinação correta, apresentar a nota fiscal na Prefeitura, indicando a destinação e obterá 50% de desconto na multa. Esse atendimento é prioritário na Secretaria, e no ano de 2013 houve registro de 7.528 indicações do cidadão através do 156, e em 2014, foram registrados 3.464 indicações. Dessa forma, boa parte da equipe está direcionada para verificar essas situações.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Questionou o que é feito quando a pessoa é multada e não cumpre a determinação do Município.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que as maiores autuações estão concentradas nos proprietários de terrenos, e as residências são mapeadas pela Secretaria Municipal de Saúde. Depois de autuado e decorrido

o prazo permanecendo o cidadão inerte, a equipe realiza a limpeza através da SEMUSP, sendo cobrado o valor referente aos serviços de remoção e destinação.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Sobre legislação das construções e o plano de gerenciamento de resíduos, o que a diretoria tem feito em relação à construção civil.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que a apresentação do plano de gerenciamento é feito no início da construção, e no momento do habite-se é encaminhado à Secretaria de Planejamento. A função de fiscalização é ir ao local e verificar se a construção seguiu o projeto e se foi contratado um serviço de caçamba para fazer a destinação dos resíduos, com as notas fiscais comprobatórias.

PERGUNTA do Vereador Belino Bravin - A fim de questionar qual o procedimento adotado ante a constatação que o proprietário de uma residência não faz o descarte correto do lixo.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que o proprietário é autuado, se não for o caso de vulnerabilidade social, e recolhe-se o resíduo, serviço que será cobrado posteriormente.

PERGUNTA do Vereador Belino Bravin - Questionou se a legislação existente é suficiente para punir as pessoas que descumprem os deveres de cuidado com a destinação dos resíduos.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que a legislação é de 2010 e surgiu num momento de epidemia, que é muito útil, mas pode ser modernizada.

PERGUNTA do Vereador Belino Bravin - Qual o procedimento da diretoria em áreas de fundo de vale.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que o primeiro passo é identificar o proprietário do imóvel, sendo o terreno particular, é exigida a limpeza, com a respectiva autuação. Sendo uma área pública, encaminha-se uma notificação à Secretaria Municipal de Serviços Públicos e efetua-se a limpeza.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Questionando se a fiscalização é sempre proveniente de alguma denúncia.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que a fiscalização é sistemática, mas que a orientação da fiscalização é prioritariamente as indicações do cidadão, pelo 156.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Qual o número de fiscais empenhados no combate à dengue.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que são 44 fiscais para todos os serviços que a Diretoria de Fiscalização desenvolve, de forma geral, para fazer todo tipo de fiscalização.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Qual o lapso temporal entre a autuação do proprietário e a limpeza, quando efetivada pela Prefeitura de Maringá.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - informou que vencido o prazo concedido para o cidadão fazer a limpeza, a Diretoria de Fiscalização encaminha o procedimento para a Secretaria de Serviços Públicos, para realizar, mas a legislação não determina um prazo específico.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Se nesse período de epidemia há alguma ação diferenciada por parte dos serviços de fiscalização.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que sim. Desde que os números elevados de casos notificados são apresentados, os serviços são

direcionados prioritariamente à fiscalização de dengue, com operações conjuntas com as Secretarias de Saúde e de Serviços Públicos.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Se o espaço público é fiscalizado, independente de ser municipal, estadual ou federal.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que as ações são direcionadas principalmente pelas denúncias do n.156. Quando é identificado que o imóvel é público é feito o encaminhamento para a SEMUSP, para fazer a limpeza ou o fechamento do local, com alambrados. Em imóveis antigos ou fechados, mesmo de outros entes da federação, os fiscais entram mediante autorização judicial e a SEMUSP realiza a limpeza.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Questionou se o maior trabalho reside nos imóveis públicos ou nos particulares.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que são os imóveis particulares que demandam maior trabalho. Eventualmente um imóvel público chama a atenção porque tem grande extensão, mas todas às vezes em que a Diretoria é demandada imediatamente se encaminha para que seja feita a limpeza.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Questionou quantos mutirões já foram feitos e se há um relatório desses mutirões.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que esse ano foram feitos três mutirões concentrados em áreas que tem muita reclamação ou nos bairros da zona norte, conforme está discriminado no Relatório de Fiscalização entregue à CPI.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Sobre a existência de uma legislação chamada “lei do bota fora” e se ela está sendo cumprida.

RESPOSTA do senhor Marco Antonio - Informou que os fiscais não utilizam essa legislação e informou que não sabe se essa lei está em vigor. Mas que foram feitos mutirões em que o cidadão foi orientado a colocar todo o seu entulho para fora de casa e o Poder Público recolheu, fazendo na prática um “bota fora”.

7. ATA DA 6ª REUNIÃO – RESUMO - 19/05/2014

No dia dezenove de maio de 2014, reuniu-se, no Plenário Vereador Ulisses Bruder, a **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA DENGUE**, instituída pela Portaria n. 063/2014, com a presença dos Vereadores **LUCIANO BRITO** - Presidente, **MÁRIO VERRI** - Relator, **BELINO BRAVIN**, **DR. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO** e **MÁRCIA SOCREPPA** - Membros.

Iniciando os trabalhos, o Presidente Luciano Brito informou que foi convocado a prestar depoimento na presente data inquirição. do senhor **Vagner Mussio**, Secretário Municipal de Serviços Públicos, e que o acompanha a senhor Gilson Roberto da Silva, Diretor de Serviços Públicos da SEMUSP.

APRESENTAÇÃO do senhor Vagner Mussio - Para informar qual o âmbito de atuação da Secretaria, no que tange à limpeza pública. Informou que a Secretaria de Serviços Públicos conta com um efetivo de 180 homens para a limpeza pública, com 14 caminhões da Prefeitura de Maringá, 10 caminhões locados, 06 máquinas e 09 tratores, fora as varredoras mecânicas. Informou que no ano de 2013 trabalhou-se 365 dias, tendo realizado 1.373 viagens de caminhão retirando o lixo da cidade, com volume de 10.984 m³ de lixo, perfazendo 3.338 toneladas de lixo. Informou que esse ano, em 136 dias de trabalho, já se realizou 1.442 viagens de caminhão, com volume de 11.440 m³ de lixo, perfazendo 5.146 toneladas de lixo. Informou que o valor gasto para a correta destinação do lixo chega a R\$ 700.000,00. Em 2013 houve uma média de 3,76 viagens por dia e em 2014 a média é de 10,62 viagens por dia. Informou que dos pedidos de limpeza advindos do 156 em 2013, foram atendidos 3.616 e em 2014 já foram atendidos 1.794, isso fora a limpeza normal da cidade. Em 2013 foram feitas 8.129 limpezas de boca de lobo, conforme solicitadas por meio do 156, em 2014 já totalizou 2.556. Além dos dados informados, o convocado mostrou fotos das atuações da Secretaria de Serviços Públicos.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Questionando quais as atribuições da SEMUSP e, no tocante à dengue, quais as ações de combate.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que a SEMUSP é uma Secretaria fim, com 19 Gerências, de atuações diferentes. No caso da dengue, a Secretaria de Serviços Públicos trabalha rotineiramente na atuação de limpeza pública, e a partir da situação de epidemia a Secretaria ampliou seus trabalhos, em parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde e de Gestão Pública. E quando encontra áreas de risco a SEMUSP denuncia para a Gerência de Fiscalização da Secretaria de Gestão, para as medidas necessárias.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Questionou quais os números referentes ao trabalho desenvolvido em relação à coleta de lixo.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que a coleta convencional do Município retira 300 toneladas/dia de lixo. No ano de 2013 foram retiradas 4.338 toneladas de lixo descartadas irregularmente. Em 2014, registrou-se um aumento de descarte irregular, com 5.146 toneladas de lixo. Informou que os casos de moradores que acumulam lixo em suas residências atrasam o trabalho de limpeza pública porque gasta-se muito tempo para realizar esses serviços, e os funcionários necessários para realizar essa limpeza poderiam estar em outros locais.

PERGUNTA do Presidente Luciano Brito - Como está sendo feita a limpeza das bocas de lobos.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que nos bairros Borba Gato e Vila Esperança, foi realizada a limpeza de 100% das bocas de lobo. Informou que são atendidos os pedidos do n.156, por meio da junção dos pedidos da mesma região, para realizar a limpeza no bairro inteiro de forma a otimizar o

serviço de limpeza da caixa e da galeria. As equipes fazem um mapeamento das regiões onde tem mais pedidos para direcionar as ações da Secretaria.

PERGUNTA do Presidente da CPI Vereador Luciano Brito - Se está sendo cumprida a “Lei do Bota Fora”.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que todas as leis são encaminhadas à Procuradoria do Município para que eles informem quais os limites de atuação da Secretaria de Serviços Públicos. Informou que foi realizado o “bota fora” na região da Zona 06, e que as pessoas puseram o lixo dos seus quintais nas ruas para a Prefeitura recolher, e que foi necessário mais de uma semana para conseguir remover todos os resíduos, assim a ação da Secretaria não foi realizada como se pretendia.

PERGUNTA do Vereador Belino Bravin - A fim de questionar se o Secretário acredita que a SEMUSP possui muitas atribuições em relação ao seu contingente de funcionários, e se consegue desempenhar bem todas elas.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que a SEMUSP é a Secretaria fim, por isso, muitas ações acabam ali, de forma residual. Informou que o quadro de atribuições já reduziu, tendo sido retirado o setor de feiras livres. Mas como a SEMUSP possui os equipamentos e demais itens necessários, os serviços, de maneira geral, acabam voltando. Informou que a Secretaria de Serviços Públicos é bem distribuída, pois cada Gerência possui o seu espaço físico e seus servidores, dessa forma, não tem problema com os atendimentos. Informou que realizaram concursos públicos para gari, mas não conseguiram completar o quadro de pessoal necessário. Informou que alguns setores devem ser terceirizados para facilitar o cumprimento das atividades, como é o caso da coleta de lixo, a fim de se possibilitar também a coleta seletiva.

PERGUNTA do Vereador Belino Bravin - Questionou o que o Secretário poderia informar a respeito do apoio dado pelo Município às cooperativas de coleta seletiva.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que o gestor da coleta seletiva é a Secretaria de Saneamento, é uma atribuição que está saindo da Secretaria de Serviços Públicos. Mas que a parte de acompanhamento, ainda está a cargo da SEMUSP. Informou que a cooperativa utiliza-se de três caminhões locados pela Prefeitura de Maringá, e que o Município está montando galpões para serem utilizados. Informou que o funcionário da coleta convencional não pode realizar outra função e que hoje há 50 presos que trabalham como coletor, porque foram realizados oito concursos públicos, e houve dificuldade de contratação. Informou que a terceirização pode resolver vários problemas, que a questão está em estudo e que espera o estudo de viabilidade econômica. Se for implantada a terceirização, serão implantados os pontos de entrega voluntários, onde os carroceiros e pequenos geradores poderão despejar os resíduos, será montado um ponto de triagem, no antigo aterro sanitário de Maringá, e todo esse material terá a coleta feita pelo Município e entregue à cooperativa já descontaminado a fim de agregar valor, e poderá fazer a comercialização e ter lucro. Utilizaremos 100% da mão-de-obra da coleta convencional, investindo em equipamento da coleta seletiva, entregando para os cooperados para que possam trabalhar na separação. Informou que estão sendo feitos investimentos para reformar e ampliar os galpões e, após a terceirização da coleta convencional, o Município passará a fazer a coleta seletiva, com utilização de servidores públicos, para entregar o material às cooperativas, que ficarão apenas com a função de separação.

PERGUNTA do Vereador Belino Bravin - O que é feito quando as pessoas jogam lixo nos fundos de vale.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que quando essa pessoa é identificada, ela é multada e tem que retirar o lixo, mas quando não há identificação a Secretaria de Serviços Públicos realiza a limpeza. Informou que os resíduos de construção civil devem ser entregues em uma das pedreiras da cidade que dará a destinação correta. Informou que no ano passado, a Secretaria de Serviços Públicos fez a limpeza e fechamento com alambrados do Parque Gralha Azul, que fica na região do Conjunto Ney Braga e

Laranjeiras, sendo feita uma pista de caminhada. Com esse projeto piloto foi feito um trabalho de fechamento dos fundos de vale que está sob a responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, e a SEMUSP acompanha apenas a entrega da obra. Informou que, hoje, existem 196 cadastros de fundo de vale, e alguns espaços invadem áreas particulares, de forma que o Município informa ao proprietário para que faça o cercamento. Esse trabalho diminui o despejo de lixo, porque dificulta o acesso a esses locais.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Questionou quanto o Município gasta por ano com cada tonelada do lixo que recolhe.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que com a coleta convencional se gasta R\$ 89,00/tonelada, sendo que, por dia, recolhe-se 300 toneladas de lixo. Informou que o lixo recolhido esse ano, teve um valor de destinação aproximado de meio milhão de reais, e que até o fim do ano, provavelmente chegará a um milhão e meio de reais. Deve-se considerar ainda outros custos, como a mobilidade dos caminhões, a hora máquina, os funcionários, porque esses terrenos que são limpos, na maioria da vezes, são particulares. Informou que o Prefeito Pupin entregou R\$ 5.900.000,00 em veículos e equipamentos para que se possa fazer a limpeza, e está ampliando a pavimentação, o que facilita muito a limpeza pública.

RESPOSTA Vereador Dr. Manoel - Questionou o que a Secretaria de Serviços Públicos tem feito para incentivo de coleta seletiva e reciclagem.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que o coletor de materiais recicláveis, de ferro velho, se bem auxiliado, é um parceiro do Município porque retira o lixo da cidade e contribui com o meio ambiente. Informou que o Município tem três caminhões locados, dos quais a cooperativa se utiliza, que a Coopervidros recebe do Município para fazer a coleta dos vidros da cidade. A Prefeitura de Maringá está ampliando os galpões das cooperativas, estão construindo um salão novo na saída para Astorga, para melhorar as condições de trabalhos dos cooperativados. Informou que há empresários que necessitam também dos materiais recicláveis, que trabalham com garrafas pet, por

exemplo. Informou que o trabalho está sendo feito, a fim de investir na coleta seletiva em Maringá, e o Município se dispõe a fazer 100% do recolhimento e entregar para as cooperativas.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Quanto às invasões aos fundos de vale, se há planejamento para combater essas invasões para o futuro.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que essa questão é pertinente à Diretoria de Fiscalização da Secretaria de Gestão, e informou que alguns ocupantes que moravam no Parque Gralha Azul foram retirados para se fazer o cercamento. Que as pessoas tem ciência que estão alocados de forma irregular, e sabem que quando vier a fiscalização terão que se retirar. Informou que estão sendo recuperados esses fundos de vale, com o cercamento, plantio de árvores nativas, construção de pistas de caminhada, de forma que fique inviável às ocupações irregulares.

PERGUNTA do Vereador Dr. Manoel - Se o Ministério das Cidades manda recursos para a revitalização dos fundos de vale, e se esse recurso é aplicado.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que essa informação não faz parte do âmbito da Secretaria, mas comprometeu-se a enviar os dados após pesquisa junto à Secretaria de Fazenda.

PERGUNTA da Vereadora Márcia Socreppa - informando que a cidade cresce rapidamente e questionou porque a SEMUSP não realiza a coleta dos resíduos da construção civil.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que o Município não pode coletar o lixo do grande gerador, por força de lei. Que o construtor deve contratar um serviço especializado de caçamba para proceder ao recolhimento e à correta destinação, inclusive comprovando mediante notas fiscais, para receber o habite-se ao fim da obra.

PERGUNTA da Vereadora Márcia Socreppa - Questionou porque a coleta seletiva no Município é falha.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que o motivo é a falta de mão de obra, problema esse que se pretende resolver com a terceirização da coleta convencional. Informou que deverão ser feitos programas de conscientização da população, para que separem seu lixo e se possibilite a coleta dos recicláveis. Informou que para suprir a falta de mão-de-obra utilizam presos, mas que essa situação deve melhorar, pois a empresa terceirizada terá que proceder aos investimentos, como os pontos de entrega. Informou que a terceirização é necessária porque os coletores efetuam um trabalho pesado de correr atrás dos caminhões recolhendo o lixo, e não agüentam ficar nessa função por mais de dez anos. Depois desse período, por ser servidor estável, não pode ser demitido, e tem que ser remanejado dentro da Secretaria, por esse motivo, faltam coletores. Com a coleta seletiva esse trabalho se torna mais leve, e o servidor poderá ser aproveitado por mais tempo nessa função.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Informando que a Secretaria de Serviços Públicos possui muitas atribuições, sendo que, por outro lado, as atribuições da Secretaria de Saneamento são reduzidas, após informou sobre os dados da Secretaria de Saúde do Estado, os quais revelam que a população mais atingida pela dengue é a população economicamente ativa, e questionou a que o Secretário atribui esse fato.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que todas as solicitações feitas pela Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias no combate à dengue foram atendidas. Informou que desde 2006 existem caminhões locados, que esse ano estão sendo usados prioritariamente na limpeza pública, que foram instaladas lixeiras em vários locais públicos, mas as pessoas continuam jogando lixo na rua. Informou que na Avenida Tiradentes nas madrugadas de sexta para sábado, são recolhidos cerca de 300 garrafas descartáveis de bebidas, que causa acúmulo de água e proliferação do mosquito. Asseverou, dessa forma, que a questão é de respeito e educação da própria população. Assim, devem ser feitos trabalhos de conscientização das

peessoas, nas escolas e nos locais públicos, com campanhas para melhorar as atitudes de cada morador. Informou que o número de funcionários trabalhando na limpeza é insuficiente e que deveriam estar trabalhando cerca de 20.000 coletores, para uma cidade do porte de Maringá, com 380.000 habitantes. Afirmou também que a lei deveria ser mais severa quanto às punições às pessoas que acumulam lixo nos seus quintais, com aplicação de multas mais pesadas e encaminhamento do caso ao Ministério Público para responsabilizar a pessoa também por crime contra a saúde pública, por estar agravando a situação de epidemia da cidade.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Se a coleta ocorre com a frequência certa, se o Secretário possui o controle do cumprimento das escalas e qual o mapa seguido para a coleta na cidade, pois há muitas reclamações que os coletores passam em dias diversos do que deveriam causando transtorno à população. Em resposta o senhor Vagner Mussio informou que, realmente, não são cumpridos rigorosamente as escalas da coleta na cidade, em razão da falta de funcionários. Informou que nos últimos anos foram realizados oito concursos públicos, sendo que se inscreveram 408 pessoas, aprovou-se 185 pessoas, nomeou-se 145 pessoas, 30 desistiram e 10 foram inabilitados, dessa forma, não se contratou o número de servidores necessário e que no mês de junho se pretende abrir o nono concurso. Informou que Maringá possui 23 caminhões coletores de lixo, entre caminhões antigos e mais novos. Com a falta de mão-de-obra optou-se pela terceirização, pois há mais eficiência na coleta.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Qual o salário inicial da carreira para esses coletores.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que o piso do sindicato da iniciativa privada é de R\$ 840,00, mais 40% de adicional de insalubridade, o salário total é de R\$ 1.135,00. No serviço público o salário inicial é R\$ 942,00, recebe abono pela função de coletor de R\$ 377,18, mais 40% de adicional de insalubridade, o salário total é de R\$ 1.608,18. E todos eles ainda fazem horas extras, recebendo até R\$ 2.500,00 por mês.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Em relação aos ocos das árvores que acumulam água e criam mosquitos da dengue, se existem funcionários suficientes para o corte das árvores e como esse trabalho é feito.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que responde pelo período a partir de 2005, ano em que assumiu a Secretaria. Que em 2005 havia uma fila de espera de sete anos, pois haviam pedidos desde 1999. Em 2005 a poda era feita com escadas, hoje os equipamentos são todos automatizados com caminhões de cesto aéreo que alcançam até 22 metros. Estão chegando dois de trituradores de galhos, para fazer a trituração no local da retirada, economizar tempo e valorizar o material que resulta da trituração, pois esse material vai para leilão. Estão sendo enviados carros novos para os agentes de fiscalização. Informou que em 2005 havia apenas um engenheiro florestal e hoje são quatro, todavia, Maringá tem cerca de 150.000 árvores plantadas no passeio público, e nem todos os pedidos de remoção que chegam no 156 serão atendidos, porque precisa de autorização de um engenheiro. Informou que semana passada realizou-se licitação para remoção de 800 árvores de porte pequeno, 1300 de porte médio e 1300 de grande porte, além de 5000 desbarras e 5000 podas. Informou que todas as licitações anteriores as empresas desistiram porque se espantavam com o tamanho das árvores de Maringá, que na Zona 02 há árvores com 25 metros de altura, o que é incomum. Na licitação houve um vencedor de Joinville-SC para os serviços de remoção de 1300 árvores de porte médio, 5000 desbarras e 5000 podas, que se comprometeu a colocar equipamentos 2014 em Maringá, com profissionais especializados. Mas a licitação foi deserta para remoção de 800 árvores de porte pequeno e 1300 de grande porte. Está sendo remarcada nova licitação. Informou que a Prefeitura de Maringá possui uma equipe que durante o dia trabalha com a Secretaria de Serviços Públicos e durante as madrugadas e vendavais trabalha com a Defesa Civil, esses homens conseguem arrancar cerca de 250 árvores por mês, fora as podas e desbarras. Para a remoção das 1300 árvores de porte médio já foi dada a ordem de serviço e o empenho. Objetiva-se realizar a remoção e recuperação de 3400 árvores nos próximos meses. Informou que a Prefeitura de Maringá possui parecer favorável para remoção de 5000 árvores e outras, que não foram permitidas, são para podas,

podas de raízes e desbarras. Informou que a retirada é, em média, de 250 árvores por mês, e 700 árvores são replantadas por mês. Hoje o correto seria arrancar tudo e replantar, mas o Ministério Público do Meio Ambiente não permite isso, porque entende que o Município tem que recuperar a árvore e não arrancar. A questão da arborização é complicada, pois existem muitas regras que tem que ser observadas, mas a preocupação maior do Município é o replantio de árvores. Se houver um oco na árvore que cria mosquito da dengue deve-se cobrir esse local, mas não arrancar a árvore, porque para isso precisa de um trâmite legal.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Se existe a fiscalização das calhas das residências em que há grande acúmulo de água.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que essa função não é da Secretaria de Serviços Públicos, que seria uma atribuição da Diretora de Fiscalização, mas não sabe informar se esse serviço é feito, pois as calhas são de responsabilidade dos proprietários dos imóveis. Além disso, esse trabalho seria muito complexo, pois teria que contratar cerca de 5000 fiscais equipados com escadas e equipamento individuais de proteção para poder fazer a fiscalização nas calhas de todas as residências de uma cidade do porte de Maringá.

PERGUNTA do Vereador Mário Verri - Informou que o Secretário de Saúde, Antonio Carlos Nardi informou, quando de sua estada diante da CPI, que na parte da saúde tudo foi feito corretamente, e que não poderia responder pelas falhas de outros, e deixou claro que o problema da dengue é o lixo. Dessa forma, questionou se a Secretaria de Serviços Públicos teve falhas e se alguma ação foi intensificada para combater a epidemia de dengue.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que a Secretaria de Serviços Públicos fez tudo o que poderia fazer. A questão é que o lixo que causa problemas está dentro dos quintais, o pratinho de flor ainda é um dos piores causadores da dengue. Todas as ações da Secretaria Municipal de Saúde foram feitas com a Secretaria de Serviços Públicos. Se não houver o

empenho de todos o problema da dengue vai voltar. O fato de não aumentar o número de caminhões mostra a eficiência da Secretaria, pois com o mesmo número de caminhões hoje se recolhe mais lixo. E o medo de o cidadão ter lixo no seu quintal e levar multa, faz com que ele jogue o seu lixo na rua, chegando ao absurdo de a Secretaria ter que colocar placas com o aviso “proibido jogar lixo”, diante do número de resíduos recolhidos nos canteiros centrais em certas localidades da cidade. Informou que a Secretaria de Serviços Públicos é a que inicia seu expediente mais cedo, que às 06h00min os coletores já iniciam a jornada de trabalho, em alguns setores o expediente se inicia às 07h00min, e possui plantão de 24 horas. Informou que em 1991 a SEMUSP tinha 1000 funcionários e que hoje possui 1000 funcionários, sendo que cidade aumentou muito, isso revela a eficiência da Secretaria porque houve grandes investimentos em tecnologia. Após, informou que existe uma lei criada no Governo Federal a respeito da logística reversa, que deveria ser implantada no Estado e no Município para que os fornecedores dos produtos de consumo tenham a obrigação de recolher os materiais que não mais são usados, quando o consumidor pretende adquirir um produto novo.

PERGUNTA do Relator Mário Verri - Qual o orçamento da Secretaria de Serviços Públicos, qual o valor destinado às ações de combate à dengue; quanto à manutenção, qual o número de oficinas credenciadas, quais os valores gastos e se os serviços são executados no tempo correto; quais as informações detalhadas sobre os gastos com manutenção de carros sob responsabilidade da SEMUSP, se o Secretário consegue, em razão do volume de atribuições da secretaria, fiscalizar os serviços e peças descritas nas faturas de manutenção.

RESPOSTA do senhor Vagner Mussio - Informou que não possui todas as informações solicitadas, mas comprometeu-se a encaminhar as respostas se a CPI solicitar por escrito. Quanto à manutenção dos veículos informou que a Prefeitura de Maringá tem uma central de manutenção de veículos com funcionários de carreira, fazendo com que a prestação desse serviço seja mais eficiente.

8. ATA DA 7ª REUNIÃO – RESUMO - 26/05/2014

No dia vinte e seis do mês de maio de 2014, reuniu-se, na Sala de Comissões Permanentes e Temporárias, a **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA DENGUE**, instituída pela Portaria n. 063/2014, com a presença dos Vereadores **LUCIANO BRITO** - Presidente, **MÁRIO VERRI** - Relator, **BELINO BRAVIN**, **DR. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO** e **MÁRCIA SOCREPPA** - Membros.

Iniciando os trabalhos, o Relator Mário Verri informou sobre o protocolo de requerimento de sua autoria, o qual solicita que se oficie à Secretaria de Serviços Públicos para informar qual é o atual quadro de funcionários lotados na SEMUSP e quantos trabalham especificamente na coleta do lixo doméstico; qual é o calendário de coleta de lixo doméstico na cidade de Maringá, informando os dias e os bairros atendidos nos respectivos dias; quantas viaturas estão disponíveis para a SEMUSP; a lista com os modelos e marcas das viaturas; quantas viaturas estão paradas para manutenção, reparos ou outras finalidades; quantos caminhões de coleta de lixo doméstico fazem parte da atual frota desta Secretaria; o valor nominal gasto em manutenção de viaturas no ano de 2013 e nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2014 e a lista das oficinas licitadas ou contratadas, contendo nome fantasia, razão social e CNPJ, que prestam serviço de manutenção e reparo das viaturas, além dos valores faturados para as mesmas no ano de 2013 e nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2014.

Após, informou que o requerimento recebeu parecer jurídico favorável. Posto em votação o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Após, informou sobre o protocolo de requerimento também de sua autoria, o qual solicita que se oficie à Secretaria de Serviços Públicos para informar qual o orçamento da SEMUSP para os anos de 2013 e 2014 e qual valor foi destinado às ações de combate e prevenção de dengue em Maringá, e quais foram elas no ano de 2013 e nos meses de janeiro,

fevereiro, março, abril e maio de 2014, e que recebeu parecer jurídico favorável. Posto em votação o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Por fim, informou sobre o requerimento de sua autoria, protocolado na presente data, motivo pelo qual não consta o parecer jurídico, o qual solicita oitiva dos representantes do fórum lixo e cidadania - região Noroeste do Paraná, a fim de contribuir com os trabalhos da CPI. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, designando-se a convocação para a próxima reunião, dia 02 de junho, se o parecer jurídico for favorável.

Após, os vereadores passaram a discutir alguns apontamentos em relação ao Relatório Final. Nesse sentido, o Relator Mário Verri orientou aos membros que levantem as questões que entendam pertinentes para discussão, para que nas próximas semanas se encerrem os trabalhos.

Quanto ao tema, o Presidente Luciano Brito sugeriu que a Comissão monte um esqueleto para orientar a estruturação do relatório, a fim de abarcar os cinco pontos levantados no requerimento de instalação da CPI, e que os membros tragam suas conclusões quanto aos diversos temas apontados.

Por fim, o Relator Mário Verri sugeriu que no dia 09 de junho, a CPI faça uma reunião com a apresentação do Relatório, para ciência dos membros e, não havendo discordância, haja a entrega na sessão plenária do dia 10 de junho.

Após, informou o Presidente Luciano Brito sobre o recebimento de denúncias quanto aos trabalhos da Prefeitura de Maringá na prevenção da dengue, solicitando que se encaminhe ofício ao Município para que verifique os fatos e tome as providências necessárias.

Por fim, acordaram os membros em realizar uma reunião extraordinária no dia 04 de junho, para finalizar os pontos mais importantes do Relatório Final.

9. ENCAMINHAMENTOS EXTERNOS –

Ofício n. 01/CPI-063/14, ao senhor **JOAQUIM FRANCISCO DOS SANTOS NETO** - Coordenador da Divisão de Acompanhamento e Execução de Leis e Projetos Especiais, em 24 de abril de 2014, solicitando uma pesquisa sobre os Requerimentos e as Indicações protocolados nesta Casa de Leis, mormente os anos de 2013/2014 (até a presente data).

Ofício n. 02/CEE-063/14, ao Senhor **Dr. KAZUMICHI KOGA** - Diretor da 15ª Regional de Saúde - MARINGÁ/PR, em 25 de abril de 2014, solicitando envio dos nomes dos servidores responsáveis pelo setor de Setor Epidemiológico da 15ª. Regional de Saúde de Maringá.

Ofício n. 03/CEE-063/14, Ao Senhor **CARLOS ROBERTO PUPIN** - Prefeito Municipal de Maringá - MARINGÁ/PR, em 29 de abril de 2014 em razão da aprovação por unanimidade do Requerimento do Vereador Luciano Brito, solicitando o envio das seguintes informações: 1. Cópia dos materiais de Campanha de enfrentamento à Dengue, empregados pelo município nos anos de 2013 e 2014 em Maringá; 2. Cópia do Plano de enfrentamento à Dengue do município de Maringá, empregado nos anos de 2013 e 2014; 3. Cópia das agendas de ações de enfrentamento à Dengue da Secretaria Municipal de Saúde; 4. Cópia das agendas de ações de enfrentamento à Dengue da Secretaria Municipal de Serviços Públicos; 5. Cópia das agendas de ações de enfrentamento à Dengue do Setor de Fiscalização; 6. Cópia dos manuais e protocolos de atendimentos aos munícipes que procuram as unidades de saúde do município com suspeita de dengue, empregados pela Secretaria Municipal de Saúde e produzidos pelo município; 7. Cópia dos manuais e protocolos de atendimentos aos munícipes que procuram as unidades de saúde do município com suspeita de dengue, empregados pela Secretaria Municipal de Saúde e produzidos pelo Governo do Estado e União; 8. Cópia do Plano de Contingência para atendimento de pacientes com Dengue, empregados pela Secretaria Municipal de Saúde; 9. Cópia do Relatório de capacitação dos servidores da saúde para atendimento de pacientes com

dengue; 10. Cópia do Relatório de Mobilização para o enfrentamento à Dengue; 11. Informar os dados consolidados acerca das notificações e confirmações de pacientes com Dengue, atendidos na Rede Municipal de Saúde de Maringá: a) casos notificados mês a mês no ano de 2013 e 2014;b) casos confirmados mês a mês no ano de 2013 e 2014;c) casos notificados semana a semana no ano de 2013 e 2014;d) casos confirmados semana a semana no ano de 2013 e 2014.12. Informar os dados consolidados acerca das fiscalizações no tocante aos criadouros em áreas privadas e domiciliares: a) índices de infestação do mosquito *Aedes Aegyti* por área e/ou bairro, mês a mês no ano de 2013 e 2014; b) quantidade de notificações de proprietários para a limpeza de áreas privadas e domiciliares, mês a mês no ano de 2013 e 2014; c) quantidade de pedidos de autorizações judiciais para limpeza de áreas privadas e domiciliares, mês a mês no ano de 2013 e 2014;d) quantidade de notificações de proprietários para a limpeza de áreas privadas e domiciliares, mês a mês no ano de 2013 e 2014;g) quantidade de multas a proprietários por falta de limpeza de áreas privadas e domiciliares, mês a mês no ano de 2013 e 2014.13. Relatório das ações para eliminação dos criadouros em áreas públicas, sobretudo em terrenos baldios e áreas de fundo de vale; 14. Informar quais os métodos utilizados relativamente ao serviço de coleta e de destinação dos resíduos sólidos domiciliares.

Ofício n. 04/CEE-063/14, Ao Senhor **ANTÔNIO CARLOS NARDI** - Secretário de Saúde do Município de Maringá - MARINGÁ/PR, em 29 de abril de 2014, em razão da aprovação por unanimidade do Requerimento da Vereadora Márcia Socreppa, solicitando o envio das seguintes informações: 1. Quantas pessoas deram entrada nos hospitais e postos de saúde do Município com sintomas da Dengue, e quantas foram diagnosticadas; 2. Se houve algum óbito, e, em caso positivo, quantos foram.

Ofício n. 05/CPI-063/14, Ao senhor **JOAQUIM FRANCISCO DOS SANTOS NETO** - Coordenador da Divisão de Acompanhamento e Execução de Leis e Projetos Especiais, 29 de abril de 2014, De acordo com a instituição da CPI DA DENGUE, através da Portaria n. 063/2014, e conforme o envio do ofício n. 01, vimos, por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria seja realizada uma

complementação das informações requeridas, pois em conformidade com o aprovado na última reunião, dia 28 deste mês, o Vereador Mário Verri necessita de uma pesquisa que tenha abrangência dos últimos 10 (dez) anos, no tocante ao que foi protocolado neste Legislativo sobre a Dengue, ou seja Indicações, Requerimentos, Projetos de Leis e ofícios.

Ofício n. 06/CEE-063/14, Ao Senhor **Dr. KAZUMICHI KOGA** - Diretor da 15ª Regional de Saúde - MARINGÁ/PR, em 29 de abril de 2014, em razão da aprovação por unanimidade do Requerimento do Vereador Dr. Manoel Álvares Sobrinho, solicitando o envio das seguintes informações: 1. Dados estatísticos, separados mês a mês, desde janeiro de 2013, de índices de casos notificados de pacientes com Dengue nos Municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu; 2. Dados estatísticos, separados por bairro, mês a mês, desde janeiro de 2013, de índices de casos notificados de pacientes com Dengue nos Municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu; 3. Dados estatísticos, separados mês a mês, desde janeiro de 2013, de índices de casos confirmados de pacientes com Dengue nos Municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu; 4. Dados estatísticos, separados por bairro, mês a mês, desde janeiro de 2013, de índices de casos confirmados de pacientes com Dengue nos Municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu; 5. Dados estatísticos, separados mês a mês, sobre o número de criadouros da larva do mosquito da Dengue encontrados nos municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu, indicando onde foram encontrados esses criadouros nos imóveis (resíduos sólidos, pratinhos de plantas, por exemplo); 6. Dados estatísticos, separados por bairro, mês a mês, sobre o número de criadouros da larva do mosquito da Dengue encontrados nos Municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu, indicando onde foram encontrados esses criadouros nos imóveis. (resíduos sólidos, pratinhos de plantas, por exemplo).

Ofício n. 07/CEE-063/14, Ao Senhor **ANTÔNIO CARLOS NARDI** - Secretário de Saúde do Município de Maringá - MARINGÁ/PR, 06 de maio de 2014, solicitando o envio das seguintes informações: 1. Cópia do plano de aplicação VigiaSUS referente aos anos de 2013 e 2014; 2. Planos de contingência referente aos anos de 2013 e 2014, aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde.

Ofício n. 08/CEE-063/14, À Senhora **MAGDA LÚCIA FÉLIX DE OLIVEIRA** - Diretora Superintendente do Hospital Universitário Regional De Maringá - MARINGÁ/PR, em 06 de maio de 2014, em razão da aprovação por unanimidade do Requerimento do Vereador Mário Verri, solicitando o envio de uma listagem de óbitos infantis ocorridos no período de 1º de janeiro à 30 de abril de 2014, contendo a *causa mortis* e diagnóstico inicial da internação.

10. EXPEDIENTES RECEBIDOS

Ofício n. 988/2014 – SEMUSP, datado de 19 de maio de 2014, que constam cópia de documentos e fotos, referentes aos trabalhos de Limpeza Pública e Recolhimento de Resíduos Convencionais de 2013 e 2014.

Relação de Documentos entregues à Comissão no dia 05 de maio de 2014, referentes ao trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde – Diretoria de Vigilância em Saúde, contendo cópias do Plano de Contingência Municipal – 2013 e 2014, Organização do Programa Municipal de Controle da Dengue, cópia das Diretrizes Nacional para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue – Ministério da Saúde; cópias de diagnóstico e Manejo Clínico Adulto e criança, manual de enfermagem do Ministério da Saúde; notificações/2013 até abril de 2014; denúncias via Ouvidoria Municipal n. 156/2013, cópia composição do Comitê de Mobilização e Combate à Dengue; Campanha Publicitária 2013-2014; cópia dos resultados dos Levantamentos de Índice de Infestação (LIRA a) 2013; cópia das capacitações realizadas em 2013 e 2014; Gráficos e Planilhas dos casos notificados e confirmados de dengue nos anos de 2013 e 2014, por semana epidemiológica; Relatório das atividades desenvolvidas para o controle da dengue em 2013 e 2014; cópia das CIs enviadas às outras Secretarias (SEMUSP, SEGE, SEMA) para providências de situações de risco encontradas (roçada de terrenos, limpeza de fundos de vale e desobstrução de bueiros); Relatório das atividades desenvolvidas pela Vigilância Ambiental no controle da dengue; Relatório Anual de Gestão 2013; Material educativo utilizado – folders e panfletos.

11. DADOS ENVIADOS PELA 15ª REGIONAL DE SAÚDE E DISPONIBILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO PARANÁ NA INTERNET

O ofício n. 57/2014/SCVGE de resposta ao ofício n.06/CPI/063/2014, encaminhado pela 15ª Regional de Saúde, à solicitação encaminhada por esta CPI, traz informações relevantes para que se consiga entender a epidemia de Dengue em nosso Município (anexo I).

Primeiramente, chama a atenção a planilha intitulada “Casos de dengue – 15ª Regional de Saúde/SE ano 2014” (p. 2 do ofício-resposta), pois há municípios arrolados na referida planilha com **índice zero** no quesito *coef. notificação por/100.000*. São esses Flórida, Ivatuba, Lobato, Munhoz de Melo, Santa Inês, e Uniflor. Segundo informações contidas na mesma planilha o número de habitantes desses municípios é: Flórida 2.724 (dois mil setecentos e vinte e quatro), Ivatuba 3.043 (três mil e quarenta e três), Lobato 4.323 (quatro mil trezentos e vinte e três), Munhoz de Melo 3.209 (três mil duzentos e nove), Santa Inês 2.150 (dois mil cento e cinquenta) e Uniflor 2.102 (dois mil cento e dois). A característica que unifica esses municípios é a de que os mesmos possuem uma população diminuta, o que pode facilitar a prevenção da dengue:

Quando analisados na mesma planilha municípios com uma população no intervalo entre 15.000 (quinze mil) a 20.000 (vinte mil habitantes), nota-se que o *coef. notificação por/100.000* aumenta. Isso pode ser constatado com os Municípios; de Astorga - que possui uma população de 24.641 (vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta e um) habitantes, e que apresentou um *coef. notificação por/100.000* na ordem de 182,62; Marialva – que possui uma população de 33.872 (trinta e três mil oitocentos e setenta e dois) habitantes, e que apresentou um *coef. notificação por/100.000* na ordem de 242,09; Paçandu – que com uma população de 38.053 (trinta e oito mil, e cinquenta e três) habitantes apresentou um *coef. notificação por/100.000* na ordem de 249,65; Sarandi – que com uma população de 91.364 (noventa e um

mil, trezentos e sessenta e quatro) habitantes apresentou um *coef. notificação por/100.000* na ordem de 437,81.

Porém, há outros municípios na mesma faixa de número de habitantes que os arrolados anteriormente, que possuem índices menores que esses: Colorado possui 22.649 (vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e nove) habitantes, e apresentou um *coef. notificação por/100.000* na ordem de 17,66; Mandaguaçu, com uma população de 18.641 (dezoito mil, seiscentos e quarenta e um) habitantes apresentou um *coef. notificação por/100.000* na ordem de 16,09; Mandaguari com uma população de 34.211 (trinta e quatro mil, duzentos e onze) habitantes apresentou um *coef. notificação por/100.000* na ordem de 58,46.

Uma análise dos números anteriormente arrolados é necessária: quando comparados municípios com população semelhante notam-se discrepâncias, como as ocorridas entre os números apresentados por municípios como Mandaguari (população de 34.211 pessoas, e *coeficiente notificação por 100.000* na ordem de 58,46) e Paíçandu (população de 38.053 pessoas, e *coeficiente notificação por 100.000* na ordem de 249,65). Ou seja, cidades com população semelhante têm índices muito diferentes.

Ainda o parecer técnico (p. 6 do anexo 1) enviado juntamente com as informações solicitadas por esta CPI aponta que, com relação ao LIRAA (Levantamento de Índice Rápido do *Aedes aegypti*, utilizado para verificar o Índice de Infestação Predial – IIP – nos municípios), realizado no município de Maringá no mês 03/2014: **“o principal criadouro apresentado foi o D2 – lixo descartável, percentual de 60,6 e segundo predominante foi o B – Depósitos Pequenos Móveis, percentual de 16,5% totalizando 77% dos criadouros positivos para proliferação vetorial, ressaltamos que tais tipos de depósitos são passíveis de remoção mecânica e/ou manejo ambiental”** (grifos nossos). ”.

Outro fato que deve ser levado em consideração na análise ora efetuada são as informações (verbais) fornecidas na sessão desta

CPI ocorrida no dia 13 de maio de 2014 pelo Diretor de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Maringá (PMM): quando inquirido sobre o cumprimento da Lei Ordinária 5.464/2001, que instituiu o *Dia do bota fora* (essa Lei prevê que, em dia previamente agendado, a Prefeitura do Município de Maringá passará recolhendo “móveis, eletroeletrônicos, e demais utensílios domésticos sem desuso ou danificados, com possibilidade de recuperação, bem como calçados, vestuários, brinquedos, colchões, e sobras de materiais de construção recuperáveis” que seriam deixados na faixa de passeio público correspondente. A referida Lei se encontra disponível no endereço eletrônico http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/7245_texto_integral), respondeu que “[...] que os fiscais não utilizam essa legislação e informou que não sabe se essa lei está em vigor. Mas que foram feitos mutirões em que o cidadão foi orientado a colocar todo o seu entulho para fora de casa e o Poder Público recolheu, fazendo na prática um ‘bota fora’”, conforme consta no Resumo da Ata da 5ª Reunião desta CPI ocorrida em 14/05/2014. Com relação aos mutirões, foi informado pelo Diretor de Fiscalização que foram efetuados três no ano de 2014, concentrados em áreas que tem muita reclamação ou nos bairros da zona norte.

Com relação à **Maringá**, esse município possui uma população de 329.800 (trezentos e vinte e nove mil e oitocentos) habitantes, e segundo planilha citada anteriormente (*Casos de dengue – 15ª Regional de Saúde/SE ano 2014*) apresentou um *coeficiente notificação por 100.00*) na ordem de 690,42.

O boletim intitulado *SITUAÇÃO DA DENGUE NO PARANÁ – 2013/2014 -Informe técnico 13 – Período 2013/2014 – Semana 31/2013 a 20/2014 Atualizado em 20/05/2014 às 17h* (Disponível no endereço eletrônico http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Dengue_Informe_Tecnico_13_2013_2014_SE20ee.pdf - relatório esse mais recente do que os enviados pela 15ª Regional de Saúde para esta CPI) informa que Maringá tem 2.500 (dois mil e quinhentos) casos de dengue, sendo 2.494 (dois mil quatrocentos e noventa e quatro) casos autóctenes, e apenas **6 (seis) importados**, com um índice de incidência na ordem de 646,53. Portanto, poucos são os casos

diagnosticados como importados em Maringá. Mesmo se for levado em consideração, também, que pacientes de municípios limítrofes podem vir se tratar em Maringá em função da rede hospitalar aqui existente, o índice diagnosticado em Maringá é alarmante. Dentre os municípios compreendidos pela 15ª Regional de Saúde, o município de Maringá só é superado nesse índice pelo município de Nossa Senhora das Graças, que apresentou um *coef. notificação por/100.000* na ordem de 968,29.

Em que pese a argumentação de que Maringá é um município que pode ter uma maior circulação viral em função do fluxo de veículos e pessoas em passagens interestaduais, quando analisados dados de municípios de características semelhantes no Estado do Paraná, os números desses últimos são menores do que os de Maringá. Segundo a tabela intitulada *TABELA 3 – Número de casos confirmados autóctones, importados, total de confirmados e notificados de Dengue, Dengue Grave (DG), Dengue com Sinais de Alarme (DSA), óbitos e incidência (de autóctones) por 100.000 habitantes por município – Paraná – 2013/2014**, constante no relatório *SITUAÇÃO DA DENGUE NO PARANÁ – 2013/2014 Informe técnico 13 – Período 2013/2014 – Semana 31/2013 a 20/2014 Atualizado em 20/05/2014 às 17h*, apresentou um índice de incidência de 20,87, Umuarama (que também pode ser considerado município de passagem para veículos oriundos/com destino a Mato Grosso do Sul, Paraguai e São Paulo) apresentou um índice de incidência na ordem de 2,82.

Há que se considerar também que, por um lado, quanto maior for a população de um município, maior será a dificuldade de fazer a informação preventiva chegar ao munícipe. Por outro, quanto maior for o município, maior será seu orçamento, o que permite ter maiores recursos no combate/prevenção à dengue.

Tanto os dados do LIRAa – que aponta que a maioria dos criadouros se encontra no lixo descartável, quanto os casos positivos de dengue (2277 no ano de 2014) quando comparados a outros municípios, leva a conclusão de que as políticas públicas para prevenção da dengue em nosso Município precisam ser aperfeiçoadas, conforme segue nas recomendações.

12. CONSIDERAÇÕES

Constatando-se que o Ministério da Saúde considera tolerável até 1% o nível de infestação de dengue e que até 4% é estado de alerta, e que em Maringá está na média 2,4%. Contudo, verificou-se que no ano de 2014 houve bairros maringaenses que ultrapassaram os 4% e alguns 5%, como foi os casos do Conjunto Champagnat, Conjunto Paulino e no Conjunto Requião, praticamente toda a região norte da cidade, o que deixou a cidade na condição Epidêmica.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue do Ministério da Saúde – Brasília/DF – 2009, os condicionantes da expansão da dengue nas Américas e no Brasil são similares e referem-se em grande parte ao modelo de crescimento econômico implementado na região, caracterizado pelo crescimento desordenado dos centros urbanos. No entanto, Maringá tem uma característica diferente, pois conforme apresentado pela administração municipal e apontado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o crescimento é ordenado e gradual, possível assim de acompanhamento e planejamento urbano do município.

O Brasil concentra mais de 80% da população na área urbana, com importantes lacunas no setor de infraestrutura, tais como dificuldades para garantir o abastecimento regular e contínuo de água, a coleta e o destino adequado dos resíduos sólidos. Outros fatores, como a acelerada expansão da indústria de materiais não biodegradáveis, além de condições climáticas favoráveis, agravadas pelo aquecimento global, conduzem a um cenário que impede, em curto prazo, a proposição de ações, visando à erradicação do vetor transmissor.

Ainda assim, Maringá possui um elevado IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, com áreas urbanizadas, sistema satisfatório de esgotamento sanitário, coleta e destinação regulares de resíduos sólidos, cenário diferente de outras cidades do entorno, onde a situação econômica é

menos favorável e que ainda assim não tiveram aumento nos casos de Dengue.

Segundo esclarecimentos perante à CPI da Dengue, o Secretário de Saúde do Município de Maringá, senhor Antonio Carlos Nardi, destacou que os recursos financeiros da saúde são recebidos pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual, pois o Governo Federal repassa o teto de vigilância em saúde, que não são recursos específicos para controle da dengue. Que no ano de 2013, Maringá recebeu R\$ 3.260.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta mil reais) integrais de teto de vigilância em saúde, quando o custo global das ações foi de R\$ 7.373.872,00 (sete milhões, trezentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e dois reais), ou seja, não chegaram a 50% do custo global.

E que a diretoria da vigilância em saúde não está restrita especificamente ao combate à dengue do Município, a dengue é uma das ações que são desenvolvidas para uso desse recurso, ela ocupa-se também do programa municipal de controle de AIDS e DST, controle da tuberculose, hanseníase, controle da vigilância em saúde, vigilância em medicamentos, controle de zoonoses.

E que o Município de Maringá quando deveria estar investindo 15% das suas receitas próprias em saúde, investe aproximadamente 22%, em recursos próprios, para dar continuidade a essas ações.

As declarações do Secretário de Saúde nos levam a crer que as ações foram implementadas, no entanto sem a devida atenção especialmente em razão do Município já no ano de 2013 ter registrado um elevado número de casos notificados (5.958) e confirmados (2.754), o que certamente indicaria que se nada “diferente” fosse feito, atentando-se somente às ações corriqueiras, o ano de 2014, seria marcado pelo aumento das incidências e, conseqüentemente, o quadro de epidemia que se confirmou - **2014 até a presente data já contabiliza 7.350 casos notificados e 2.744 confirmados, com 3 óbitos.**

De acordo com a declaração do Secretário de Serviços Públicos do Município de Maringá, senhor Vagner Mussio, com a coleta de lixo convencional se gasta por ano R\$ 89,00/tonelada, sendo que, por dia, recolhe-se 300 toneladas de lixo em Maringá/PR, e que no ano de 2013 foram retiradas 4.338 toneladas de lixo descartadas irregularmente.

Já no ano de 2014, registrou-se um aumento de descarte irregular, com 5.146 toneladas de lixo e que os casos de moradores que acumulam lixo em suas residências atrasam o trabalho de limpeza pública, porque leva-se muito tempo para realizar esses serviços, e os funcionários necessários para realizar essa limpeza poderiam estar em outros locais, atendendo outras demandas.

Neste caso, verifica-se a ausência de campanhas de conscientização e nos casos de saúde mental, onde moradores “acumuladores” de lixo põem em risco toda a comunidade, faltaram ações preventivas, especialmente no acompanhamento médico e social. As ações somente foram realizadas como medidas posteriores à infestação de dengue.

O lixo recolhido em 2014 teve um valor de destinação aproximado de meio milhão de reais, e que até o fim do ano, provavelmente, chegará a um milhão e meio de reais.

Deve-se considerar ainda outros custos, como a mobilidade dos caminhões, a hora máquina, os funcionários, porque os terrenos que são limpos, na maioria da vezes, são particulares.

O Prefeito de Maringá, Carlos Roberto Pupin, investiu aproximadamente de R\$ 5.900.000,00 em veículos e equipamentos para que se possa fazer a limpeza, e está ampliando a pavimentação, o que facilita muito a limpeza pública.

De acordo com a declaração feita pelo Secretário de Saúde de Maringá, senhor Antônio Carlos Nardi, Maringá figura como Município prioritário no rol do Ministério da Saúde, porque é cidade é mais suscetível ao vírus da dengue, em razão de suas características físicas e geográficas, por isso o Município deve continuar investindo os recursos financeiros, com prioridade nas equipes para desenvolver ações de campo, com número suficiente de agentes para visitar os imóveis, inclusive criando novos cargos para acompanhar o ritmo de crescimento da cidade, investir em veículos de suporte específico para o combate à dengue. Continuar mantendo a *expertise* e a capacitação dos agentes ambientais, dos agentes de endemias, bem como da equipe técnica.

Assim, o Programa Nacional de Controle da Dengue tem uma relação integral de Municípios prioritários no Brasil, são os Municípios que já passaram por situações epidêmicas, ou há uma maior circulação viral ou maior fluxo de veículos e pessoas em passagens interestaduais, como é o caso de Maringá, que está na rota para Foz do Iguaçu, para Guaíra, para o Mato Grosso do Sul e para o Estado de São Paulo, informação verídica, porém, se compararmos Maringá às cidades com as mesmas características, verificamos que Maringá apresentou um número de caso mais elevado.

De acordo com o depoimento do Secretário Municipal de Saúde, senhor Antonio Carlos Nardi, perante a CPI da Dengue, a metodologia da semana epidemiológica é adotada a partir do mês de agosto e a Secretaria Municipal de Saúde adota o SINAN - Sistema de Informação de Agravos e Notificação, no qual o SISPNCD - Sistema de Informação e Saúde do Programa Nacional de Controle da Dengue atua pela semana anual. Então, todos os casos notificados e confirmados são computados a partir de primeiro de janeiro de cada ano.

Assim, verificou-se que o Levantamento de Índice Rápido do *Aedes Aegypti* – LIRA é a metodologia que o Brasil adota no programa nacional de combate à dengue.

Cada Município do país deve realizar quatro Levantamentos de Índice Rápido por ano, para que dentro da proposta possa se verificar a infestação predial de toda a cidade e também dividida por estratos, uma vez que o programa de controle da dengue é trabalhado em estratificações: cada área da cidade compreende um estrato dentro de um global de assistência. Dessa forma, o LIRA é feito a cada trimestre.

Maringá, no ano passado, realizou quatro LIRAS e no ano de 2014 já foi feito o primeiro LIRA.

O segundo está previsto para ser realizado na primeira semana de junho, o terceiro na primeira semana de setembro e o quarto na última semana de novembro, no qual se faz todo o trabalho de capitalização, uma vez que o período crítico da dengue vai de dezembro a início de maio, mapeando os bairros de maior infestação e verificar qual o maior problema e onde a ação focal deve ser dirigida.

Quando em uma região há uma ascendência de um determinado agravo, são acionadas as gerências da epidemiologia, assistencial, de vigilância em saúde e, no caso da dengue, a coordenação municipal de controle à dengue para que se notifique todos os casos, a fim de que se tenha a *expertise* do momento e da detecção. É assim que se detecta um índice elevado na cidade ou em uma determinada região.

Em Maringá no ano de 2014 o comportamento da doença ficou muito restrito à zona norte da cidade, até meados do mês de fevereiro. Após a terceira semana do mês fevereiro, outras áreas da cidade começaram a ser afetadas mais intensamente. É dessa forma que se faz o sistema de notificação e o sistema de casos positivos após a leitura no LEPAC.

O LEPAC lê a sorologia do vírus, não só de Maringá, mas dos 30 (trinta) Municípios em que a 15ª Regional de Saúde atua. Dessa forma, para a *expertise* do serviço, procura-se fazer um alto número de notificações para continuar a mapear se naquela área, com as ações disparadas, está sob

controle, que hoje conseguiu-se atingir com as semanas epidemiológicas apresentadas em 2014.

Denota-se que os Municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu são conurbados, em Paiçandu há 38 mil habitantes, 392 casos notificados, 79 casos confirmados. Em Sarandi há 91.364 mil habitantes, 1.284 casos notificados e 326 confirmados. Segundo o quociente para comparação, Sarandi tem 356.81/100.000 habitantes, enquanto Maringá tem 615.83/100.000 habitantes.

No decorrer de sua atuação a CPI da Dengue observou que está publicado no *site* do Governo do Estado, que 49,47% dos casos atingem a população mais ativa, entre os 20 e 49 anos, que são as pessoas que não estão em casa, por outro lado, as crianças e idosos são os menos afetados, portanto é de se deduzir que a contaminação tem ocorrido na rua e que a máxima de que a população é a grande responsável pela falta de cuidados com seus quintais não pode ser aplicada completamente. As contaminações ocorrem nas ruas, onde existem lixos acumulados em razão de uma coleta pouco eficaz, terrenos baldios descuidados e acúmulo de resíduos em fundos de vale se tornam criadouros do mosquito e propagadores da doença.

Em esclarecimentos à CPI o Diretor da 15ª. Regional de Saúde, senhor Kazumichi Koga alegou que o problema da dengue está na rua, os criadouros estão na rua. É um problema cultural, pois as pessoas jogam lixo na rua, no chão, e qualquer saquinho de plástico que acumula água, o mosquito já coloca seus ovos, 80% dos criadouros estão no lixo. Esses ovos podem durar até um ano sem água, e quando houver o meio necessário, que é água e calor, eles vão eclodir.

Assim, a CPI entende que cabe então a administração municipal trabalhar fortemente na conscientização, fiscalização e na coleta do lixo, em tempo, eliminando tal possibilidade.

Em seu depoimento o Secretário de Saúde do Município, senhor Antonio Carlos Nardi também mencionou que onde há lixo, há água parada, há ovos e há *aedes aegypti*.

Quanto ao programa Vigia SUS, a CPI investigou e verificou que foi inserido pelo Governo Estadual no ano de 2013. O Município de Maringá fez o seu projeto, que foi executado no ano de 2013 e o projeto do ano de 2014 ainda não foi aprovado e o Município tem até o mês de junho para protocolar o projeto que delimita onde serão utilizados os recursos para o Vigia SUS do ano de 2014. É um dos recursos que está contabilizado no montante repassado.

Desta forma a CPI da Dengue constatou que o Município possui um quadro de 210 (duzentos e dez) Agentes de Endemias, além do Supervisor de campo, mais 1(um) Enfermeiro, 2 (dois) Auxiliares Administrativos, 1 (um) Estagiário, 1(um) Auxiliar de Laboratório, 10 (dez) Funcionários da FUNASA cedidos, dentre eles 6 (seis) são nomeados Autoridades Sanitárias, isso exclusivo no combate à dengue, além das 62 (sessenta e duas) equipes do programa saúde da família, que trabalham com 335 (trezentos e trinta e cinco) Agentes Comunitários de Saúde a Educação Sanitária e em dengue.

Nos Municípios prioritários também há a população mais vulnerável a contrair dengue, que são os pacientes que já tiveram a doença, porque terão casos muito mais graves se contraírem dengue novamente.

A CPI averiguou, concomitantemente, que o segundo grupo vulnerável para contrair dengue são as crianças, em razão da baixa imunidade, que ainda estão formando sua defesa imunológica, e que a terceira faixa de risco são os idosos, por apresentarem maiores dificuldades e deficiências orgânicas, além dos pacientes com algum tipo de comorbidades, com deficiências física, mental ou orgânica.

O quadro epidemiológico do país aponta para vulnerabilidade de ocorrências de epidemias, como no aumento das formas graves, possibilitando o risco de aumento de óbitos e da letalidade. Outro fator de preocupação é o número de casos na faixa etária mais jovem, inclusive crianças, cenário já observado em outros países.

Conforme informação contida no ofício n. 079/14-HUM (Anexo II), do Hospital Universitário Regional de Maringá, subscrita pela Superintendente Professora Dra. Magda Lúcia Félix de Oliveira, em resposta ao ofício n.08 desta CPI, o qual indagava a respeito de óbitos infantis, foram a óbito naquele hospital duas crianças, *causas mortis* I e II, no período de 1º de janeiro a 30 de abril deste ano, Vítor Gabriel dos Santos, 4 anos, oriundo de Paiçandu/PR, com suspeita de dengue; e Caroline Vitória Santos Silva, 5 anos, oriunda de Sarandi/PR, I – Acidente Vascular Encefálico Hemorrágico, Insuficiência Cardíaca, Hipertensão – Arterial Grave, Glomerulopatia, Dengue; Lúpus.

Dados acima confirmados pelo Secretário de Saúde de Maringá, senhor Antonio Carlos Nardi, esclarecendo que foram 2 (dois) óbitos registrados por causa direta da dengue. Informou que para confirmar um óbito em razão da dengue o caso é investigado e passa por análise do Comitê Municipal de Investigação e Morte por Dengue e pelos Comitês Regional e Estadual de Controle da Dengue.

Conforme depoimento do Secretário de Saúde, senhor Antonio Carlos Nardi - a vacina contra a dengue está em fase de teste bem avançado, mas ainda não utilizada em humanos e asseverou a importância da vacina, porque ela acabará com o problema de morte por dengue, por enquanto quem contrai a doença deve ficar em repouso e beber muito água. E todo paciente que chega a Unidade de Saúde tem que ter o acolhimento em dengue, se teve sintomas característicos da dengue, ele entra como sinal de alarme, e vai ter um manejo clínico diferenciado. Ele vai ter a proibição de prescrição do ácido acetilsalicílico, porque interfere na coagulação sanguínea e no caso haver uma plaquetopenia, que é a baixa de plaquetas no sangue, ele

pode desenvolver quadros de hemorragia incontrolável. Além disso, há o protocolo do cartão do usuário, que é um diferencial do Município de Maringá, é entregue para os pacientes onde consta a data de início dos sintomas, se foi notificado, se tem histórico de dengue, a primeira coleta no serviço de saúde e os resultados dos exames. Esse sistema é muito importante para controlar os casos e evitar óbitos. Informou ainda, que todo o quadro de funcionários, médicos, enfermeiros, auxiliares, tanto da rede básica quando das unidades de pronto atendimento, estão todos qualificados para atender os protocolos, inclusive com controle de presença nos cursos de capacitação dos servidores, o que chamou a atenção da CPI foi o baixo número de casos de notificação em relação aos confirmados, em outras cidades da região este número pode ser de 1 confirmado para até 10 notificados, já em Maringá esta relação oscila de 1 para 4. As notificações dão o “start” para várias ações de combate, o que levou os membros a questionarem se a baixa notificação não gerou também menos ações de combate. Segundo o secretário Nardi isso se dá pela qualificação das equipes que notificam apenas os casos realmente propensos de confirmação.

Para um efetivo controle da proliferação da dengue, outras Secretarias Municipais atuaram em parceria, com a finalidade de prevenir, orientar e até mesmo erradicar o ciclo da dengue.

Então, em conformidade com o depoimento perante à CPI da Dengue, do Diretor de Fiscalização, senhor Marco Antônio Azevedo, no dia a dia, o principal objetivo daquele setor da Prefeitura é atender às demandas que chegam através do n. 156, em que o cidadão informa os locais em que há o descarte irregular do lixo.

Contudo, neste período de epidemia os trabalhos de fiscalização se concentram na região norte da cidade, de forma isolada, ou, conjuntamente, com a Secretaria Municipal de Saúde ou com a SEMUSP, trabalhando-se preventivamente e inibindo as práticas de descarte de lixo e entulhos, em terrenos de terceiros, orientando para o correto descarte de resíduos da construção civil e outros, e expedindo autuações de terrenos, com má conservação, para que não se forme locais de descarte.

Assim, a CPI da Dengue apurou e constatou que no descarte irregular, o cidadão é autuado e tem a obrigação de, em até 48 horas, dar a destinação correta e apresentar a nota fiscal para a Prefeitura Municipal, indicando a destinação, o qual obterá 50% de desconto na multa.

Depois de autuado e decorrido o prazo para as devidas providências, permanecendo o cidadão inerte, a equipe realiza a limpeza através da SEMUSP, sendo cobrado o valor referente aos serviços de remoção e destinação.

Quanto ao cidadão que joga lixo nas áreas de fundo de vale, de acordo com o depoimento do Diretor de Fiscalização da Secretaria de Gestão, senhor Marco Antônio de Azevedo, primeiro passo daquela Diretoria é identificar o proprietário do imóvel, sendo o terreno particular, é exigida a limpeza, com a respectiva autuação. Sendo uma área pública, encaminha-se uma notificação à Secretaria Municipal de Serviços Públicos e efetua-se a limpeza.

Destacou ainda que nesse período de epidemia a Diretoria tem realizado uma ação diferenciada por parte dos serviços de fiscalização, priorizando à fiscalização de dengue, com operações conjuntas com as Secretarias de Saúde e de Serviços Públicos.

E sobre os resíduos de construção civil a CPI da Dengue verificou que estes devem ser entregues em uma das pedreiras da cidade, que dará a destinação correta, e sobre a legislação das construções e o plano de gerenciamento de resíduos, a diretoria de Fiscalização vai ao local e verifica se a construção segue o projeto protocolado na Secretaria de Planejamento, fiscalizando se foi contratado um serviço de caçamba para fazer a destinação dos resíduos, com as notas fiscais comprobatórias.

Sobre a limpeza das “bocas de lobos”, o Secretário de Serviços Públicos senhor Vagner Mussio, em seu depoimento perante à CPI da

Dengue, destacou que foram realizadas a limpeza de 100% das bocas de lobo, nos bairros Borba Gato e Vila Esperança.

A respeito da fiscalização das calhas das residências, onde há um grande acúmulo de água, a CPI foi informada de que a função não é da Secretaria de Serviços Públicos, que seria uma atribuição da Diretora de Fiscalização, mas entende que as calhas, são de responsabilidade dos proprietários dos imóveis.

Além disso, a CPI da Dengue constatou que esse trabalho seria muito complexo, pois teria que se contratar cerca de 5000 fiscais equipados com escadas e equipamentos individuais de proteção para poder fazer a fiscalização nas calhas de todas as residências de uma cidade do porte de Maringá.

A CPI mostrou ao Executivo que várias são as leis municipais aprovadas e em vigor e que se fossem postas em prática de forma correta e eficaz certamente seriam ferramentas no combate à dengue, sendo elas:

LEI Nº. 9.467/2013 – dispõe sobre a criação de programa de incentivo ao cultivo das plantas citronela e crotalária no Município de Maringá.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 732/2008 – altera a redação do artigo 5º da Lei Complementar n. 657/2007 – responsabiliza donos de imóveis fechados, fixando prazo de 48 horas para comunicação aos agentes de saúde.

LEI Nº. 9.296/2012 – Dispõe sobre a oferta de contêineres para a recepção de resíduos da construção civil e de outros detritos que não sejam coletados pelo serviço convencional de coleta do lixo.

LEI Nº. 8.581/2010 – Dispõe sobre a criação do Disque-Dengue no Município de Maringá.

LEI Nº. 8.695/2010 – Dispõe sobre a criação de programa destinado a obter a doação de resíduos materiais de construção para recuperação e manutenção das estradas rurais do Município.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 657/2007 – Estabelece normas para evitar a proliferação dos vetores transmissores da dengue e febre amarela no Município de Maringá e dá outras providências.

LEI Nº. 5.464/2001 – Institui o dia do Bota-Fora.

LEI Nº. 5.706/2002 – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Campanha Não dê Água à Dengue.

Em depoimento, perante a CPI da Dengue, o senhor Vagner Mússio, destacou que Maringá - cidade verde, com o plantio de inúmeras espécies de árvores, cerca de 150.000 árvores plantadas nos passeios públicos, e no que tange aos ocos das árvores, que acumulam água e criam mosquitos da dengue, ele esclareceu que responde pela Pasta a partir do ano de 2005, e que havia uma fila de espera de 7 (sete) anos, pois haviam pedidos desde 1999. E que até o ano de 2005 as podas das árvores eram feitas com escadas, contudo, hoje os equipamentos são todos automatizados com caminhões de cesto aéreo que alcançam até 22 metros. Mas, se houver um oco na árvore que cria dengue, deve-se cobrir esse local para conter a proliferação.

Frisou que a Secretaria está para receber 2 (dois) trituradores de galhos, para fazer a trituração no local da retirada, economizar tempo e valorizar o material que resulta da trituração, pois esse material vai para leilão.

Enfatizou ainda que em 2005 havia apenas 1 (um) engenheiro florestal no entanto hoje são 4 (quatro), integrando o quadro funcional da Secretaria de Serviços Públicos.

Recentemente, a Secretaria realizou licitação para remoção de 800 (oitocentas) árvores de porte pequeno, 1300 (mil e trezentas) de porte médio e 1300 (mil e trezentas) de grande porte, além de 5000 (cinco mil) desbarras e 5000 (cinco mil) podas.

Que ao entendimento daquele Secretário, o correto seria arrancar todas as árvores e replantá-las, mas o Ministério Público do Meio Ambiente não permite isso, porque entende que o Município tem que recuperar a árvore e não arrancar.

A questão da arborização é complicada, pois existem muitas regras que tem que ser observadas, mas a preocupação maior do Município é o replantio de árvores.

E que em 2013 a Secretaria de Serviços Públicos fez a limpeza e o fechamento com alambrados do Parque Gralha Azul – fundo de vale, que fica na região do Conjunto Ney Braga e Laranjeiras, sendo feita uma pista de caminhada.

Com esse projeto piloto foi feito um trabalho de fechamento dos fundos de vale existentes no município, que está sob a responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, e a SEMUSP acompanha apenas a entrega da obra, ainda assim, se observa o acúmulo de lixo nessas áreas o que as torna potenciais criadouros do mosquito.

Informou que hoje existem 196 (cento e noventa e seis) cadastros de fundo de vale, e alguns espaços de particulares são invadidos, de forma que o Município comunica ao proprietário para que tome as devidas providências

Cercando-se os espaços e os fundos de vale, diminui-se o despejo de lixo, porque dificulta o acesso a esses locais.

Esclareceu ainda o Secretário de Serviços Públicos, senhor Vagner Mussio, que sobre a coleta seletiva e a reciclagem de lixo no município de Maringá, entende que o coletor de materiais recicláveis, de ferro velho, se bem orientado, é um parceiro do Município, porque retira o lixo da cidade e contribui com o meio ambiente.

Que a Prefeitura de Maringá está ampliando os galpões das cooperativas, construindo um salão novo na saída para Astorga, para melhorar as condições de trabalhos dos cooperativados, pois há empresários que necessitam também dos materiais recicláveis, que trabalham com garrafas pet, por exemplo.

O trabalho está sendo feito, a fim de investir na coleta seletiva em Maringá, e o Município se dispõe a fazer 100% do recolhimento e entregar para as cooperativas.

Sobre a Lei n. 5.461/2001, a “Lei do Bota Fora”, a CPI da Dengue averiguou que a operação “bota fora” foi realizada na região da Zona 06, em que as pessoas puderam extrair o lixo dos seus quintais e deixar nas ruas para a Prefeitura recolher, e, respectivamente, houve mutirões em que o cidadão foi orientado a colocar todo o seu entulho para fora de casa e o Poder Público recolheu, fazendo-se na prática um “bota fora”, já que os inquiridos não tinham total conhecimento sobre a vigência desta Lei.

O rápido aumento da resistência do mosquito da dengue a vários inseticidas químicos e os danos causados por estes ao meio ambiente, condicionou para que o Município de Maringá utilizasse a técnica do *fumacê*, trata-se de um nebulizador acoplado a veículos, o qual começou a sua aplicação em 26 de março deste ano, tendo disponíveis para esta prática 6 (seis) veículos.

A CPI da dengue, durante os seus trabalhos, averiguou que Secretaria Municipal de Saúde vem realizando campanhas educativas

sobre a dengue desde 1995, e as campanhas são sempre as mesmas, das três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal.

E segundo o Secretário de Saúde, senhor Antônio Carlos Nardi, as campanhas são eficazes, porque todos estão cientes do problema da dengue e de quais são as ações de combate para cada pessoa e que ninguém pode alegar a desinformação.

A CPI constatou que Maringá possui 189.000 imóveis registrados, que o Programa Nacional de Controle da Dengue preconiza a média de 800 a 1000 imóveis por agente de endemia. Dessa forma, Maringá tem 210 (duzentos e dez) agentes ambientais e mais 10 (dez) agentes cedidos da FUNASA, no controle direto da doença. Além disso, há a equipe de pontos estratégicos, que visitam quinzenalmente as borracharias, os ferros-velhos e os fundos de vale. Sem contar as equipes indiretas que são os agentes comunitários de saúde que trabalham a educação em dengue e o trabalho da sociedade civil.

A CPI constatou que na Secretaria de Serviços Públicos os coletores iniciam o seu expediente às 06h00min e que alguns setores o expediente se inicia, às 07h00min, e possui plantão de 24 horas e que a SEMUSP tinha 100 (cem) funcionários e que hoje possui 1000 (mil) funcionários, porém ainda há dificuldades, pois os concursos públicos para coletores não atendem à demanda exigida; e que esta classe trabalhadora, pelo grande esforço no dia a dia, não consegue ficar mais do que 10 (anos) na função, sendo removida para outra função, dentro da própria Secretaria, ficando constantemente defasado o quadro funcional.

Outra informação importante apresentada pelo secretário é que no ano inteiro de 2013 foram realizadas 1.373 viagens do caminhão de lixo, perfazendo 3.338 toneladas de lixo recolhidas e que em 2014 em apenas 136 dias esse número subiu para 1.442 viagens e 5.146 toneladas, portanto comprava-se que havia sim, lixo acumulado em locais irregulares e sua

permanência ao longo de um ano inteiro podem ter contribuído diretamente no aumento da Dengue em Maringá.

E que a CPI verificou a existência de uma Lei Federal n. 12.305/2010, a respeito da logística reversa, a qual deveria ser implantada no Estado e no Município, abrangendo mais produtos, com o intuito de que os fornecedores dos produtos de consumo tenham a obrigação de recolher os materiais que não mais são usados, quando o consumidor pretende adquirir um produto novo.

Para uma verificação *In loco* a CPI da Dengue fez diligências, acompanhando as Secretarias responsáveis, em residências onde havia grande acúmulo de lixo e entulhos.

Assim, no dia 14 de maio deste ano, em ação conjunta com a Secretaria de Gestão – Diretoria de Fiscalização, Secretaria de Serviços Públicos, Secretaria de Saúde e Assistência Social de Cidadania, com o acompanhamento de cerca de 40 servidores, na operação Vida sem Dengue, a CPI da Dengue visitou o imóvel localizado Avenida Guedner, 177, de propriedade do senhor Henrique Leite Vieira, onde encontraram a presença de dezenas de latas com larvas do mosquito da Dengue – *Aedes aegypti*, além de inúmeros recipientes que acumulavam água parada, e que propiciam a proliferação do mosquito transmissor (Anexo III).

O imóvel fica nos fundos do Colégio Estadual João XXIII, local freqüentado, diariamente, por muitos estudantes.

O imóvel havia sido vistoriado em 2013, bem como neste ano de 2014, sendo multado na última visita, porém o proprietário não atendeu às notificações e não procedeu a devida limpeza de seu terreno.

Em razão desta situação, os vizinhos contraíram dengue e, inclusive, os familiares do proprietário.

Porém, naquele dia na operação de limpeza foram necessários vários caminhões da Prefeitura para a retirada do lixo e resíduo sólido no local, que começou às 9 horas e terminou no final do dia.

Para melhores esclarecimentos, a CPI da Dengue, anexou aos seus trabalhos o Relatório da Diligência.

13. RECOMENDAÇÕES:

Aumentar no quadro funcional de fiscais que hoje são apenas 44 (quarenta e quatro) para fiscalizar tudo no município;

Cumprir as Leis já em vigor sobre resíduos sólidos (lixo) e, caso o Poder Executivo julgue alguma impraticável, que proponha alterações nas referidas leis:

- **LEI Nº. 9.467/2013** – Dispõe sobre a criação de programa de incentivo ao cultivo das plantas citronela e crotalária no Município de Maringá.
- **LEI COMPLEMENTAR Nº. 732/2008** – Altera a redação do artigo 5º da Lei Complementar n. 657/2007 – responsabiliza donos de imóveis fechados, fixando prazo de 48 horas para comunicação aos agentes de saúde.
- **LEI Nº. 9.296/2012** – Dispõe sobre a oferta de contêineres para a recepção de resíduos da construção civil e de outros detritos que não sejam coletados pelo serviço convencional de coleta do lixo.
- **LEI Nº. 8.581/2010** – Dispõe sobre a criação do Disque-Dengue no Município de Maringá.
- **LEI Nº. 8.695/2010** – Dispõe sobre a criação de programa destinado a obter a doação de resíduos materiais de construção para recuperação e manutenção das estradas rurais do Município.
- **LEI COMPLEMENTAR Nº. 657/2007** – Estabelece normas para evitar a proliferação dos vetores transmissores da dengue e febre amarela no Município de Maringá e dá outras providências.
- **LEI Nº. 5.464/2001** – Institui o dia do Bota-Fora.

- **LEI Nº. 5.706/2002** – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Campanha Não dê Água à Dengue.

Ampliar os trabalhos conjuntos das Secretarias (mutirões) para atacar pontos nevrálgicos como as residências dos guardadores de lixo;

Estabelecer um cronograma de uma coleta seletiva de lixo, independente da terceirização ou não da coleta de lixo em Maringá;

Implantar campanhas publicitárias localizadas nos bairros que apresentarem índices acima do tolerado pela OMS, como mais uma forma de bloqueio da infestação;

Investir em conscientização e educação da população a respeito das práticas preventivas da dengue;

Realizar pelo Poder Executivo campanhas de recolhimento de móveis/utensílios domésticos e outros resíduos sólidos removíveis nos bairros com índices de infestação acima do tolerado pela OMS;

Sugerir ao Executivo Municipal que implante mais lixeiras na área dos passeios públicos;

Firmar parcerias com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

Acelerar os estudos, com ampla participação da sociedade, para as alternativas de terceirização ou concessão dos serviços de coleta e destinação do lixo;

Divulgar ações desenvolvidas na cidade para recolhimento e destinação correta dos resíduos, como a ação praticada pelo Lar Escola em Maringá, que é pouco conhecida dos maringaenses;

Recomendar ao Executivo Municipal que os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias de Maringá recebam seus salários básicos (sem gratificações) de acordo com o piso salarial de R\$ 1.014,00 aprovado desde 21/05/2014 pelo Congresso Nacional, inclusive com análise de propositura de Lei;

Recomendar que seja intensificado as ações integradas de fiscalização em que as equipes sejam multidisciplinares, envolvendo minimamente profissionais da área de saúde, principalmente psicologia, no caso dos acumuladores, assistência social para os casos em que se tratar de família com vulnerabilidade social (SETRANS, SEMUSP), fiscalização e jurídico para que seja agilizado os processos de vistoria e limpeza nos casos em que haja resistência por parte dos moradores;

Proibir e intensificar a fiscalização para coibir a coleta e segregação de lixo em residências. Levar estas pessoas a se associarem e trabalharem junto a cooperativas e associações de catadores;

Recomendar ao Executivo Municipal a implantação de serviço abrangente de coleta seletiva de materiais recicláveis;

Ampliar os serviços de fechamento de fundos de vale, para evitar disposição irregular de resíduos;

Recomendar que o Comitê de Enfrentamento a Dengue e/ou Secretaria Municipal de Saúde faça o acompanhamento permanente de pessoas que tenham problemas com acúmulo de resíduos sólidos e outros denominados de acumuladores, acompanhamento, sobretudo psicológico;

Recomendar ao Executivo Municipal a realização de um volume maior de ações de fiscalização preventiva, visando coibir ou preferencialmente eliminar possíveis focos da dengue;

Exigir que o Executivo Municipal implante ecopontos para a entrega de resíduos recicláveis em todas as regiões da cidade, inclusive nos Distritos de Iguatemi e Floriano;

Solicitar ao Poder Judiciário e ao Ministério Público uma ação mais firme e célere quanto a permitir o acesso a imóveis fechados ou que os moradores proíbam a entrada das equipes multidisciplinares de combate à Dengue;

Sugerir ao Executivo Municipal que proíba o exercício a céu aberto de atividades que potencialmente possam facilitar o acúmulo de água parada, como é o caso dos ferros velhos e empresas de reciclagem;

Recomendar à prefeitura um programa de maior apoio às cooperativas e associações de catadores;

Solicitar ao Governo Federal, especialmente ao Ministério da Saúde e FUNASA e ao Governo Estadual que enviem pessoal especialidade, em quantidade e qualidade suficiente, para formar força tarefa especial durante o período de inverno, quando tende a baixar a epidemia de dengue, para promover ação de maior enfrentamento à questão; igualmente que sejam respeitadas as proporções e especificidades, de uma espécie de força nacional, ao estilo do que acontece com a segurança pública em estados de crise;

Recomendar ao Executivo Municipal que acelere o processo para terceirização de parte dos serviços de coleta de lixo, conforme já fora anteriormente anunciado.

É o relatório.

Câmara Municipal de Maringá, CPI – DENGUE, em 24 de junho de 2014.

LUCIANO BRITO
Presidente

MÁRIO VERRI
Relator

BELINO BRAVIN FILHO
Membro

Dr. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO
Membro

MÁRCIA SOCREPPA
Membro

ANEXOS:

OFÍCIO N. 057/2014/SCVGE, em resposta ao ofício n. 06/CPI – 063/2014, datado de 08 de maio de 2014.

OFÍCIO N. 079/204 – HUM, em resposta ao ofício n. 08/CPI-063/2014, datado de 14 de maio de 2014.

RELATÓRIO DE DILIGÊNCIA – CPI –DENGUE, realizada em 14 de maio de 2014.

Ofício nº 057/2014/SCVGE

Maringá, 08 de Maio de 2014.

Prezado Senhor,

Em resposta ao Ofício nº 06/CCE-063/14, segue em anexo as informações solicitadas referentes à ocorrência de Dengue em 2013 e dados parciais de 2014.

Para eventuais esclarecimentos na interpretação dos dados epidemiológicos, colocamo-nos à disposição dos trabalhos conduzidos por esta CPI.

Atenciosamente.



MARCELA CASTILHO PERES
Chefe da SCVGE /15ª RS



VALDECI DA SILVA LIMA
Chefe da DVVGS /15ª RS



KAZUMICHI KOGA
SESA/15ª RS- Maringá - PR
Diretor

Ilmo Sr.

Luciano Brito

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito
Poder Legislativo de Maringá
Maringá-PR.

esma/MPC/SCVGE

15ª REGIONAL DE SAÚDE DE MARINGÁ
SEÇÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Av. Herval nº 1024 – Maringá – Paraná - CEP 87.030.090 fone-44-3261-6281 Fax : 44-3226-4766
scvge15rs@sesa.pr.gov.br

CASOS DE DENGUE - 15ª REGIONAL DE SAÚDE/ SE -

ANO:2014

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	NOTIFICADOS NOTIFICADOS	POSITIVOS (Autoct.+Import.)	DESCARTADOS DESCARTADOS	Coef Notificação POR/100.000
ANGULO	3.216	38	11	7	342,04
ASTORGA	24.641	257	45	26	182,62
ATALAIA	3.917	10	1	5	25,53
COLORADO	22.649	32	4	11	17,66
DOUTOR CAMARGO	5.637	13	2	7	35,48
FLORAI	5.103	12	4	3	78,39
FLORESTA	5.626	35	5	17	88,87
FLORIDA	2.724	53	0	47	0,00
IGUARACU	3.856	120	3	34	77,80
ITAGUAJE	4.528	2	1	0	22,08
ITAMBE	5.776	11	3	6	51,94
IVATUBA	3.043	1	0	0	0,00
LOBATO	4.323	4	0	1	0,00
MANDAGUAÇU	18.641	63	3	18	16,09
MANDAGUARI	34.211	176	20	0	58,46
MARIALVA	33.872	359	82	72	242,09
MARINGA	329.800	7000	2277	1.170	690,42
MUNHOZ DE MELO	3.209	6	0	4	0,00
NOSSA SRA DAS GRACAS	4.131	238	40	119	968,29
NOVA ESPERANCA	27.039	171	26	26	96,16
OURIZONA	3.095	45	2	4	64,62
PAICANDU	38.053	511	95	126	249,65
PARANACITY	9.603	57	13	19	135,37
PRES.CASTELO BRANCO	4.877	140	24	7	492,11
SANTA FE	9.005	49	3	17	33,31
SANTA INES	2.150	2	0	2	0,00
SANTO INACIO	4.913	15	5	3	101,77
SAO JORGE DO IVAI	5.169	25	13	7	251,50
SARANDI	91.364	1405	400	298	437,81
UNIFLOR	2.102	6	0	1	0,00
TOTAL REGIONAL	716.273	10856	3082	2.057	430,28

Fonte: Sinan Dengue On line / Seção de Vigilância Epidemiológica / 15ª RS-SESA; acessado em 07/05/2014*

*Dados preliminares sujeitos à revisão; possíveis divergências com as tabulações das bases municipais podem ser atribuídas, tanto à alimentação do SINAN, quanto à prováveis falhas no funcionamento deste sistema de informação, que aguardam soluções do DataSus.

INVESTIGAÇÃO DENGUE - Sinan Online													
CASOS NOTIFICADOS DE DENGUE - MENSAL - ANO:2013													
MUNICÍPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Maringá	277	892	2009	1890	668	117	56	43	27	47	66	201	6293
Paçandu	67	150	374	444	106	5	0	0	2	0	0	1	1149
Sarandi	36	113	609	912	265	28	16	1	7	5	10	83	2085
Total	380	1155	2992	3246	1039	150	72	44	36	52	76	285	9527

Fonte: SINAN Dengue On line / Seção de Vigilância Epidemiológica / 15ª Regional de saúde-SESA; acessado em 05-05-2014*

INVESTIGAÇÃO DENGUE - Sinan Online													
CASOS POSITIVOS DENGUE - MENSAL - ANO:2013													
MUNICÍPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Maringá	117	496	1088	789	294	50	7	7	1	6	9	59	2923
Paçandu	26	84	266	312	84	3	0	0	0	0	0	0	775
Sarandi	11	54	321	503	148	14	5	0	3	2	1	4	1066
Total	154	634	1675	1604	526	67	12	7	4	8	10	63	4764

Fonte: SINAN Dengue On line / Seção de Vigilância Epidemiológica / 15ª Regional de saúde-SESA; acessado em 05-05-2014*

Fonte: SINAN Dengue On line / Seção de Vigilância Epidemiológica / 15ª Regional de saúde-SESA; acessado em 05-05-2014*

NOTIFICAÇÃO/INVESTIGAÇÃO DENGUE - Sinan Online				
Óbitos por Dengue - Ano:2013				
	FEV	MAR	DEZ	TOTAL
Maringá	0	1	1	2
Paiçandu	0	0	0	0
Sarandi	1	0	0	1
Total	1	1	1	3

Fonte: SINAN Dengue On line / Seção de Vigilância Epidemiológica / 15ª RS-SESA;
acessado em 05-05-2014*

PARECER TÉCNICO:

Maringá, 07/05/2014.

Em atenção a solicitação dessa Comissão Parlamentar de inquérito do município de Maringá, informamos as seguintes considerações técnicas:

O levantamento de índices de infestação para medir a incidência do vetor no território do referido município é realizado trimestralmente, sendo executado 4 LIRAAs ao ano, em atenção ao preconizado pelo MS/SVS, conforme anexo 1 e 2 dos últimos levantamentos: 11/2013 e 03/2014.

Em tempo, ressaltamos que o território do referido município é dividido por estratos geográficos e que cada estrato destes é composto por diversas localidades e que essa informação das localidades dos bairros que compõem os estratos devem ser solicitadas diretamente ao município.

Resultados dos últimos dois LIRAAs – Maringá :

O LIRAA realizado no mês 11/2013 apresentou resultado de IIP= 1,0%, segundo Organização Mundial da Saúde esse resultado é considerado de baixo risco de epidemia, média de todos os estratos, vinte no total.

No entanto, avaliando cada estrato individualmente o município apresentava 07 estratos com risco médio de epidemia, conforme relatório do Sistema LIRAA, anexo 1.

O último LIRAA realizado no mês 03/2014 apresentou resultado de IIP= 2,4%, segundo a Organização Mundial da Saúde esse resultado é considerado de médio risco de epidemia, média de todos os estratos, vinte no total.

O principal criadouro apresentado foi o D2 – Lixo Descartável, percentual de 60,6% e segundo predominante foi B – Depósitos Pequenos Móveis, percentual de 16,5% totalizando 77% dos criadouros positivos para proliferação vetorial, ressaltamos que tais tipos de depósitos são passíveis de remoção mecânica e/ou manejo ambiental, anexo 2.

Em relação as atividades de bloqueio de casos da doença temos diversos recipientes predominantes para proliferação vetorial, conforme anexo 3.

Comunicamos ainda que, os anexos 4 e 5 reference aos municípios de Paçandu e Sarandi, conforme solicitação com considerações em anexo.

Em tempo informamos que as referidas informações são retiradas dos Sistemas de Informações em Saúde: LIRAA e SISPNC, Sistemas estes oficiais do MS/SVS.

Em expressão da verdade subscritvemo-nos.

Atenciosamente,


Raimundo Franco
Supervisor Técnico
15º RS/SCVSAI
Mat. 0499157/MS

07/05/14
De acordo

Dirceu Vedovello Filho
Chefe
15º RS - SESA

ANEXO 11

Levantamento de índice rápido do Aedes aegypti

Índices

MARINGÁ

UF: PR

Período: 25/11/2013 À 29/11/2013

Estrato	Prog.	Insp.	aeg		alb		%Perde	IIP		IB		Criadouras									
			TB	Outros	TB	Outros		aeg	alb	aeg	alb	A	A	B	C	D	D	E			
1	428	390	0,0	100,0	0,0	0,0	8,9	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	25,0	50,0	0,0		
2	430	447	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	2,0	0,0	0,0	22,2	0,0	0,0	0,0	0,0	77,8	0,0		
3	428	428	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,5	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0		
4	431	439	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	0,9	0,0	0,0	25,0	25,0	25,0	25,0	0,0	25,0	0,0		
5	432	419	11,1	88,9	0,0	0,0	3,0	2,1	0,0	2,6	0,0	0,0	18,2	9,1	0,0	0,0	0,0	72,7	0,0		
6	433	389	0,0	0,0	0,0	0,0	10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
7	432	496	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,8	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	75,0	0,0		
8	432	538	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
9	430	400	50,0	50,0	0,0	0,0	7,0	0,5	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0		
10	428	427	26,7	73,3	0,0	0,0	0,2	3,5	0,0	3,5	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	6,7	73,3	0,0	0,0		
11	426	468	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	2,1	0,0	0,0	40,0	30,0	10,0	0,0	0,0	20,0	0,0		
12	234	243	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
13	431	421	0,0	100,0	0,0	100,0	2,3	1,7	0,2	1,9	0,2	0,0	12,5	12,5	0,0	12,5	62,5	0,0	0,0		
14	430	527	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,8	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0		
15	433	487	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,8	0,0	0,0	25,0	0,0	50,0	25,0	0,0	0,0	0,0		
16	431	500	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	75,0	0,0	0,0		
17	433	422	0,0	100,0	0,0	0,0	2,5	1,2	0,0	1,9	0,0	0,0	25,0	37,5	0,0	0,0	37,5	0,0	0,0		
18	430	360	0,0	0,0	0,0	0,0	16,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
19	429	404	0,0	100,0	0,0	0,0	5,8	1,2	0,0	1,2	0,0	0,0	40,0	20,0	0,0	0,0	40,0	0,0	0,0		
20	427	431	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,9	0,5	1,2	0,5	0,0	0,0	80,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0		

OBS: O7 ESTAMOS COM
MÉDIA RISCO EPIDEMIA.

UAA - MÉD: 11/2013.

MÉD: 11/2013

IIP = 4,0-1.

Baixa RISCO EPIDEMIA
MÉDIA ESTAMOS.

ANEXO 2

Levantamento de Índices Rápido do Aedes aegypti (LIRAa)

Módulo Estado

Dados Gerais		Índices										Criadouros													
IBGE	Município	UF	Período de execução	Classificação dos índices segundo IIP																					
				IIP <= 0,9		1 <= IIP <= 3,9		IIP >= 4		A1		A2		B		C		D1		D2		E			
				IIP	IB	Nº estratos	%	Nº estratos	%	Nº estratos	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
#####	Maringá	PR	3/2014 à 14/03/2	2,4	2,7	2	10	16	80	2	10	1	0,4	34	13,7	41	16,5	7	2,8	12	4,8	151	60,6	3	1,2

LIPIA:

mês: 03/2014

B - Depósitos de materiais;
D2 - lixo acumulado;

77% dos criadouros (+)

vetor, passíveis de
remoção mecânica.

média estratos
IIP = 2,4%

mês: 03/2014

médio risco epidemia
Principal criadouro
D2: lixo passível
remoção.

ANEXO 3



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância da Saúde - SVS
Coordenação do Programa Nacional de Controle da Dengue - CGPNCD

SisPNCD - Sistema do Programa Nacional do Controle da Dengue

- Módulo WEB -

Relatório de Indicadores Entomológicos

Filtros
UF: PR
Ano: 2014

Município: MARINGA
Ciclo: Todos

Cód. Município: 411520

MARINGA (411520)

BLOQUEIO CASOS DENGUE

2 - LI + T - Levantamento de Índice + Tratamento

Indicadores Entomológicos por Ciclo												
Ciclo	Cobertura de visita			Ae. aegypti				Ae. albopictus				IP%
	Imóveis Existentes	Imóveis Programados	IP%	IB%	Recipientes Predominantes	IR%	IP%	IB%	Recipientes Predominantes	IR%		
1	19,68	19,68	1,76	2,01	D2, A1, E, C, D1, A2, B	8,27	0,04	0,19	D2, A2, A1, D1, B	0,19	34,32	23,36
2	10,77	10,77	2,02	2,40	D2, A1, E, C, D1, B, A2	6,98	0,02	0,07	D2, B, D1, A2	0,07	34,68	22,36

A1 - CX DÁVA

A2 - DEPÓSITO ANTAZENANO ÁGUA - SOLO;

B - DEPÓSITO DE QUENOS MÓVEIS;

C - DEPÓSITO FÉIXO;

D1 - PAREDES;

D2 - LIXO.



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância da Saúde - SVS
Coordenação do Programa Nacional de Controle da Dengue - CGPNCD

SisPNCD - Sistema do Programa Nacional do Controle da Dengue

- Módulo WEB -

Relatório de Indicadores Entomológicos

Filtros

UF: PR

Ano: 2014

Município: MARINGA

Ciclo: Todos

Cód. Município: 411520

MARINGA (411520)

2 - LI + T - Levantamento de Índice + Tratamento

Indicadores Entomológicos por Ciclo											
Ciclo	Cobertura de visita		Ae. aegypti				Ae. albopictus				IP%
	Imóveis Existentes	Imóveis Programados	IIP%	IB%	Recipientes Predominantes	IR%	IIP%	IB%	Recipientes Predominantes	IR%	
1	19,68	19,68	1,76	2,01	D2, A1, E, C, D1, A2, B	8,27	0,04	0,19	D2, A2, A1, D1, B	0,19	34,32
2	10,77	10,77	2,02	2,40	D2, A1, E, C, D1, B, A2	6,98	0,02	0,07	D2, B, D1, A2	0,07	34,68
											Rendimento Imóveis/ Homem/dia
											23,36
											22,36



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância da Saúde - SVS
Coordenação do Programa Nacional de Controle da Dengue - CGPNCD

SisPNCD - Sistema do Programa Nacional do Controle da Dengue
- Módulo WEB-

Relatório de Recipientes

Filtros:

UF: PR

Ano: 2014

Município: MARINGA

Ciclo: Todos os ciclos

Cód. Município: 411520

MARINGA (411520)

LI + T - Levantamento de Índice + Tratamento

Índice por tipo de Recipiente – ITR														
Ciclo	Ae. aegypti							Ae. albopictus						
	A1	A2	B	C	D1	D2	E	A1	A2	B	C	D1	D2	E
1/2014	1,09	17,35	18,72	3,55	4,10	53,55	1,64	5,88	5,88	17,65	0,00	11,76	58,82	0,00
2/2014	0,41	15,32	10,97	2,90	7,87	61,28	1,24	0,00	20,00	20,00	0,00	20,00	40,00	0,00

ANEXO 5

IRAC - 2014

SANAD:

02/2014

Dados Gerais				Índices Classificação dos índices segundo IIP												Criadouros																	
IBGE	Município	UF	Período de execução	IIP	IB	1º estrato	%	Nº estratos	%	IIP >= 4	%	Nº	%	A1	%	Nº	%	A2	%	B	%	Nº	%	C	%	D1	%	Nº	%	D2	%	E	%
412025	Sanad	PR	17/02/2014 A 21/02/2014	3,2	3,9	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	6	8,6	15	21,4	11	15,7	6	8,6	31	44,3	1	1,4						

média
IIP = 3,27

médio risco
epidemiologia

D2 = 44,3%

B = 21,4%

C = 15,7%

D2 = 44,3%

B = 21,4%

C = 15,7%

ANEXO 1

Levantamento de índice rápido do Aedes aegypti

Unidade - MTS : 11/2013.

MARINGÁ

UF: PR

Período : 25/11/2013 À 29/11/2013

Índices

Estrato	Prog.	Insp.	aeg		alb		%Perde	IIP		IB		Criadouros							
			TB	Outros	TB	Outros		aeg	alb	aeg	alb	A 1	A 2	B	C	D 1	D 2	E	
1	428	390	0,0	100,0	0,0	0,0	8,9	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	25,0	50,0	0,0	
2	430	447	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	2,0	0,0	0,0	22,2	0,0	0,0	0,0	77,8	0,0	
3	428	428	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,5	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	
4	431	439	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	0,9	0,0	0,0	25,0	25,0	25,0	0,0	25,0	0,0	
5	432	419	11,1	88,9	0,0	0,0	3,0	2,1	0,0	2,6	0,0	0,0	18,2	9,1	0,0	0,0	72,7	0,0	
6	433	389	0,0	0,0	0,0	0,0	10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
7	432	496	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,8	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	75,0	0,0	
8	432	538	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
9	430	400	50,0	50,0	0,0	0,0	7,0	0,5	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	33,3	0,0	0,0	
10	428	427	26,7	73,3	0,0	0,0	0,2	3,5	0,0	3,5	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	6,7	73,3	0,0	
11	426	468	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	2,1	0,0	0,0	40,0	30,0	10,0	0,0	20,0	0,0	
12	234	243	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
13	431	421	0,0	100,0	0,0	100,0	2,3	1,7	0,2	1,9	0,2	0,0	12,5	12,5	0,0	12,5	62,5	0,0	
14	430	527	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,8	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	
15	433	487	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,8	0,0	0,0	25,0	0,0	50,0	25,0	0,0	0,0	
16	431	500	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	75,0	0,0	
17	433	422	0,0	100,0	0,0	0,0	2,5	1,2	0,0	1,9	0,0	0,0	25,0	37,5	0,0	0,0	37,5	0,0	
18	430	360	0,0	0,0	0,0	0,0	16,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
19	429	404	0,0	100,0	0,0	0,0	5,8	1,2	0,0	1,2	0,0	0,0	40,0	20,0	0,0	0,0	40,0	0,0	
20	427	431	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,9	0,5	1,2	0,5	0,0	0,0	80,0	0,0	0,0	20,0	0,0	

MTS : 11/2013

IIP = 1,0%

Obs: 07 estratos com

médio risco epidemia.

Baixo risco epidemia

médio estratos.

Anexo (2)

Levantamento de Índices Rápido do Aedes aegypti (LIRRA)
Módulo Estado

Mês: 03/2014

Unidade:

Dados Gerais			Índices										Classificação dos índices segundo IIP										Cidades									
IBGE	Município	UF	Período de execução	IIP	IB	Nº estrato	%	Nº estratos	%	Nº estratos	%	Nº estratos	%	IIP <= 0,9	1 <= IIP <= 3,9	IIP >= 4	A1	A2	B	C	D1	D2	E									
#####	Maringá	PR	3/2014 a 14/03/2	2,4	2,7	2	10	16	80	2	10	1	0,4	34	13,7	41	16,5	7	2,8	12	4,8	151	60,6	3	1,2							

B - Depósitos de lixo orgânico;
D2 - Lixo orgânico;

77% dos municípios (+)

vetor, passíveis de
remoção mecânica.

IIP = 2,4-1.

Mês: 03/2014

- Média
estratos

Método misto epidemia

Principal problema D2:

Lixo orgânico remoção.

ANEXO (3)



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância da Saúde - SVS
Coordenação do Programa Nacional de Controle da Dengue - CGPNCD

SisPNCD - Sistema do Programa Nacional do Controle da Dengue
- Módulo WEB -

Relatório de Indicadores Entomológicos

Filtros
UF: PR
Ano: 2014

Município: MARINGÁ
Ciclo: Todos

Cód. Município: 411520

MARINGÁ (411520)

BLOQUEIO CASOS DOENÇA

2 - LI + T - Levantamento de Índice + Tratamento

Indicadores Entomológicos por Ciclo

Ciclo	Cobertura de visita			Ae. aegypti			Ae. albopictus			IP%	Rendimento Imóveis/ Homem/dia	
	Imóveis Existentes	Imóveis Programados	IPF%	IB%	Recipientes Predominantes	IR%	IPF%	IB%	Recipientes Predominantes			IR%
1	19,68	19,68	1,76	2,01	D2, A1, E, C, D1, A2, B	8,27	0,04	0,19	D2, A2, A1, D1, B	0,19	34,32	23,36
2	10,77	10,77	2,02	2,40	D2, A1, E, C, D1, B, A2	6,98	0,02	0,07	D2, B, D1, A2	0,07	34,68	22,36

A1 - CX DÁGUA;

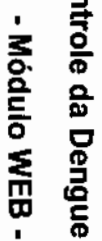
A2 - DEPÓSITO PARA ZERAMENTO ÁGUA - Solo;

B - DEPÓSITO DE LIXO;

C - DEPÓSITO DE LIXO;

D1 - FENOS;

D2 - LIXO;



SisPNCd - Sistema do Programa Nacional do Controle da Dengue

Filtros

Município: MARINGÁ

Ciclo: Todos

Cód. Município: 411520

MARINGA (411520)

2 - LI + T - Levantamento de Índice + Tratamento

Indicadores Entomológicos por Ciclo												
Ciclo	Cobertura de visita		Ae. aegypti				Ae. albopictus				IP%	Rendimiento Inmóvil/ Hembra/día
	Inmóvil Existentes	Inmóvil Programados	IP%	IB%	Recipientes Predominantes	IR%	IP%	IB%	Recipientes Predominantes	IR%		
1	19,68	19,68	1,76	2,01	D2, A1, E, C, D1, A2, B	8,27	0,04	0,19	D2, A2, A1, D1, B	0,19	34,32	23,36
2	10,77	10,77	2,02	2,40	D2, A1, E, C, D1, B, A2	6,98	0,02	0,07	D2, B, D1, A2	0,07	34,68	22,36



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância da Saúde - SVS
Coordenação do Programa Nacional de Controle da Dengue - CGPNCD

**SisPNCD - Sistema do Programa Nacional do Controle da Dengue
- Módulo WEB-**

Relatório de Recipientes

Filtros:

UF: PR

Ano: 2014

Município: MARINGÁ

Ciclo: Todos os ciclos

Cód. Município: 411520

MARINGÁ (411520)

LI + T - Levantamento de Índice + Tratamento

Índice por tipo de Recipiente – ITR														
Ciclo	Ae. aegypti							Ae. albopictus						
	A1	A2	B	C	D1	D2	E	A1	A2	B	C	D1	D2	E
1/2014	1,09	17,35	18,72	3,55	4,10	53,55	1,64	5,88	5,88	17,65	0,00	11,76	58,82	0,00
2/2014	0,41	15,32	10,97	2,90	7,87	61,28	1,24	0,00	20,00	20,00	0,00	20,00	40,00	0,00

PAUCO (4)

S/DIGES
GPNC D

Levantamento de Índices Rápido do Aedes aegypti (LIRAA)
Módulo Estado

I LIRAA - 2014:
PAUCANDU

Dados Gerais			Índices																						
			Classificação dos índices segundo IIP																						
			IIP < 0,9		1 <= IIP <= 3,9		IIP >= 4		A1		A2		B		C		D1		D2		E				
IBGE	Município	UF	Índice de execução	IIP	IB	1º estrato	%	Nº estratos	%	Nº estratos	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
####	Paicandu	PR	1/2014 A 10/01/	3,7	3,8	0	0	2	66,67	1	33,33	0	0	5	13,2	6	15,8	4	10,5	5	13,2	17	44,7	1	2,6

OBS: D2 e B DE PÓS-ÍNDICES

BA SSI-ÍNDICES DE RECONCILIAÇÃO
MÉDIA: 13,2%
MUTUAÇÃO DE
UNIDADE

IIP = 3,7-1.

MÉDIA RÁPIDO EPIDEMIA.

D2 = 44,7-1.

A2 = 13,2-1.

B = 15,8-1.

ANEXO 5

Levantamento de Índices Rápido do Aedes aegypti (LIRaA)

Módulo Estado

LIRaA - 2014

SARANDI:

Dados Gerais				Índices Classificação dos índices segundo IIP										Criadouros											
				IIP <= 0,9		1 <= IIP <= 3,9		IIP >= 4		A1		A2		B		C		D1		D2		E			
IBGE	Município	UF	Período de execução	IIP	IB	1º estrato	%	Nº estratos	%	Nº estratos	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
41205	Sarand	PR	17/02/2014 a 21/02/2014	3,2	3,9	0	0	1	100	0	0	0	0	6	8,6	15	21,4	11	15,7	6	8,6	31	44,3	1	1,4

MÉDIA

IIP = 3,2 %

MÉDIO RISCO

EXIDEMIA

D2 = 44,3 %

B = 21,4 %

C = 15,7 %

LIRAa 2012

Módulo do Estado

PR
II LIRAa - SANDOIA - 2014.

Município

Período

IIP IB

Classificação dos IIP

Criadouros

Sarandi

28/04/2014 a 01/05/2014 2,5 2,9

IIP < 0,9
Nº %1 <= IIP <= 3,9
Nº %IIP >= 4
Nº %A1
Nº %A2
Nº %B
Nº %C
Nº %D1
Nº %D2
Nº %E
Nº %

0 0

4

100

0 0

0 0

2

3,8

6

11,5

6

11,5

2

3,8

36 69,2

0 0

mês: 4/2014

média

IIP = 2,5 %

média risco DE

EPIDEMIA.

D2 = 69,2 %

OBS: Passível DE

Remoção METACALCA

O D2 Lixo.

05/2014

LIRAa 2012



Módulo do Estado

PR

II LIRAa PAICANDU - 2014:

Município: Paicandu Período: 22/04/2014 a 25/04/2014 IIP: 3,6 IB: 3,7

Município	Período	IIP	IB	Classificação dos IIP						Criadouros													
				IIP<0,9		1<=IIP<=3,9		IIP>=4		A1		A2		B		C		D1		D2		E	
				Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Paicandu	22/04/2014 a 25/04/2014	3,6	3,7	0	0	3	100	0	0	0	0	2	5,1	10	25,6	2	5,1	4	10,3	21	53,8	0	0

04/20

média:

IIP = 3,6 %

D2 = 53,8 %

D1 = 10,3 %

B = 25,6 %

04/2014



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância da Saúde - SVS
Coordenação do Programa Nacional de Controle da Dengue - CGPNCD

SisPNCD - Sistema do Programa Nacional do Controle da Dengue
- Módulo WEB -

Relatório de Indicadores Entomológicos

Filtros
UF: PR
Ano: 2014

Município: SARANDI
Ciclo: Todos

Cód. Município: 412625

SARANDI (412625)

2 - LI + T - Levantamento de Índice + Tratamento

Indicadores Entomológicos por Ciclo												
Ciclo	Cobertura de visita			Ae. aegypti		Ae. albopictus				IP%	Rendimento Imóveis/ Homem/dia	
	Imóveis Existentes	Imóveis Programados	IIP%	IB%	Recipientes Predominantes	IR%	IIP%	IB%	Recipientes Predominantes			IR%
1	1,77	1,77	8,39	8,98	D2, E, A1, C, A2, B	10,37	0,00	0,00		0,00	27,41	66,62



SITUAÇÃO DA DENGUE NO PARANÁ – 2013/2014
Informe técnico 13 – Período 2013/2014 – Semana 31/2013 a 20/2014
Atualizado em 20/05/2014 às 17h

Neste Informe, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná apresenta a situação da dengue com os dados do novo período de acompanhamento com dados a partir da semana epidemiológica 31 de 2013 a 20 de 2014 para acompanhamento e aplicação da informação e tomada das medidas de controle necessárias conforme comportamento do agravo.

O secretário estadual da Saúde, Michele Caputo Neto, anunciou nesta quarta-feira (21) o repasse emergencial de R\$ 550 mil para apoiar as ações de combate à dengue em Londrina, Cambé e Jataizinho, na região norte do Paraná. O Governo do Estado também vai enviar uma força-tarefa para reforçar as ações de controle da doença, com a aplicação do fumacê em todos os bairros de Londrina.

Desde agosto de 2013, somente o município de Londrina já registrou 598 casos de dengue, o que fez com que o prefeito da cidade decretasse situação de emergência em relação à doença. Cambé e Jataizinho também enfrentam situação grave, pois já estão em situação de epidemia.

O repasse do Governo do Estado é um adiantamento dos recursos do programa VigiaSUS, que fortalece as ações de vigilância em saúde em todos os municípios paranaenses. O valor poderá ser utilizado no custeio das atividades, aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e até contratação temporária de profissionais de saúde.

“É um apoio que destinamos para fortalecer o trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo município. A situação é crítica, mas pode ser revertida com a atuação conjunta entre poder público e população”, explicou Caputo Neto.

FUMACÊ – Na quinta-feira (22), também chega ao município 12 camionetes equipadas para a aplicação do fumacê, um inseticida eficaz contra o mosquito na fase adulta. Outros três veículos já atuam em bairros considerados mais críticos. Com a chegada das novas camionetes, a intenção é aplicar o inseticida em toda a cidade.

Como forma de preparação para esta grande operação, a prefeitura de Londrina organizou um mutirão para eliminar manualmente os criadouros do mosquito em casas, quintais, terrenos baldios, ruas, praças e estabelecimentos comerciais da cidade. A mobilização deve envolver mais de mil pessoas e acontecerá de quinta (22) a segunda-feira (26).

“O fumacê é eficaz para combater o mosquito adulto, contudo precisamos do apoio da população com o trabalho preventivo, acabando com os locais propícios para o desenvolvimento dos ovos e larvas do inseto”, afirmou o superintendente de Vigilância em Saúde, Sezifredo Paz.

Londrina também receberá nesta semana 25 kits de testes rápidos para o diagnóstico da dengue. Os conjuntos vão permitir a realização de 500 exames, facilitando o diagnóstico precoce da doença. O município recebeu ainda neste mês de maio um reforço no estoque de medicamentos indicados para o tratamento da dengue.

REUNIÃO - O superintendente da Secretaria da Saúde informou que se reunirá com o prefeito de Londrina, Alexandre Kireef, nesta quinta-feira (22), para discutir novas ações conjuntas para evitar que a cidade entre em situação de epidemia. O encontro acontece na sede da prefeitura, às 14 horas.

DADOS – Nesta quarta, a Secretaria da Saúde divulgou um novo boletim sobre a situação da doença no Estado. De agosto de 2013 a maio de 2014, 10.030 casos de dengue já foram confirmados, o que representa uma redução de 80% em relação ao mesmo período anterior.

Vinte e sete cidades já estão em situação de epidemia. Além de Cambé e Jataizinho, também integram a lista: Maringá, Missal, Moreira Sales, Terra Boa, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Loanda, Marilena, Nova Londrina, Querência do Norte, Santo Antônio do Caiuá, Tamboara, Ângulo, Nossa Senhora das Graças, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, São Jorge do Ivaí, Sarandi, Alvorada do Sul, Guaíra e Terra Roxa.

Quanto aos óbitos, a secretaria já confirmou cinco casos onde a dengue foi a principal causa de morte. O órgão também investiga outros quatro casos – dois em Guaíra, um em Londrina e um em Missal.

Confira os valores que cada município receberá:

Londrina – R\$ 420 mil

Cambé – R\$ 93 mil

Jataizinho – R\$ 37 mil

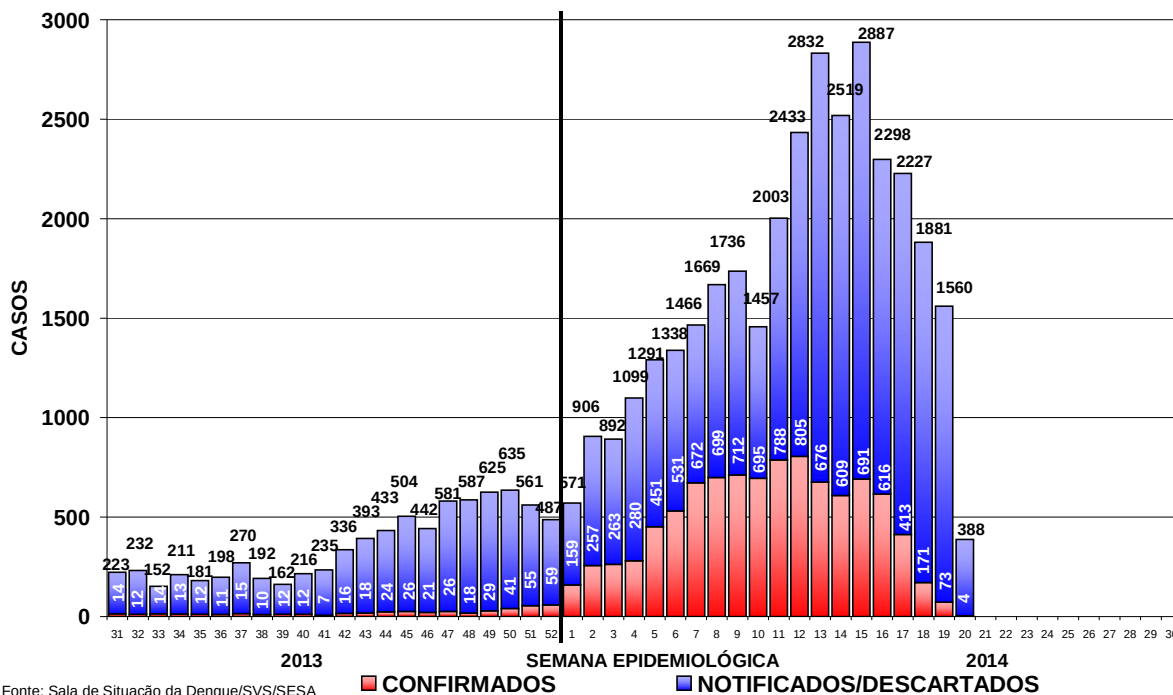
PERÍODO DA SEMANA 31/2013 A 20/2014

DENGUE – PARANÁ 2013/2014*	Período 2013/2014
MUNICÍPIOS COM NOTIFICAÇÃO	298
REGIONAIS COM NOTIFICAÇÃO	22
MUNICÍPIOS COM CASOS CONFIRMADOS	178
REGIONAIS COM CASOS CONFIRMADOS	19
MUNICÍPIOS COM CASOS AUTÓCTONES	141
REGIONAIS COM CASOS AUTÓCTONES	14
(2ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª e 20ª)	
TOTAL DE CASOS	10.030
TOTAL DE CASOS AUTÓCTONES	9.519
TOTAL DE CASOS IMPORTADOS	511
TOTAL DE NOTIFICADOS	41.309

Situação 2013/2014

Foram notificados¹ da semana 31/2013 (primeira semana de agosto) a semana 20/2014, 41.309 casos suspeitos de dengue com 10.030 confirmados, 7.190 por laboratório e 2.840 clínico-epidemiológico, sendo 9.519 casos autóctones e 511 casos importados, destes, 16.991 foram descartados.

Na Figura 1 a distribuição dos casos notificados e confirmados (autóctones e importados) de



dengue no Paraná.

Figura 1 – Total de casos notificados (acima da coluna) e confirmados de dengue por semana epidemiológica de início dos sintomas, Paraná – Período semana 31/2013 a 20/2014

Devido à coleta de amostra para exame laboratorial para dengue ser a partir do sexto dia após o início dos sintomas e em algumas situações há dificuldade de coleta que é realizada tardiamente, faz com que mude o comportamento nas últimas semanas apresentadas na Figura 1.

¹ Dados da Planilha Paralela do Estado/PR comparados com SINAN ON LINE.

Quanto à classificação final (Tabela 1), dos 41.309 notificados, 14.288 (34,6%) permanecem em investigação, 9.940 (24,1%) foram confirmados como Dengue, com confirmação de 71 casos de Dengue com Sinais de Alarme (DSA) e 19 casos de Dengue Grave (DG). Ocorreram 5 (cinco) óbitos por dengue grave no período.

Tabela 1 – Classificação final por critério de encerramento dos casos de dengue, Paraná, semana 31/2013 a 20/2014.

Classificação Final	Critério de encerramento		Total
	Laboratorial (%)	Clínico-epidemiológico (%)	
Dengue	7.100 (71,4%)	2.840 (28,6%)	9.940
Dengue com Sinais de Alarme (D S A)	71	-	71
Dengue Grave (D G)	19	-	19
Descartados	-	-	16.991
Em andamento/investigação	-	-	14.288
Total	7.190 (17,4%)	2.840 (6,9%)	41.309

Fonte: Sala de Situação em Saúde/SVS/SESA

A incidência no Estado é de 86,56 casos por 100.000 hab. (9.519/10.997.462hab.), considerada baixa (menor que 100 casos/100.000 hab.) pelo Ministério da Saúde.

Podemos observar da Figura 2 (e Tabela 3), que no período da semana 31/2013 a 20/2014, dos 399 municípios do Paraná, 141 (35,3%) que tiveram ocorrência de caso(s) autóctone(s) com incidência variando de 10.985,9 a 0,1 casos por 100.000 habitantes. Destes 126 municípios, 27 apresentam situação epidêmica, ou seja, incidência superior a 300 casos por 100.000 habitantes. São municípios da maior para a menor incidência: Marilena, Nova Londrina, Indianópolis, Itaúna do Sul, Cidade Gaúcha, Guaíra, Tamboara, Missal, Nossa Senhora das Graças, Diamante do Norte, Alvorada do Sul, Guaporema, Santo Antônio do Caiuá, Maringá, Querência do Norte, Terra Boa, Ibiporã, Sarandi, Loanda, Presidente Castelo Branco, Terra Roxa, Ourizona, Moreira Sales, Cambé, Paçandu, São Jorge do Ivaí, Ângulo, Alto Paraná, Cianorte, Jataizinho, Palotina, Marialva, Porto Rico, Iporã, Paranacity, Nova Olímpia, Rolândia, Barbosa Ferraz, Astorga, Mercedes, Nova Esperança, Santo Antônio da Platina, Tapira, Rondon, Jandaia do Sul, Santa Tereza do Oeste, São Carlos do Ivaí, Florestópolis, Londrina, Santa Isabel do Ivaí, Bela Vista do Paraíso, Santa Fé, Rio Bom, Boa Esperança, Maripá, Floraí, Porecatu, Mandaguari, Santo Inácio, Iguaçu, Altônia, Jaguapitã, Novo Itacolomi, Assaí, Nova Aliança do Ivaí, Doutor Camargo, Pérola, Floresta, Paranaíba, Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol, Mariluz, Guaraci, São Miguel do Iguaçu, Centenário do Sul, Sertaneja, Corumbataí do Sul, Leopoldina, Francisco Alves, Marumbi, Lupionópolis, Flórida, Douradina, Santa Terezinha de Itaipu, Peabiru, Anahy, Paranaipoema, Ivatuba, Guairaçá, Marechal Cândido Rondon, Prado Ferreira, Santa Mônica, Campo Mourão, Santa Lúcia, Atalaia, Terra Rica, Rancho Alegre, Nova Santa Bárbara, Cambará, Planaltina do Paraná, Tamarana, Japurá, Jesuítas, Vera Cruz do Oeste, Cruzeiro do Sul, Itaguajé, Serranópolis do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Santa Helena, Mandaguaçu, Sertãozinho, Ubatuba, São Tomé, Janiópolis, Formosa do Oeste, Colorado, Cafelândia, Santa Cruz Monte Castelo, Arapongas, Icaraíma, Itaipulândia, Alto Piquiri, São Pedro do Ivaí, Toledo, Medianeira, Assis Chateaubriand, Uraí, Cornélio Procopio, Goioerê, Tapejara, Realeza, Corbélia, Cascavel, Matelândia, Andirá, Bandeirantes, Umuarama, Jacarezinho, Francisco Beltrão, Apucarana e Curitiba. Os municípios com maior número de casos notificados são Maringá (7.652), Londrina (5.511) e Nova Londrina (1.530). Os municípios com maior número de casos confirmados são: Maringá (2.500), Nova Londrina (1.348) e Marilena (785) casos.

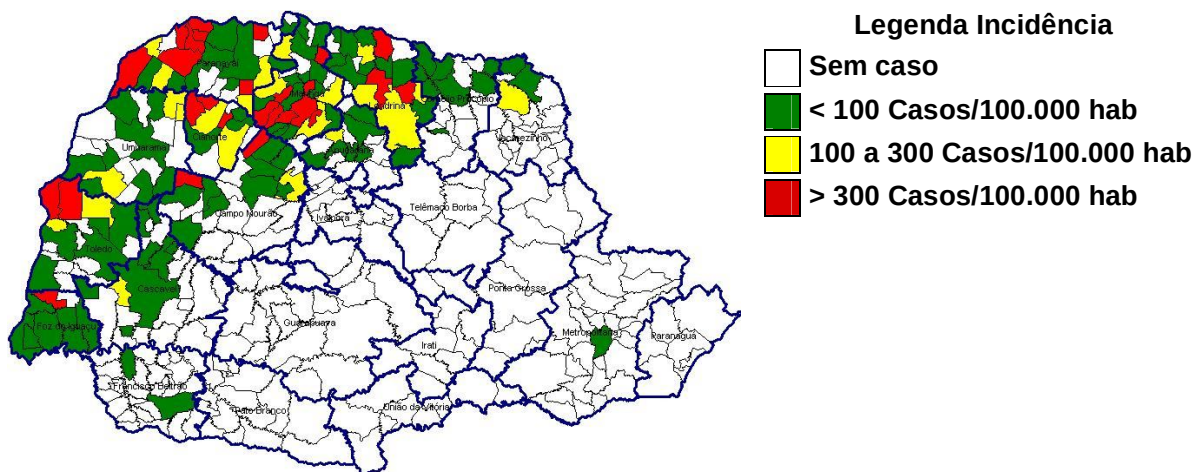
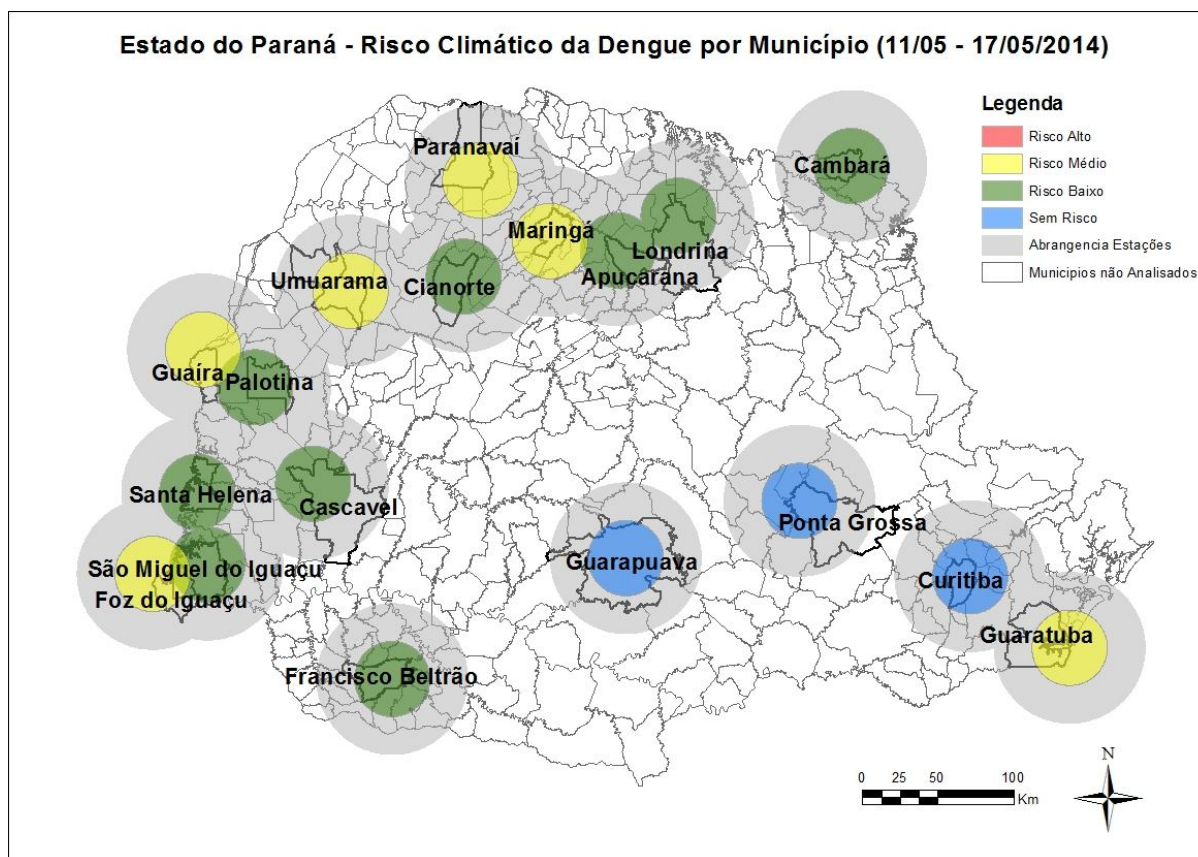


Figura 2 – Classificação dos municípios segundo incidência de dengue por 100.000 habitantes – Paraná – semana 31/2013 a 20/2014*

A SESA chama a atenção para o Serviço de Alerta Climático de Dengue do Laboratório de Climatologia da UFPR disponível no endereço www.laboclima.ufpr.br referente à semana 15/2014 para que os municípios identifiquem sua situação de risco para a condição favorável à proliferação do mosquito da dengue e intensifiquem as medidas de controle necessárias, principalmente os municípios do Oeste, Noroeste e Norte. O Litoral, embora não infestado, deve também desenvolver medidas imediatas para redução da capacidade de infestação eliminando possibilidades de criadouros (acúmulo de água parada).

O Laboratório de Climatologia (UFPR/LABOCLIMA), fornece informações sobre as condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento do mosquito *Aedes aegypti*, e apresenta semanalmente os graus de risco para o desenvolvimento do vetor, contribuindo para o planejamento das atividades desse controle pelos municípios.

Para mais detalhamentos sobre as informações climáticas acesse o endereço citado acima.



Fonte: Laboclima/UFPR

Das 18 estações meteorológicas avaliadas com relação as condições climáticas favoráveis à reprodução e desenvolvimento de focos (criadouros) e dispersão do mosquito *Aedes aegypti*, **seis (6)** apresentam **médio risco**. A SESA alerta para que as medidas preventivas sejam intensificadas para evitar situações críticas pois o período se apresenta com alto risco para ocorrência de casos (vide Figura acima).

Na Tabela 2, podemos observar a incidência por Regional de Saúde no período da semana 31/2013 a 20/2014. Em 14 Regionais de Saúde (63,6%) há transmissão autóctone.

Tabela 2 – Número de casos de dengue, notificados, dengue grave (DG), dengue com sinais de alarme (DSA), óbitos e incidência por 100.000 habitantes por Regional de Saúde, Paraná – 2013/2014*

REGIONAL DE SAÚDE	POPULAÇÃO	CASOS			NOTIFICADOS	DSA	DG	ÓBITOS	INCIDÊNCIA
		AUTÓC	IMPORT	TOTAL					
1ª RS – Paranaguá	281.270	0	2	2	23	0	0	0	-
2ª RS – Metropolitana	3.429.885	1	35	36	431	2	1	0	0,03
3ª RS – Ponta Grossa	607.984	0	0	0	17	0	0	0	-
4ª RS – Irati	169.125	0	0	0	10	0	0	0	-
5ª RS – Guarapuava	456.989	0	1	1	40	0	0	0	-
6ª RS – União da Vitória	172.998	0	0	0	5	0	0	0	-
7ª RS – Pato Branco	261.289	0	5	5	21	0	0	0	-
8ª RS – Francisco Beltrão	352.333	3	3	6	309	2	0	0	0,85
9ª RS – Foz do Iguaçu	403.411	202	10	212	1.928	0	2	0	50,07
10ª RS – Cascavel	532.909	41	20	61	818	0	0	0	7,69
11ª RS – Campo Mourão	341.425	209	31	240	1.493	0	2	0	61,21
12ª RS – Umuarama	275.238	91	32	123	1.211	7	0	0	33,06
13ª RS – Cianorte	151.299	561	26	587	1.434	3	0	0	370,79
14ª RS – Paranavaí	271.732	2.625	119	2.744	5.011	1	3	1	966,03
15ª RS – Maringá	782.186	3.411	50	3.461	11.945	3	6	2	436,09
16ª RS – Apucarana	366.566	48	41	89	894	0	1	0	13,09
17ª RS – Londrina	920.266	1.465	78	1.543	12.595	52	4	2	159,19
18ª RS – Cornélio Procopio	230.949	14	15	29	374	0	0	0	6,06
19ª RS – Jacarezinho	288.487	74	5	79	436	0	0	0	25,65
20ª RS – Toledo	379.246	774	22	796	2.222	1	0	0	204,09
21ª RS – Telêmaco Borba	181.838	0	3	3	22	0	0	0	-
22ª RS – Ivaiporã	140.037	0	13	13	70	0	0	0	-
TOTAL PARANÁ	10.997.462	9.519	511	10.030	41.309	71	19	5	86,56

FONTE: Sala de Situação da Dengue/SVS/SESA

NOTA: Dados populacionais resultados do CENSO 2013 – IBGE estimativa para TCU.

Quanto à distribuição etária dos casos confirmados, 49,88% concentraram-se na faixa etária de 20 a 49 anos, seguida pela faixa etária de 10 a 19 anos, com 17,73% dos casos. O sexo feminino é o mais atingido nas faixas etárias de 1 a 4 anos e acima de 20 anos (Figura 3).

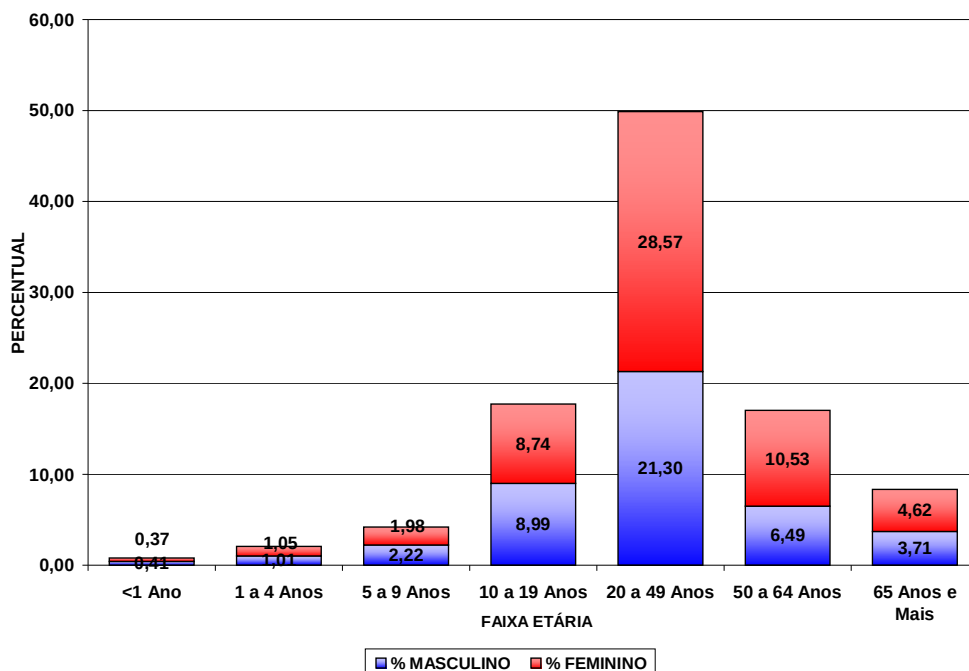


Figura 3 – Distribuição proporcional de casos confirmados de dengue por faixa etária e sexo, semana epidemiológica de início dos sintomas 31/2013 a 20/2014, Paraná – 2013/2014.

TABELA 3 – Número de casos confirmados autóctones, importados, total de confirmados e notificados de Dengue, Dengue Grave (DG), Dengue com Sinais de Alarme (DSA), óbitos e incidência (de autóctones) por 100.000 habitantes por município – Paraná – 2013/2014*

RS	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	CASOS			NOTIFI- CADOS	DSA	DG	ÓBI- TO	INCI- DÊNCIA
			AUTÓC- TONES	IMPOR- TADOS	TOTAL					
1	Paranaguá	148.232	0	2	2	22	0	0	0	0,00
1	Pontal do Paraná	23.261	0	0	0	1	0	0	0	0,00
2	Almirante Tamandaré	110.256	0	0	0	1	0	0	0	0,00
2	Campina Grande do Sul	41.060	0	0	0	1	0	0	0	0,00
2	Colombo	227.220	0	0	0	6	0	0	0	0,00
2	Curitiba	1.848.943	1	33	34	404	2	1	0	0,05
2	Fazenda Rio Grande	89.037	0	0	0	2	0	0	0	0,00
2	Pinhais	124.528	0	0	0	2	0	0	0	0,00
2	São José dos Pinhais	287.792	0	2	2	15	0	0	0	0,00
3	Arapoti	27.170	0	0	0	1	0	0	0	0,00
3	Castro	70.086	0	0	0	2	0	0	0	0,00
3	Ivaí	13.451	0	0	0	1	0	0	0	0,00
3	Palmeira	33.469	0	0	0	1	0	0	0	0,00
3	Ponta Grossa	331.084	0	0	0	11	0	0	0	0,00
3	Sengés	19.154	0	0	0	1	0	0	0	0,00
4	Guamiranga	8.343	0	0	0	3	0	0	0	0,00
4	Imbituva	30.359	0	0	0	4	0	0	0	0,00
4	Irati	58.957	0	0	0	3	0	0	0	0,00
5	Cantagalo	13.396	0	0	0	2	0	0	0	0,00
5	Guarapuava	175.779	0	1	1	17	0	0	0	0,00
5	Laranjeiras do Sul	31.936	0	0	0	11	0	0	0	0,00
5	Nova Laranjeiras	12.010	0	0	0	3	0	0	0	0,00
5	Palmital	14.780	0	0	0	2	0	0	0	0,00
5	Pitanga	32.841	0	0	0	1	0	0	0	0,00
5	Porto Barreiro	3.640	0	0	0	2	0	0	0	0,00
5	Rio Bonito do Iguaçu	13.524	0	0	0	1	0	0	0	0,00
5	Virmond	4.075	0	0	0	1	0	0	0	0,00
6	Bituruna	16.416	0	0	0	1	0	0	0	0,00
6	União da Vitória	55.467	0	0	0	4	0	0	0	0,00
7	Coronel Vivida	22.035	0	1	1	3	0	0	0	0,00
7	Honório Serpa	5.902	0	0	0	1	0	0	0	0,00
7	Pato Branco	77.230	0	4	4	14	0	0	0	0,00
7	São João	10.777	0	0	0	3	0	0	0	0,00
8	Ampére	18.281	0	0	0	11	0	0	0	0,00
8	Barracão	10.143	0	1	1	2	0	0	0	0,00
8	Bela Vista do Caroba	3.926	0	0	0	1	0	0	0	0,00
8	Boa Esperança do Iguaçu	2.763	0	0	0	2	0	0	0	0,00
8	Capanema	19.182	0	0	0	20	0	0	0	0,00
8	Dois Vizinhos	38.385	0	0	0	27	0	0	0	0,00
8	Francisco Beltrão	84.437	2	1	3	144	2	0	0	2,37
8	Marmeleiro	14.397	0	0	0	13	0	0	0	0,00
8	Nova Prata do Iguaçu	10.698	0	0	0	15	0	0	0	0,00
8	Pérola D'Oeste	6.822	0	0	0	4	0	0	0	0,00
8	Pinhal de São Bento	2.724	0	0	0	1	0	0	0	0,00
8	Planalto	13.964	0	0	0	3	0	0	0	0,00
8	Pranchita	5.643	0	0	0	4	0	0	0	0,00
8	Realeza	16.932	1	0	1	27	0	0	0	5,91
8	Salgado Filho	4.287	0	0	0	2	0	0	0	0,00
8	Salto do Lontra	14.357	0	0	0	5	0	0	0	0,00
8	Santa Izabel do Oeste	13.908	0	1	1	8	0	0	0	0,00
8	Santo Antônio do Sudoeste	19.748	0	0	0	14	0	0	0	0,00
8	São Jorge D'Oeste	9.313	0	0	0	2	0	0	0	0,00
8	Verê	7.911	0	0	0	4	0	0	0	0,00
9	Foz do Iguaçu	263.508	55	4	59	1.163	0	2	0	20,87
9	Itaipulândia	9.869	1	0	1	26	0	0	0	10,13
9	Matelândia	17.026	1	2	3	19	0	0	0	5,87
9	Medianeira	44.149	4	0	4	118	0	0	0	9,06
9	Missal	10.813	117	0	117	339	0	0	0	1.082,03

RS	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	CASOS			NOTIFI- CADOS	DSA	DG	ÓBI- TO	INCI- DÊNCIA
			AUTÓC- TONES	IMPOR- TADOS	TOTAL					
9	Ramilândia	4.332	0	0	0	6	0	0	0	0,00
9	Santa Terezinha de Itaipu	22.127	8	0	8	136	0	0	0	36,15
9	São Miguel do Iguaçu	26.920	15	3	18	109	0	0	0	55,72
9	Serranópolis do Iguaçu	4.667	1	1	2	12	0	0	0	21,43
10	Anahy	2.929	1	0	1	7	0	0	0	34,14
10	Boa Vista da Aparecida	8.028	0	0	0	13	0	0	0	0,00
10	Cafelândia	16.020	2	1	3	20	0	0	0	12,48
10	Campo Bonito	4.361	0	0	0	1	0	0	0	0,00
10	Capitão Leônidas Marques	15.592	0	0	0	12	0	0	0	0,00
10	Cascavel	305.615	18	12	30	504	0	0	0	5,89
10	Catanduvas	10.467	0	0	0	4	0	0	0	0,00
10	Céu Azul	11.528	0	2	2	36	0	0	0	0,00
10	Corbélia	16.954	1	0	1	40	0	0	0	5,90
10	Formosa do Oeste	7.468	1	1	2	23	0	0	0	13,39
10	Guaraniaçu	14.372	0	1	1	8	0	0	0	0,00
10	Ibema	6.306	0	1	1	2	0	0	0	0,00
10	Iracema do Oeste	2.564	0	0	0	3	0	0	0	0,00
10	Jesuítas	9.072	2	0	2	15	0	0	0	22,05
10	Nova Aurora	11.786	0	0	0	28	0	0	0	0,00
10	Quedas do Iguaçu	32.393	0	0	0	4	0	0	0	0,00
10	Santa Lúcia	3.997	1	1	2	23	0	0	0	25,02
10	Santa Tereza do Oeste	10.548	13	0	13	24	0	0	0	123,25
10	Três Barras do Paraná	12.196	0	0	0	6	0	0	0	0,00
10	Vera Cruz do Oeste	9.081	2	1	3	45	0	0	0	22,02
11	Altamira do Paraná	3.754	0	0	0	1	0	0	0	0,00
11	Araruna	13.926	0	1	1	17	0	0	0	0,00
11	Barbosa Ferraz	12.683	23	2	25	156	0	0	0	181,35
11	Boa Esperança	4.559	4	2	6	20	0	0	0	87,74
11	Campina da Lagoa	15.463	0	0	0	3	0	0	0	0,00
11	Campo Mourão	91.648	24	7	31	304	0	0	0	26,19
11	Corumbataí do Sul	3.887	2	0	2	28	0	1	0	51,45
11	Engenheiro Beltrão	14.298	9	5	14	92	0	0	0	62,95
11	Farol	3.456	0	0	0	11	0	0	0	0,00
11	Fênix	4.917	0	0	0	11	0	0	0	0,00
11	Goioerê	29.743	2	6	8	119	0	0	0	6,72
11	Iretama	10.773	0	2	2	29	0	1	0	0,00
11	Janiópolis	6.341	1	0	1	7	0	0	0	15,77
11	Juranda	7.755	0	0	0	3	0	0	0	0,00
11	Luiziana	7.487	0	0	0	8	0	0	0	0,00
11	Mamborê	14.095	0	1	1	39	0	0	0	0,00
11	Moreira Sales	12.800	44	0	44	160	0	0	0	343,75
11	Peabiru	14.087	5	0	5	193	0	0	0	35,49
11	Quarto Centenário	4.887	0	0	0	15	0	0	0	0,00
11	Quinta do Sol	5.077	3	1	4	67	0	0	0	59,09
11	Rancho Alegre D'Oeste	2.868	0	0	0	10	0	0	0	0,00
11	Roncador	11.365	0	0	0	10	0	0	0	0,00
11	Terra Boa	16.562	88	2	90	127	0	0	0	531,34
11	Ubiratã	21.971	4	2	6	63	0	0	0	18,21
12	Alto Piquiri	10.350	1	0	1	13	0	0	0	9,66
12	Altônia	21.489	15	0	15	44	1	0	0	69,80
12	Brasilândia do Sul	3.136	0	0	0	2	0	0	0	0,00
12	Cruzeiro do Oeste	21.107	0	0	0	47	0	0	0	0,00
12	Douradina	8.007	3	5	8	21	1	0	0	37,47
12	Esperança Nova	1.946	0	0	0	5	0	0	0	0,00
12	Francisco Alves	6.483	3	2	5	30	0	0	0	46,27
12	Icaraíma	8.809	1	1	2	43	0	0	0	11,35
12	Iporã	15.078	33	2	35	127	0	0	0	218,86
12	Ivaté	7.901	0	0	0	5	0	0	0	0,00
12	Maria Helena	6.034	0	0	0	8	0	0	0	0,00
12	Mariluz	10.526	6	2	8	65	1	0	0	57,00
12	Nova Olímpia	5.733	11	2	13	75	2	0	0	191,87
12	Perobal	5.923	0	0	0	15	0	0	0	0,00

RS	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	CASOS			NOTIFI- CADOS	DSA	DG	ÓBI- TO	INCI- DÊNCIA
			AUTÓC- TONES	IMPOR- TADOS	TOTAL					
12	Pérola	10.765	7	3	10	62	0	0	0	65,03
12	São Jorge do Patrocínio	6.088	0	2	2	14	0	0	0	0,00
12	Tapira	5.906	8	2	10	75	1	0	0	135,46
12	Umuarama	106.387	3	11	14	554	1	0	0	2,82
12	Xambrê	6.077	0	0	0	6	0	0	0	0,00
13	Cianorte	75.360	210	3	213	538	3	0	0	278,66
13	Cidade Gaúcha	11.800	214	1	215	515	0	0	0	1.813,56
13	Guaporema	2.289	18	1	19	55	0	0	0	786,37
13	Indianópolis	4.456	103	1	104	132	0	0	0	2.311,49
13	Japurá	9.020	2	3	5	22	0	0	0	22,17
13	Jussara	6.897	0	1	1	38	0	0	0	0,00
13	Rondon	9.391	12	8	20	70	0	0	0	127,78
13	São Manoel do Paraná	2.170	0	2	2	8	0	0	0	0,00
13	São Tomé	5.595	1	5	6	27	0	0	0	17,87
13	Tapejara	15.434	1	1	2	21	0	0	0	6,48
13	Tuneiras do Oeste	8.887	0	0	0	8	0	0	0	0,00
14	Alto Paraná	14.334	42	7	49	98	0	0	0	293,01
14	Amaporã	5.815	0	0	0	15	0	0	0	0,00
14	Cruzeiro do Sul	4.656	1	0	1	34	0	0	0	21,48
14	Diamante do Norte	5.540	48	3	51	138	0	0	0	866,43
14	Guairaçá	6.468	2	1	3	19	0	0	0	30,92
14	Inajá	3.100	0	0	0	12	0	0	0	0,00
14	Itaúna do Sul	3.476	71	5	76	139	0	0	0	2.042,58
14	Loanda	22.288	102	4	106	483	0	0	0	457,65
14	Marilena	7.100	780	5	785	1.063	0	2	0	10.985,92
14	Mirador	2.355	0	0	0	9	0	0	0	0,00
14	Nova Aliança do Ivaí	1.500	1	0	1	19	0	0	0	66,67
14	Nova Londrina	13.452	1.339	9	1.348	1.530	1	1	1	9.953,91
14	Paraíso do Norte	12.661	0	3	3	6	0	0	0	0,00
14	Paranapoema	2.980	1	1	2	3	0	0	0	33,56
14	Paranavaí	85.643	54	1	55	651	0	0	0	63,05
14	Planaltina do Paraná	4.250	1	0	1	24	0	0	0	23,53
14	Porto Rico	2.605	6	0	6	21	0	0	0	230,33
14	Querência do Norte	12.171	70	5	75	160	0	0	0	575,14
14	Santa Cruz Monte Castelo	8.222	1	19	20	110	0	0	0	12,16
14	Santa Isabel do Ivaí	8.935	9	1	10	65	0	0	0	100,73
14	Santa Mônica	3.780	1	1	2	26	0	0	0	26,46
14	Santo Antônio do Caiuá	2.774	18	0	18	59	0	0	0	648,88
14	São Carlos do Ivaí	6.668	8	0	8	68	0	0	0	119,98
14	São João do Caiuá	6.051	0	0	0	22	0	0	0	0,00
14	São Pedro do Paraná	2.506	0	0	0	4	0	0	0	0,00
14	Tamboara	4.915	66	54	120	206	0	0	0	1.342,83
14	Terra Rica	16.063	4	0	4	27	0	0	0	24,90
15	Ângulo	2.954	9	2	11	38	0	0	0	304,67
15	Astorga	25.745	45	3	48	275	0	0	0	174,79
15	Atalaia	4.010	1	0	1	15	0	0	0	24,94
15	Colorado	23.402	3	2	5	42	0	0	0	12,82
15	Doutor Camargo	6.024	4	0	4	16	0	0	0	66,40
15	Floraí	5.149	4	0	4	13	0	0	0	77,68
15	Floresta	6.324	4	6	10	40	0	0	0	63,25
15	Flórida	2.650	1	0	1	56	0	1	1	37,74
15	Iguaraçu	4.205	3	0	3	133	0	0	0	71,34
15	Itaguajé	4.659	1	0	1	8	0	0	0	21,46
15	Itambé	6.173	0	3	3	21	0	0	0	0,00
15	Ivatuba	3.159	1	-1	0	1	0	0	0	31,66
15	Lobato	4.626	0	0	0	4	0	0	0	0,00
15	Mandaguaçu	21.156	4	1	5	75	0	0	0	18,91
15	Mandaguari	34.006	26	0	26	212	0	0	0	76,46
15	Marialva	33.794	83	1	84	387	0	0	0	245,61
15	Maringá	385.753	2.494	6	2.500	7.662	2	3	1	646,53
15	Munhoz de Mello	3.857	0	0	0	10	0	0	0	0,00
15	Nossa Senhora das Graças	4.053	40	0	40	239	0	0	0	986,92

RS	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	CASOS			NOTIFI- CADOS	DSA	DG	ÓBI- TO	INCI- DÊNCIA
			AUTÓC- TONES	IMPOR- TADOS	TOTAL					
15	Nova Esperança	27.678	46	0	46	229	0	1	0	166,20
15	Ourizona	3.482	13	8	21	67	0	0	0	373,35
15	Paíçandu	38.385	130	6	136	536	0	0	0	338,67
15	Paranacity	10.863	22	1	23	95	0	0	0	202,52
15	Presidente Castelo Branco	5.056	23	1	24	140	0	0	0	454,91
15	Santa Fé	11.158	10	1	11	67	1	0	0	89,62
15	Santa Inês	1.804	0	0	0	2	0	0	0	0,00
15	Santo Inácio	5.455	4	1	5	17	0	0	0	73,33
15	São Jorge do Ivaí	5.671	18	4	22	39	0	0	0	317,40
15	Sarandi	88.365	422	5	427	1.499	0	1	0	477,56
15	Uniflor	2.570	0	0	0	7	0	0	0	0,00
16	Apucarana	128.058	1	3	4	150	0	1	0	0,78
16	Arapongas	112.198	13	9	22	332	0	0	0	11,59
16	Bom Sucesso	6.866	0	1	1	12	0	0	0	0,00
16	Borrazópolis	7.724	0	2	2	4	0	0	0	0,00
16	Califórnia	8.423	0	0	0	13	0	0	0	0,00
16	Cambira	7.603	0	1	1	23	0	0	0	0,00
16	Jandaia do Sul	21.057	26	17	43	283	0	0	0	123,47
16	Kaloré	4.511	0	0	0	7	0	0	0	0,00
16	Marilândia do Sul	9.088	0	0	0	4	0	0	0	0,00
16	Marumbi	4.745	2	1	3	21	0	0	0	42,15
16	Mauá da Serra	9.355	0	0	0	10	0	0	0	0,00
16	Novo Itacolomi	2.906	2	1	3	10	0	0	0	68,82
16	Rio Bom	3.385	3	0	3	8	0	0	0	88,63
16	Sabáudia	6.462	0	0	0	2	0	0	0	0,00
16	São Pedro do Ivaí	10.664	1	6	7	15	0	0	0	9,38
17	Alvorada do Sul	10.869	91	7	98	805	0	0	0	837,24
17	Assaí	16.436	11	3	14	267	0	0	0	66,93
17	Bela Vista do Paraíso	15.565	14	0	14	178	0	0	0	89,95
17	Cafeara	2.833	0	0	0	36	0	0	0	0,00
17	Cambé	102.222	347	0	347	1.513	3	0	0	339,46
17	Centenário do Sul	11.382	6	0	6	273	0	0	0	52,71
17	Florestópolis	11.328	13	0	13	189	0	0	0	114,76
17	Guaraci	5.373	3	2	5	70	0	0	0	55,83
17	Ibiporã	51.255	253	1	254	1.255	2	1	0	493,61
17	Jaguapitã	12.939	9	0	9	142	0	0	0	69,56
17	Jataizinho	12.387	33	1	34	590	0	0	0	266,41
17	Londrina	537.566	548	50	598	5.511	46	1	0	101,94
17	Lupionópolis	4.805	2	2	4	148	0	1	0	41,62
17	Miraselva	1.896	0	1	1	33	0	0	0	0,00
17	Pitangueiras	3.004	0	1	1	41	0	0	0	0,00
17	Porecatu	14.203	11	0	11	179	0	0	0	77,45
17	Prado Ferreira	3.614	1	1	2	113	0	0	0	27,67
17	Primeiro de Maio	11.199	0	1	1	156	0	0	0	0,00
17	Rolândia	61.837	117	6	123	662	1	1	2	189,21
17	Sertanópolis	16.255	3	2	5	265	0	0	0	18,46
17	Tamarana	13.298	3	0	3	169	0	0	0	22,56
18	Abatiá	7.881	0	0	0	6	0	0	0	0,00
18	Andirá	20.988	1	0	1	59	0	0	0	4,76
18	Bandeirantes	32.800	1	2	3	54	0	0	0	3,05
18	Congonhinhas	8.648	0	0	0	5	0	0	0	0,00
18	Cornélio Procópio	48.420	4	2	6	60	0	0	0	8,26
18	Itambaracá	6.887	0	0	0	11	0	0	0	0,00
18	Leópolis	4.200	2	0	2	2	0	0	0	47,62
18	Nova América da Colina	3.560	0	0	0	6	0	0	0	0,00
18	Nova Fátima	8.363	0	0	0	36	0	0	0	0,00
18	Nova Santa Bárbara	4.106	1	0	1	10	0	0	0	24,35
18	Rancho Alegre	4.018	1	1	2	12	0	0	0	24,89
18	Ribeirão do Pinhal	13.740	0	0	0	4	0	0	0	0,00
18	Santa Amélia	3.769	0	0	0	4	0	0	0	0,00
18	Santa Cecília do Pavão	3.654	0	0	0	15	0	0	0	0,00
18	Santa Mariana	12.562	0	5	5	22	0	0	0	0,00

RS	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	CASOS			NOTIFI- CADOS	DSA	DG	ÓBI- TO	INCI- DÊNCIA
			AUTÓC- TONES	IMPOR- TADOS	TOTAL					
18	Santo Antônio do Paraíso	2.387	0	0	0	1	0	0	0	0,00
18	São Jerônimo da Serra	11.588	0	0	0	13	0	0	0	0,00
18	São Sebastião da Amoreira	8.917	0	1	1	27	0	0	0	0,00
18	Sertaneja	5.820	3	0	3	11	0	0	0	51,55
18	Uraí	11.729	1	4	5	16	0	0	0	8,53
19	Barra do Jacaré	2.813	0	2	2	3	0	0	0	0,00
19	Cambará	24.928	6	1	7	31	0	0	0	24,07
19	Carlópolis	14.239	0	0	0	2	0	0	0	0,00
19	Ibaiti	30.242	0	0	0	6	0	0	0	0,00
19	Jacarezinho	40.221	1	1	2	60	0	0	0	2,49
19	Joaquim Távora	11.347	0	0	0	7	0	0	0	0,00
19	Pinhalão	6.409	0	0	0	2	0	0	0	0,00
19	Quatiguá	7.344	0	0	0	2	0	0	0	0,00
19	Ribeirão Claro	10.956	0	0	0	9	0	0	0	0,00
19	Santo Antônio da Platina	44.754	67	1	68	308	0	0	0	149,71
19	Siqueira Campos	19.661	0	0	0	3	0	0	0	0,00
19	Tomazina	8.776	0	0	0	3	0	0	0	0,00
20	Assis Chateaubriand	33.988	3	3	6	96	0	0	0	8,83
20	Diamante D'Oeste	5.223	0	1	1	4	0	0	0	0,00
20	Entre Rios do Oeste	4.202	0	0	0	11	0	0	0	0,00
20	Guaíra	32.190	582	2	584	1.305	1	0	0	1.808,01
20	Marechal Cândido Rondon	49.773	15	2	17	59	0	0	0	30,14
20	Maripá	5.810	5	0	5	21	0	0	0	86,06
20	Mercedes	5.316	9	0	9	16	0	0	0	169,30
20	Nova Santa Rosa	7.994	0	1	1	35	0	0	0	0,00
20	Ouro Verde do Oeste	5.927	0	1	1	3	0	0	0	0,00
20	Palotina	30.327	78	3	81	155	0	0	0	257,20
20	Pato Bragado	5.170	0	0	0	4	0	0	0	0,00
20	Quatro Pontes	3.963	0	0	0	4	0	0	0	0,00
20	Santa Helena	24.895	5	4	9	95	0	0	0	20,08
20	São José das Palmeiras	3.880	0	0	0	3	0	0	0	0,00
20	São Pedro do Iguaçu	6.495	0	0	0	11	0	0	0	0,00
20	Terra Roxa	17.402	65	0	65	116	0	0	0	373,52
20	Toledo	128.448	12	4	16	271	0	0	0	9,34
20	Tupãssi	8.243	0	1	1	13	0	0	0	0,00
21	Ortigueira	23.646	0	0	0	4	0	0	0	0,00
21	Reserva	26.268	0	1	1	3	0	0	0	0,00
21	Telêmaco Borba	74.270	0	2	2	14	0	0	0	0,00
21	Tibagi	20.184	0	0	0	1	0	0	0	0,00
22	Arapuã	3.513	0	0	0	3	0	0	0	0,00
22	Ariranha do Ivaí	2.421	0	0	0	1	0	0	0	0,00
22	Cândido de Abreu	16.633	0	0	0	2	0	0	0	0,00
22	Cruzmaltina	3.185	0	0	0	1	0	0	0	0,00
22	Godoy Moreira	3.315	0	0	0	2	0	0	0	0,00
22	Ivaiporã	32.699	0	6	6	21	0	0	0	0,00
22	Jardim Alegre	12.371	0	1	1	5	0	0	0	0,00
22	Lidianópolis	3.891	0	1	1	5	0	0	0	0,00
22	Lunardelli	5.193	0	0	0	3	0	0	0	0,00
22	Manoel Ribas	13.610	0	0	0	2	0	0	0	0,00
22	Mato Rico	3.765	0	0	0	2	0	0	0	0,00
22	Nova Tebas	7.100	0	0	0	3	0	0	0	0,00
22	Rio Branco do Ivaí	4.056	0	2	2	2	0	0	0	0,00
22	Santa Maria do Oeste	11.315	0	0	0	1	0	0	0	0,00
22	São João do Ivaí	11.461	0	3	3	17	0	0	0	0,00

FONTE: Sala de Situação da Dengue/ SVS/ SESA

NOTA: Dados populacionais resultados do CENSO 2013 – IBGE estimativa para TCU.

* Dados considerados até 15 de Maio de 2014

Foram suprimidos municípios onde não houve notificação de suspeitos de dengue.
Alguns municípios apresentaram correção de informações.



Universidade Estadual de Maringá



Hospital Universitário Regional de Maringá



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Ofício nº 079/14-HUM
GM

Maringá, 14 de maio de 2014.

Senhor Presidente:

Em resposta ao Ofício nº 08/CEE-063/14, datado de 06 de maio de 2014, informamos a seguir a relação de crianças que foram a óbito neste Hospital, no período de 1º de janeiro à 30 de abril de 2014, com as *causas mortis* I e II:

Nome do paciente	Origem	Idade	Causas I e II	Observação
Vitor Gabriel dos Santos	Paçandu - PR	4 anos	Suspeita de Dengue	Encaminhado ao Instituto Médico Legal - IML.
Caroline Vitória Santos Silva	Sarandi - PR	5 anos	I - Acidente Vascular Encefálico Hemorrágico; - Insuficiência Cardíaca; - Hipertensão Arterial Grave; Glomerulopatia. II - Dengue; - Lupus.	---

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para mais informações necessárias.

Atenciosamente,

Prof.^a Dr.^a Magda Lúcia Félix de Oliveira
Superintendente

Ao Senhor
Luciano Brito
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito
Câmara Municipal de Maringá
Maringá - PR



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"

RELATÓRIO DE DILIGÊNCIA

De: Vereador Luciano Brito – Presidente CPI da Dengue
Aos demais membros da CPI da Dengue

Data: 14 de maio de 2014
Horário: período da manhã
Local: Avenida Guedner, número 177

Aos 14 dias do mês de maio de 2014, teve início ação integrada de fiscalização da Prefeitura de Maringá visando o enfrentamento e combate à Dengue na cidade de Maringá, a força tarefa é composta pelas secretarias municipais de Saúde, Serviços Públicos, Assistência Social e Cidadania, Gestão e Fazenda através do setor de fiscalização e Assuntos Comunitários e a operação é denominada de **Vida sem Dengue**.

Os trabalhos iniciaram às 09 horas e transcorreram durante todo o dia, cerca de 40 servidores estiveram envolvidos na operação, foram necessários vários caminhões para a retirada de todo o lixo e resíduo sólido no local.

O imóvel em questão tem como morador o senhor Henrique Leite Vieira e mais 02 (duas) pessoas, e foi vistoriado e notificado no dia 16 de dezembro de 2013 e novamente no dia 24 de fevereiro de 2014 nesta última o mesmo foi multado por não proceder com a limpeza de seu imóvel (Termos Anexos).

Constatamos no local a presença de dezenas de latas com larvas do mosquito da Dengue – *Aedes aegypti*, em todo o terreno havia inúmeros recipientes que acumulavam água parada, e que propiciam a proliferação do mosquito transmissor da Dengue, conforme, pode-se constatar nas fotos.

É preocupante que o imóvel fica nos fundos do Colégio Estadual João XXIII que atende uma grande clientela de alunos de toda a região sul, portanto muitas pessoas transitam pelas imediações da residência em questão e que o morador após duas notificações não procedeu a limpeza de seu terreno.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"

A complexidade do trabalho de enfrentamento e combate a Dengue nos casos extremados fica evidente no caso específico uma vez que a situação exige uma ação integrada por parte do Poder Público, para reflexão, pontuamos apenas 3 (três) aspectos:

1. de **saúde**, considerando que o morador na entrevista e no diálogo demonstrou ter um problema de criticidade e de reconhecer a gravidade das consequências que a falta de cuidado com o seu imóvel pode oferecer a sua família e a comunidade, no tocante a Dengue, portanto parece-nos necessário uma avaliação e acompanhamento psicológico para que se evite que ele venha novamente a acumular resíduos;

2. de **assistência social**, devido à vulnerabilidade econômica do morador, que declara receber apenas 1 (um) salário mínimo, necessitando uma investigação social mais aprofundada, ressaltamos que em que pese o morador relatar que vinha acumulando parte do lixo reciclável para a venda, o mesmo não vendia, e isso ocorreu por 05 (cinco) anos conforme ele relata;

3. **jurídico**, em virtude da tensão entre o necessário acesso dos agentes públicos de combate e prevenção à Dengue – vigilância epidemiológica nas residências versus o direito constitucional da inviolabilidade do lar, no caso específico o morador assinou de livre espontânea vontade termo de autorização para ingresso dos servidores para que efetuassem a limpeza necessária;

Finalmente constatou-se conforme relatado pelos moradores entrevistados e que residem ao redor do imóvel (entrevistas abaixo), que os mesmos confirmam que entre seus familiares e vizinhos existem pessoas que contraíram a Dengue, inclusive na família do morador responsável pelo imóvel vistoriado e limpo.

Luciano Marcelo Simões de Brito,
Vereador.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"



Foto 1: Lata de 20 litros com a presença de larvas do mosquito *Aedes aegypti*



Foto 2: Lata de 20 litros com a presença de larvas do mosquito *Aedes aegypti*

Avenida Papa João XXIII, número 239 - Caixa Postal 200
CEP 87.010-260 – Maringá - Paraná - Fone (44) 3027-4127 – Fax (44) 3027-4128
E-mail: lucianombsrito@hotmail.com – www.lucianobrito.blogspot.com –
www.facebook.com/lucianobrito40123



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"



Foto 3: Vereador Luciano Brito conversando com o morador do imóvel



Foto 4: Vista parcial da lateral direita da residência

Avenida Papa João XXIII, número 239 - Caixa Postal 200
CEP 87.010-260 – Maringá - Paraná - Fone (44) 3027-4127 – Fax (44) 3027-4128
E-mail: lucianomsbrito@hotmail.com – www.lucianobrito.blogspot.com –
www.facebook.com/lucianobrito40123



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"



Foto 5: foram encontrados centenas de recipientes com água parada e com criadouro do mosquito da Dengue



Foto 6: Latas de 20 litros e tinas com água parada

Avenida Papa João XXIII, número 239 - Caixa Postal 200
CEP 87.010-260 – Maringá - Paraná - Fone (44) 3027-4127 – Fax (44) 3027-4128
E-mail: lucianomsbrito@hotmail.com – www.lucianobrito.blogspot.com –
www.facebook.com/lucianobrito40123



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"



Foto 7: Equipes da SEMUSP retirando lixo do interior do imóvel



Foto 8: visão parcial dos fundos da residência do morador

Avenida Papa João XXIII, número 239 - Caixa Postal 200
CEP 87.010-260 - Maringá - Paraná - Fone (44) 3027-4127 - Fax (44) 3027-4128
E-mail: lucianomsbrito@hotmail.com - www.lucianobrito.blogspot.com -
www.facebook.com/lucianobrito40123



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

“A SERVIÇO DA FAMÍLIA”



Foto 9: visão parcial dos sacos de resíduo reciclável recolhidos do imóvel



Foto 10: Equipe de agentes de combate a endemias da Prefeitura

Avenida Papa João XXIII, número 239 - Caixa Postal 200
CEP 87.010-260 – Maringá - Paraná - Fone (44) 3027-4127 – Fax (44) 3027-4128
E-mail: lucianomsbrito@hotmail.com – www.lucianobrito.blogspot.com –
www.facebook.com/lucianobrito40123



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"



Foto 11: Parte dos servidores envolvidos na operação: Secretário Municipal de Saúde, Dr Antonio Carlos Nardi; Secretário Municipal de Serviços Públicos, Vagner Mussio; Diretor de Fiscalização da Secretaria Municipal de Gestão e Fazenda, Marco Antonio; vereador Luciano Brito, Presidente da CPI da Dengue e demais servidores



Foto 12: Lixo acumulado no beiral da laje da residência

Avenida Papa João XXIII, número 239 - Caixa Postal 200
CEP 87.010-260 – Maringá - Paraná - Fone (44) 3027-4127 – Fax (44) 3027-4128
E-mail: lucianomsbrito@hotmail.com – www.lucianobrito.blogspot.com –
www.facebook.com/lucianobrito40123



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"



Foto 13: Moradores vizinhos do imóvel



Foto 14: Moradores vizinhos do imóvel

Avenida Papa João XXIII, número 239 - Caixa Postal 200
CEP 87.010-260 – Maringá - Paraná - Fone (44) 3027-4127 – Fax (44) 3027-4128
E-mail: lucianomsbrito@hotmail.com – www.lucianobrito.blogspot.com –
www.facebook.com/lucianobrito40123



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"



Foto 15: morador vizinho do imóvel



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"

ENTREVISTA COM MORADORES VIZINHOS AO IMÓVEL

VIZINHO 1

1- Nome / Idade

Iraci Viera Dias, 67 anos.

2- Endereço

Av: Guedner nº 163

3- Quantas pessoas moram em sua residência?

Resp: Duas (2) pessoas

4- Alguém de sua família já pegou Dengue?

Resp: Sim, minha nora quando veio me visitar.

5- Conhece algum vizinho que tenha pegado Dengue? Onde ele mora?

Resp: Dona Sebastiana (vizinha) ao lado onde está o foco da dengue.

6- O que o (a) senhor (a) acha dessa situação de acúmulo de lixo e criadouros de mosquito da Dengue ao lado de sua casa?

Resp: Um acúmulo este lixo bem próximo de minha casa, foi uma benção está limpa.

7- Como o (a) senhor (a) avalia este serviço de limpeza que a Prefeitura esta fazendo?

Resp: Um serviço bem feito, graças a Deus que eles vieram.

8- O que o (a) senhor (a) tem feito para combater a Dengue?

Resp: Cuido super bem do meu terreno, limpo sempre.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"

9- O que o (a) senhor (a) acha que precisa ser feito para se combater a Dengue em Maringá?

Resp: Tem que passar um caminhão da prefeitura pelo menos duas (2) vezes por semana para limpar os entulho nas ruas e casas. **Obs:** As meninas da dengue fazem a fiscalização super bem, controle de visita e regular e não resolve muito.

VIZINHO 2

1-Nome / Idade

Sirlei Domingos Boleti, 44 anos.

2- Endereço

Av: Guedner nº 229

3- Quantas pessoas moram em sua residência?

Resp: Três (3) pessoas

4- Alguém de sua família já pegou Dengue?

Resp: Sim, filha e minha mãe, aproximadamente três anos.

5- Conhece algum vizinho que tenha pegado Dengue? Onde ele mora?

Resp: Sim, vizinha dos fundos mãe e filha.

6- O que o (a) senhor (a) acha dessa situação de acúmulo de lixo e criadouros de mosquito da Dengue ao lado de sua casa?

Resp: O lixo provoca muita sujeira, não acho certo tanto lixo.

7- Como o (a) senhor (a) avalia este serviço de limpeza que a Prefeitura esta fazendo?

Resp: Ótimo, vamos limpar a rua toda.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"

8- O que o (a) senhor (a) tem feito para combater a Dengue?

Resp: Meu quintal é limpo e cuido sempre.

9- O que o (a) senhor (a) acha que precisa ser feito para se combater a Dengue em Maringá?

Resp: Fiscalização sempre, a Prefeitura demora muito para tomar atitude.

VIZINHO 3

1- Nome / Idade

Clarice Barbosa, 49 anos .

2- Endereço

Av: Guedner nº 203

3- Quantas pessoas moram em sua residência?

Resp: Três (3) pessoas

4- Alguém de sua família já pegou Dengue?

Resp: Todos.

5- Conhece algum vizinho que tenha pegado Dengue? Onde ele mora?

Resp: Sim, cinco (5) pessoas mora na Cidade Alta.

6- O que o (a) senhor (a) acha dessa situação de acúmulo de lixo e criadouros de mosquito da Dengue ao lado de sua casa?

Resp: Fico triste em saber que tem pessoas deixando a casa nesta situação.

7- Como o (a) senhor (a) avalia este serviço de limpeza que a Prefeitura está fazendo?



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"

Resp: Muito boa, poderia ter limpado antes.

8- O que o (a) senhor (a) tem feito para combater a Dengue?

Resp: Tem olhado e faço a limpeza sempre do quintal.

9- O que o (a) senhor (a) acha que precisa ser feito para se combater a Dengue em Maringá?

Resp: Limpeza e orientar as pessoas de o perigo.

ENTREVISTA COM O MORADOR DO IMÓVEL QUE FOI LIMPADO

1-Nome / Idade

Henrique Leite Viera , 71 anos

2- Endereço

Av: Guedner nº 177

3- Quantas pessoas moram em sua residência?

Resp: Três (3) pessoas

4- O senhor ou alguém de sua família já pegou Dengue?

Resp: Sim, um (1) pessoa minha esposa.

5- Porque o senhor tem esse volume grande de lixo em seu quintal?

Resp: Ajuda no meu orçamento.

6- Porque o senhor em 16 de dezembro/2013 e 24 de fevereiro/2014 quando foi notificado e multado, não limpou o quintal?



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE VEREADOR LUCIANO BRITO

"A SERVIÇO DA FAMÍLIA"

Resp: Eu limpo sim, são as pessoas que cuida da minha vida. Fui multado e paguei.

7- O senhor recebe algum benefício do governo federal, estadual, municipal?

Resp: Não

8- Qual a sua profissão, é aposentado, qual a sua renda ?

Resp: Sou lavrador, e aposentado – recebo salário mínimo

9- Depois desta limpeza que a Prefeitura está fazendo hoje, como o senhor vai proceder? Vai acumular mais lixo?

Resp: Manter limpo e plantar verdura no quintal agora, pois o quintal está limpo.

10- O senhor vende material reciclável? Garrafas PET, etc.

Resp: Sim, estes matérias fazem cinco (5) anos que não vendo estou ajuntando uma grande quantidade para depois vender.

11- Quanto o senhor ganha com a venda? Eles (compradores) vêm buscar esse material ou o senhor tem que levar? Qual o meio de transporte que o senhor leva?

Resp: Deste de 97, aproximadamente que não vendo só ajuntando, quando vendo eles vem buscar, não tenho dinheiro para pagar frete.

12- O senhor tem recebido algum atendimento ou acompanhamento médico ou tratamento de saúde? Se sim, e quantas vezes é atendido e onde?

Resp: Sim no Cesumar , tenho acompanhamento médico, e faço exame anual.

13- O senhor tem recebido algum atendimento da Assistência Social da Prefeitura? Se sim, qual, valor, etc.

Resp: Não recebo nenhuma ajuda e nem um atendimento, só agradeço hoje pela limpeza.